

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tammy Eduarda Corrêa

**ASCENSÃO E QUEDA DA UNASUL:
IDEOLOGIA, POLÍTICA EXTERNA E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA
AMÉRICA DO SUL (2008-2022)**

Santa Maria, RS
2024

Tammy Eduarda Corrêa

**ASCENSÃO E QUEDA DA UNASUL:
IDEOLOGIA, POLÍTICA EXTERNA E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA
DO SUL (2008-2022)**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

Santa Maria, RS
2024

Corrêa, Tammy Eduarda
Ascensão e queda da Unasul: Ideologia, política
externa e integração regional na América do Sul (2008
2022) / Tammy Eduarda Corrêa.- 2024.
160 p.; 30 cm

Orientador: Igor Castellano da Silva
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais, RS, 2024

1. Integração 2. Política Externa 3. Argentina 4.
Brasil 5. Ideologia I. Castellano da Silva, Igor II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, TAMMY EDUARDA CORRÊA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Tammy Eduarda Corrêa

**ASCENSÃO E QUEDA DA UNASUL:
IDEOLOGIA, POLÍTICA EXTERNA E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA
DO SUL (2008-2022)**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Relações Internacionais**.

Avaliada em 09 de maio de 2024:

Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Júlio César Cossio Rodriguez, Doutor (UFSM)

Gladys Teresita Lechini, Doutora (Universidad Nacional de Rosario)

Santa Maria, RS
2024

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi um desafio. Fruto de uma vontade de aprofundar meus estudos do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, de muitas horas aplicadas em pesquisa, viagens à Santa Maria e outros anseios que pairavam a jornada do mestrado. Meu primeiro agradecimento é para minha família, que nunca duvidou do meu potencial, mesmo sem dimensionar as dificuldades que surgiriam em meu caminho. Meu pai, Ciro, minha mãe, Fabiane, e meus avós, Tânia e Ricardo. Sou grata por me ouvirem e aconselharem, foi um alívio poder contar com leves histórias do dia-a-dia e encontros dominicais. Minha tia, Bruna, obrigada por aliviar tensões com terapias holísticas, para o corpo e a mente.

Aos meus amigos Júlia, Fernando, Arthur, João, Pedro, que apesar da distância, estiveram sempre presentes. Cainã e Thaís, que acompanharam desabafos recorrentes e ansiavam pela entrega tanto quanto eu. Meus tesouros, Mariáh e Gabriella, que me acompanham desde o ensino fundamental. Meus colegas e, novas amigadas, do mestrado, Cristina, Gabriela e Luiza, que agregaram ao intelecto e auxiliaram em momentos de crise. Lara Munique, meu presente da vida, por ter me incentivado e motivado na fase final da pesquisa acadêmica. Em especial, minha psicóloga Karine, a quem pude confidenciar muitos dos sentimentos e sensações, responsável por nortear atitudes e me manter firme em meu propósito. Conseguimos!

Por último aos professores que acompanharam nessa trajetória. Mais importante, ao professor Thiago Borne, que orientou com o projeto que me fez conseguir uma vaga na Federal. Ao professor Júlio Cossio Rodriguez, que esteve presente nesta caminhada desde o primeiro semestre, e que contribuiu com comentários e indicações que maturaram a pesquisa desde a sua qualificação. À professora Gladys Teresita Lechini, da banca avaliadora (e contribuição crucial para a pesquisa), pela sua disposição em ser avaliadora. Sua participação fica aquém de qualquer composição de banca que eu pudesse imaginar. Por fim, o professor Igor Castellano, que abraçou junto comigo um projeto ainda incipiente e, assim como alguns escultores renascentistas, ajudou a estruturar e polir um trabalho que, hoje, julgamos pronto para ir ao mundo. Agradeço pelo acolhimento e pelo empenho em formar uma pesquisadora consciente e comprometida. Nos vemos, um dia, quem sabe, no doutorado.

I'm convinced that our deepest fears are:
1. Living without ever finding our purpose
2. Dying without ever finding true belonging
Glennon Doyle, 2020
Untamed

QUADRO DE DESENHO DE PESQUISA

Tema:

Geral: Integração regional no sul global.

Subtema: Política Externa.

Tema específico: Ideologias de direita na Argentina e Brasil e seus impactos na Unasul.

Marco Teórico: Ecletismo teórico e conceitos abrangentes ao sul global.

Delimitação do Tema: A integração sul-americana entre 2008 e 2022 a partir da institucionalização da Unasul e seu gradativo esvaziamento.

Problema:

1. O que explica a ascensão e declínio da Unasul entre 2008 e 2022?
 - a. De que forma as ideologias impactam na integração regional?
 - b. Qual é o grau de institucionalização das relações neste período?

Variáveis:

Conceitos: **Perfil ideológico** ⇒ Política externa

Variáveis: Concatenação de valores e posicionamentos políticos ⇒ Grau de integração/cooperação/afastamento

Variação: Categoria dos governos - Esquerda ou Direita | Tipo de interação regional - Bilateralismo ou Multilateralismo (blocos, pactos, tratados)

Indicadores: Tipo estruturante - Componentes do legislativo alinhados ao executivo | Tipo ideológico - tendência política regional

Hipótese:

1. A convergência e a divergência ideológicas influenciam o contexto sul-americano e nas tendências e nos tipos de integração regional;
 - a. A onda conservadora produziu uma retração da integração regional na América do Sul, seja a deterioração de blocos econômicos ou projetos de cooperação existentes;
 - b. O declínio da Unasul é configurado pela redução de governos progressistas na região e pela instalação de interações não institucionalizadas entre os países, surtindo impacto na integração em nível dos blocos econômicos;
 - c. Houve convergência ideológica entre os governos de Cristina Kirchner e Lula-Dilma (progressistas), o que influenciou a produção de uma política externa pró-Unasul e o consequente fortalecimento da instituição;
 - d. Houve convergência ideológica entre os governos de Macri e Temer-Bolsonaro (conservadores), o que influenciou em um alinhamento contra a Unasul e em favor de outras integrações, como o Prosul;
 - e. Existe um momento de contradição durante os governos Macri e Dilma, quando o Brasil apresenta a manutenção da tendência ao regionalismo multilateral e a Argentina rompe sua participação no bloco, enfraquecendo a Unasul;
 - f. Existe um momento de contradição durante os governos Fernandez e Bolsonaro, quando a Argentina retoma a participação na Unasul enquanto o Brasil se encontra em ruptura com o bloco e em convergência ao Prosul;

Explicação: Ao estudar ciência política nos deparamos com a transição de regimes e com a transição ideológica dos governos, que é pautada em um espectro de orientação entre esquerda e direita, orientando, desse modo, a adoção de diferentes formas de difusão de política externa. Como consequência, a configuração política doméstica passa por alterações que refletem nos níveis de cooperação e integração.

O processo observado na América do Sul é multifacetado pela concatenação ideológica de na região, através da onda rosa e a onda conservadora, e pela interação política e econômica, com a institucionalização das relações multilaterais. A manutenção destas organizações e blocos, em especial a Unasul, se interliga com as vias propostas pela globalização e, sob efeito do conservadorismo, passa por alterações a partir de novos interesses de inserção internacional.

Justificativa: O trabalho se justifica pelo esforço em unir a literatura de Análise de Política Externa com as teorias de RI ao incluir a projeção internacional e o desenvolvimento do sul global. Ademais, o estudo tem como propósito trazer conceitos que delimitam a esfera regional com maior precisão, a escolha de um estudo comparativo de casos entre Argentina e Brasil que intencionam a criação de um modelo de analogia entre integração regional e ideologias políticas são diferenciais do trabalho.

Objetivo Geral: Isolar o período de 2008 a 2022 e caracterizá-lo por suas particularidades na América do Sul, especialmente no que tange às políticas de cooperação adotadas e das características de integração desenvolvidas.

Objetivos Específicos: Analisar as tendências políticas regional recentes; identificar semelhanças e particularidades dos governos correspondentes à guinada de partidos de direita; verificar em nível de América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Peru) os blocos e projetos integrativos que sofreram impacto durante o período; explorar o eixo de convergência/alinhamento e divergência/afastamento entre Argentina e Brasil; compreender o esvaziamento da Unasul e sua condicionante político-ideológica.

Metodologia:

Método de Abordagem: Hipotético-dedutivo

Método de procedimento: Estudo histórico comparado

Técnica de pesquisa: Indireta com método de processamento qualitativo. Utilização de dados quantitativos para análise bibliométrica dos conteúdos de política externa argentina e brasileira

Fontes: bibliográfica, documental

RESUMO

ASCENSÃO E QUEDA DA UNASUL: IDEOLOGIA, POLÍTICA EXTERNA E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL (2008-2022)

AUTORA: Tammy Eduarda Corrêa
ORIENTADOR: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

A ampliação da disciplina de Relações Internacionais permite que novos contextos sejam agregados à observação acadêmica, abrangendo o estudo de regiões específicas do sul global e fenômenos regionais, como é o caso da América do Sul. A pesquisa utiliza uma perspectiva histórico-comparada e procura identificar *o que explica a ascensão e declínio da Unasul entre 2008 e 2022?* De forma subjacente, busca-se compreender o grau de institucionalização das medidas de cooperação e as características de integração de uma década configurada pela transição ideológica do progressismo ao conservadorismo. O estudo examina o período de 2008 a 2022 e caracteriza-o através das particularidades políticas e ideológicas na América do Sul, especialmente no que tange as consonâncias políticas, abrangidas pelos fenômenos da onda rosa e da onda conservadora. A principal hipótese é que *a convergência e a divergência ideológicas influenciam o contexto sul-americano e nas tendências e nos tipos de integração regional*. Duas nações determinantes para a análise são a Argentina e o Brasil que, através das transições de governo e ideologias no poder, influenciam em mudanças quanto ao tipo de interação e integração regional através de suas políticas externas. Em consequência, a Unasul entrou em processo de esvaziamento sob críticas de viés político-ideológico. De modo específico, buscar-se-á: a) analisar as tendências políticas regional recentes; b) identificar semelhanças e particularidades dos governos correspondentes à guinada de partidos de direita; c) verificar em nível de América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Peru) os blocos e projetos integrativos que sofreram impacto durante o período; d) explorar o eixo de convergência/alinhamento e divergência/afastamento entre Argentina e Brasil; e) compreender o esvaziamento da Unasul e sua condicionante político-ideológica. A importância da pesquisa recai sobre registrar o impacto ideológico na formulação de política externa, que influencia diretamente a integração regional entre os países da América do Sul.

Palavras-chave: Integração. Política Externa. Argentina. Brasil. Ideologia.

ABSTRACT

RISE AND FALL OF UNASUR: IDEOLOGY, FOREIGN POLICY AND REGIONAL INTEGRATION IN SOUTH AMERICA (2008-2022)

AUTHOR: Tammy Eduarda Corrêa

ADVISOR: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

The expansion of the International Relations discipline allows new contexts to be added to academic observation, encompassing the study of specific regions of the global south and regional phenomena, as is the case of South America. The research uses a historical-comparative perspective and seeks to identify *what explains the rise and decline of Unasur between 2008 and 2022?* In an underlying way, we sought to understand the institutionalization degree of cooperation and integrative features of a decade characterized by the ideological transition from progressivism to conservatism. The study examines the period from 2008 to 2022 and depicts it through the political and ideological particularities in South America, especially regarding political consonances, covered by the phenomena of the pink tide and the conservative wave. The main hypothesis is that *ideological convergence and divergence influence the South American context and its trends and sorts of regional integration.* Two crucial nations for the analysis are Argentina and Brazil which, through government transitions and ideologies in power, influence changes in the type of interaction and regional integration through their foreign policies. As a result, Unasur underwent a process of emptying under the criticism of political-ideological bias. Specifically, we will seek to: a) analyze recent regional political trends; b) identify similarities and particularities of governments that shifted towards right-wing parties; c) verify at the South American level (Argentina, Brazil, Chile, Ecuador, Paraguay and Peru) the integrative blocs and projects that were impacted during the period; d) explore the axis of convergence/alignment and divergence/distancing between Argentina and Brazil; e) understand the emptying of Unasur and its political-ideological conditioning. The importance of the research rests on registering transitional characteristics towards conservatism and the implementation of adjacent right-wing governments in the region, underpinning new values of regional and global insertion. The importance of the research lies in recording the ideological impact on foreign policy framing, which influences directly on regional integration between South American countries.

Keywords: Integration. Foreign Policy. Argentina. Brazil. Ideology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Resenhas de Política Exterior do Brasil do MRE: Registros da Unasul.....	20
FIGURA 2 - Esquema de Variáveis da Pesquisa.....	24
FIGURA 3 - Dimensões analíticas RI/PE.....	30
FIGURA 4 - Transição Política na América do Sul: Governos de Esquerda em Destaque (2010-2020).....	51
FIGURA 5 - Transição Política na América do Sul: Governos de Direita em Destaque (2010-2020).....	54
FIGURA 6 - Transição Política Geral na América do Sul (2008-2022).....	56
FIGURA 7 - Indicadores estatísticos da economia de componentes da Unasul - PIB anual total a preços correntes em Dólares (2010-2022).....	74
FIGURA 8 - Transição Ideológica: Governos da Argentina e Brasil (2008-2022).....	74
FIGURA 9 - Convergências Ideológicas (Argentina, Brasil e Unasul).....	75
FIGURA 10 - Governo Cristina Kirchner (2008-2014).....	91
FIGURA 11 - Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2008-2010).....	93
FIGURA 12 - Governo Dilma Vana Rousseff (2011-2015).....	95
FIGURA 13 - Governo Mauricio Macri (2015-2018).....	97
FIGURA 14 - Governo Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018).....	98
FIGURA 15 - Governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).....	99
FIGURA 16 - Governo Alberto Ángel Fernández (2019-2022).....	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Levantamento bibliométrico: Tabulação de Citações.....	122
--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC/LAFTA	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio/Latin American Free Trade Association
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-Americana
ANR-PC	Asociación Nacional Republicana - Partido Colorado (Paraguai)
APC	Alianza Patriótica para el Cambio - Aliança Patriótica para a Mudança (Paraguai)
APE	Análise de Política Externa
ARENA	Aliança Renovadora Nacional (Brasil)
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	Comunidade do Caribe
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CD	Centro Democrático (Colômbia)
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano (Unasul)
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CELAC	Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas
CFK	Cristina Fernández de Kirchner
CGV	Cadeias Globais de Valor
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Convergência Social
CSS	Cooperação Sul-Sul
DEM	Democratas (Brasil)
EUA	Estados Unidos da América
FA	Frente Ampla (Uruguai)
FCN	Frente de Convergência Nacional (Guatemala)
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional

FSLN	Frente Sandinista de Liberación Nacional - Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua)
IBP	Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
GANAN	Gran Alianza por la Unidad Nacional - Grande Aliança pela Aliança Nacional (El Salvador)
LIBRE	Libertad y Refundación - Partido Liberdade e Refundação (Honduras)
M-CREO	Movimiento Creando Oportunidades - Movimento de Criação de Oportunidades (Equador)
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MLN	Movimiento de Liberación Nacional - Movimento de Libertação Social (Guatemala)
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MRN	Movimiento Regeneración Nacional - Movimento Regeneração Nacional (México)
NAFTA	North American Free Trade Agreement/Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NR	Novo Regionalismo
OEAS	Organização do Estado Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAÍS	Patria Altiva i Soberana - Pátria Altiva e Soberana (Equador)
PE	Política Externa
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PH	Pacto Histórico (Colômbia)
PIB/PPC	Produto Interno Bruto/Per Capita
PJ	Partido Justicialista/Partido Peronista (Argentina)
PL	Partido Liberal (Brasil)
PLRA	Partido Liberal Radical Autêntico (Paraguai)
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PN	Partido Nacional (Uruguai)
PNP	Partido Nacionalista Peruano
PP	Partido Progressista (Brasil)
PPK	Peruanos Por el Kambio - Peruanos para a Mudança (Peru)

PPA	Plano Plurianual
PRD	Partido Revolucionário Democrático (Panamá)
PRI	Partido Revolucionário Institucional (México)
PRM	Partido Revolucionário Moderno (República Dominicana)
PRO	Propuesta Republicana - Proposta Republicana (Argentina)
PROSUL	Foro para o Progresso da América do Sul
PSCh	Partido Socialista de Chile - Partido Socialista do Chile
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela - Partido Socialista Unido da Venezuela
PT	Partido dos Trabalhadores (Brasil)
RECREAR	Recrear para el Crecimiento - Recriar para o Crescimento (Argentina)
RM	Realizando Metas (Panamá)
RN	Realismo Neoclássico
RN	Renovación Nacional - Renovação Nacional (Chile)
SI	Sistema Internacional
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
SUS	Sistema Único de Saúde
TEC	Tarifa Externa Comum
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TPR	Tribunal Permanente de Revisão
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNE	Unidad Nacional de la Esperanza - Unidade Nacional da Esperança (Guatemala)
USD	United State Dolar
VP	Voluntad Popular - Vontade Popular (Venezuela)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS: POLÍTICA EXTERNA, IDEOLOGIA E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL.....	17
1.2 INTEGRAÇÃO E ALINHAMENTO IDEOLÓGICO: PROBLEMÁTICA CENTRAL.....	23
1.3 ESTRUTURA DE PESQUISA.....	26
2 DA TEORIA AO ECLETISMO.....	28
2.1 ABORDAGENS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA.....	28
2.2 (NOVO) REGIONALISMO E POTÊNCIAS MÉDIAS.....	32
2.3 AMÉRICA DO SUL: ALINHAMENTO E PROJEÇÃO.....	37
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	43
3 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA SUL-AMERICANA.....	46
3.1 TENDÊNCIAS REGIONAIS: DA ONDA ROSA AO CONSERVADORISMO.....	47
3.2 AS INSTITUIÇÕES REGIONAIS.....	58
3.2.1 Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).....	59
3.2.2 Mercado Comum do Sul (Mercosul).....	61
3.2.3 União de Nações Sul-Americanas (Unasul).....	63
3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	65
4 ASCENSÃO E QUEDA DA UNASUL.....	67
4.1 DO COMEÇO AO FIM, A CRIAÇÃO DA UNASUL.....	67
4.2 ALINHAMENTO IDEOLÓGICO DAS POTÊNCIAS REGIONAIS.....	73
4.2.1 Argentina.....	75
4.2.2 Brasil.....	83
4.3 VARIAÇÕES DE IDEOLOGIA, POLÍTICA EXTERNA E INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	90
4.3.1 Convergência ideológica progressista: governos de CFK e Lula-Dilma.....	91
4.3.2 Convergência ideológica conservadora: governos de Macri e Temer-Bolsonaro....	96
4.3.3 Contradição: governos Macri e Dilma.....	100
4.3.4 Contradição: governos Fernandez e Bolsonaro.....	101
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICE - AS 35 OBRAS MAIS CITADAS NO PUBLISH OR PERISH SOBRE UNASUL E TABULAÇÃO DE CITAÇÕES.....	122

1 INTRODUÇÃO

A alternância política não é uma ocorrência que se limita à América do Sul, mas neste contexto se apresenta de forma única e marcante. É singular desta região o estudo da ciência política a partir da concepção de ondas, tendências que são observadas de maneira histórica e comparada entre os países. Marcada por tensões fronteiriças e por um passado colonialista, a região sul das Américas compartilha narrativas políticas que se assemelham, como é o caso do governos autoritários nas décadas de 1960 e 1970.

Em meio a uma realidade, cujas limitações dos regimes democráticos esbarravam na acumulação de capital, os regimes políticos latinos dependiam de uma burguesia derivada do capitalismo para manterem-se de forma constante. A relação entre economia e política trazida por O'Donnell (1986) alude ao processo capitalista e às fases de industrialização dos países, que relaciona diretamente política e economia. A instauração das ditaduras no Brasil em 1964, no Uruguai e no Chile em 1973, e Argentina em 1976, e do consequente 'novo autoritarismo' (O'DONNELL, 1986), estão vinculadas ao processo de continuação do processo de acumulação e expansão.

Os estudos que abordam o período da redemocratização nos mesmo países a partir de 1990 passam a perceber de forma marcante a consolidação de governos progressistas de esquerda, originando a 'onda rosa' (PANIZZA, 2006) na maioria dos vizinhos do sul. Atualmente, a transição ideológica dentro do mesmo contexto democrático é foco de investigações que buscam compreender as esferas econômicas, sociais e históricas que condicionam a guinada do conservadorismo de direita, bem como o seu alinhamento de política externa.

Uma das determinantes deste estudo está em verificar a atual consonância de governos com um mesmo viés ideológico na América do Sul na última década e a influência no processo do regionalismo. Especificamente, aborda-se a temática da integração sul-americana entre 2008 e 2022 a partir da institucionalização da Unasul e seu gradativo esvaziamento. Cabe ressaltar que a construção teórica e de amplo conteúdo da disciplina se dá por lentes exógenas, que realizam uma visão de fora sobre cenários específicos, portanto este estudo visa agregar à pesquisas e investigações sobre o regionalismo sulamericano que são provenientes deste mesmo lugar.

Em certa medida, as ondas, que demarcam tendências políticas entre países latinos de forma concatenada e simultânea, podem ser observadas em outras regiões, como é o

caso de países europeus. O trabalho se justifica pelo fomento do regionalismo em nome do desenvolvimento das nações da AL e AS. O entendimento de outros estudos que fundamentam ocorrências similares de alternância política são importantes balizadores de pesquisa, mas nem sempre irão se adequar ao caso sul-americano. A tendência contemporânea configura a guinada conservadora não só nos Estados da região como em países como a Itália, com as eleições legislativas de 2013 (LISI, 2015), e os Estados Unidos, com a eleição do republicano Donald Trump em 2016. O modelo conservador de direita italiano é delimitado por Silvia Bolgherini (2022), da Universidade de Perúgia, em quatro ondas.

A primeira delas data após a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, sob os governos de Enrico De Nicola (1º de janeiro de 1948 - 12 de maio de 1948) Luigi Einaudi (12 de maio de 1948 - 11 de maio de 1955), ambos membros do Partido Liberal Italiano (PLI) de tradição conservadora e posicionamento centro-direita.

A segunda representa uma continuação de líderes de direita no poder e com variação ao teor liberalista, em sequência há a eleição de Giovanni Gronchi (11 de maio de 1955 - 11 de maio de 1962) e Antonio Segni (11 de maio de 1962 - 6 de dezembro de 1964), ambos do Democrazia Cristã.

A terceira onda tem ocorrência nas décadas de 1980 e 1990, com motivações que resultam após uma crise econômica interna, com as gestões de Francesco Cossiga (3 de julho de 1985 - 28 de abril de 1992) e Oscar Luigi Scalfaro (28 de maio de 1992 - 15 de maio de 1999), do Democrazia Cristã.

A quarta e última onda configura o cenário atual italiano, com Sergio Mattarella no poder desde 3 de fevereiro de 2015 e, permite-se ainda citar a ocorrência recente da primeira-ministra, Giorgia Meloni, ainda que o trabalho não se debruce de forma detalhada em sua posição política.

Seria arguível verificar se a ocorrência das ondas conservadoras se dão em mesmo número e período em solo latino conforme expõe a análise de Bolgherini na Itália - que de forma acertada busca enquadrar o modelo italiano, debruçando-se em inúmeros pormenores que o presente estudo é insuficiente para abordar, caso a consolidação democrática dos países da região tivesse se dado em um mesmo momento.

O conhecimento da questão italiana ajuda a compreender a ascensão das direitas argentina e brasileira, a serem exploradas no terceiro capítulo da dissertação, e outras direitas conservadoras ao redor do globo devido à afinidade com o Movimento Cinque Stelle (M5S). Marco Lisi (UNL-Portugal) explicita que “os mais importantes

desenvolvimentos políticos na Itália após a crise, nomeadamente a queda de Berlusconi, a ascensão do m5s e a recente liderança de Renzi, devem ser interpretados no contexto de uma tendência global para uma crescente personalização da política.” (LISI, 2015, p. 45).

1.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS: POLÍTICA EXTERNA, IDEOLOGIA E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

A integração dos atores latinos permite a inserção do bloco em âmbito internacional de forma mais efetiva e eficaz, tendo em vista que as tentativas individuais dos países ainda são lentas e enfraquecidas devido aos índices econômicos nacionais e ao grau de desenvolvimento perante outros países não pertencentes ao sul. Neste contexto, o Brasil desempenha de maneira consistente uma postura de mediador e de conciliador com os países com quem faz fronteira, postura que se expande também para todas as nações que se localizam na América do Sul (LAFER, 2019).

Esse coletivo ilustra um ensaio coletivo que coopera para o desenvolvimento da economia e do comércio, e que busca sanar problemas específicos da região como as questões securitárias, ambientais, sociais e de infraestrutura. Diferentemente da América Latina, pela presença do México que também integra o NAFTA e por grupamentos específicos na América Central (SICA) e no Caribe (CARICOM), a América do Sul busca maior diversificação das parcerias econômicas e políticas (LAFER, 2019). Para além de relações condicionadas ao norte, a criação de projetos com a configuração sul-sul e de blocos regionais, agregam para o estudo das RI e para uma ordem multipolar.

Conforme relembra Belém Lopes (2020), em 1993, Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Itamar Franco, pautava o processo de redemocratização e os reflexos dele na América Latina, que levaram à fundação do Mercosul e reafirmação da ALADI, que tinha como principal intuito fortalecer e incentivar a transição do regime político. O Mercosul, além de deter um peso simbólico para a instauração do regime democrático, é fruto de um compartilhamento de interesses que, no futuro, viria a viabilizar projetos como a Unasul. Para o Brasil, essa inserção regional tornou-se uma oportunidade de desempenhar um papel significativo no que tange a mediação e a participação conjunta para o desenvolvimento local.

A diplomacia presidencial brasileira nos governos de José Sarney, com chancela de Abreu Sodré, e de Luíz Inácio Lula da Silva, com Celso Amorim, de forma estratégica buscaram e conciliação de objetivos econômicos juntamente com a Argentina,

manifestando a intenção de estimular a integração regional e fortalecendo o Mercosul e o regime democrático (VILLA, 2006, p. 78). O protagonismo brasileiro é visualizado pela manutenção de suas tradições diplomáticas, desde a gestão de Ernesto Geisel (1974-1979), de forma que percebe-se o ensejo de catalisar o diálogo na América Latina (VAZ, 1999, p. 60).

Apesar de o Itamaraty configurar um órgão independente ao governo, está subvertido ao viés ideológico das políticas nacionais vigentes, e neste sentido compreende-se a liderança e cooperação regional brasileira, seja em tratativas comerciais ou planos de infraestrutura. Uma das principais égides do Estado é a autonomia, princípio este que faz-se primordial para a PEB. A conotação da diplomacia após a Guerra Fria toma um rumo de diversificação proporcionado pela democratização e pela globalização, dando luz às pautas ambientais, das estruturas do comércio internacional e sobre os direitos humanos.

A institucionalização do Mercosul e da Unasul não serviram como expedientes limitadores da autonomia, ao contrário, vincularam interesses que levariam à projeção regional. Desde a aproximação entre o Brasil e a Argentina, em meados dos anos 1980, com a volta dos governos civis, passando pela formação do Mercosul, em 1991, até a criação da Unasul, em maio de 2008, é possível verificar mudanças significativas com respeito ao papel exercido pela integração regional em relação aos objetivos da política externa do Brasil.

A busca pela expansão geográfica da integração e da cooperação do Cone Sul para a América do Sul tem sido uma característica central da política brasileira, e está relacionada com o peso do tema da autonomia na ação externa do país e com a constante preocupação pela manutenção do formato intergovernamental dos blocos regionais (VIGEVANI; RAMANZINI JR., 2014, p. 518).

Observa-se que entre 2003 e 2011 houve o fomento da manutenção da integração com os países vizinhos e o foco em manter o papel de líder na região, incumbindo destaque às relações dentro da América do Sul, o Itamaraty alçou como principal objetivo os esforços em investir em uma política externa focada na diplomacia regional (DE LIMA, 2010, p. 14).

Dado ao peso como política de governo, a PEB possui registros físicos e virtuais através da plataforma da FUNAG. Desta forma, foi possível realizar pesquisas documentais em arquivos disponibilizados pelo Governo Federal Brasileiro e pelo Ministério de Relações Exteriores que objetivaram acompanhar a integração regional no

âmbito da Unasul. O conteúdo disponibilizado pelo MRE se encontra no acervo de Resenhas de Política Exterior do Brasil, podendo ser acessado na central de conteúdos online. Os registros datam de 1995 a 2020, sendo organizados semestralmente com as pautas que integraram a agenda internacional.

A tentativa de uma mesma busca documental foi feita utilizando a Argentina como contraparte, mas uma das dificuldades do estudo foi localizar um acervo virtual disponibilizado para consulta. Através da plataforma da *Cancilleria Argentina*, nos deparamos com a presença do patrimônio físico, mantido em um acervo histórico que é dividido por temas (política, economia, cultura, religião, migrações, entre outros). O conteúdo disponibilizado via web é apenas referente às relações inventariais dos documentos de política exterior. Além dos obstáculos para pesquisar a PEA em vias documentais, em comparação ao caso brasileiro, os arquivos referentes à PE não são abertos e disponibilizados ao público. Além da dificuldade logística de acesso aos dados, observa-se que os estudos de PEA, em sua maioria, utilizam de registros de discurso para análise.

Esta busca inicial permitiu averiguar, a partir de 2008, a formação da Unasul se consolidando em um período onde havia convergência ideológica das esquerdas latinas, ou seja, fazendo parte dos efeitos da onda rosa. Outra constatação é de que alguns dos indicadores de alteração do processo integrativo são verificados na identificação dos principais atores intra estatais formuladores de PE, ou seja, principais órgãos governamentais/ministérios envolvidos e lideranças envolvidas. Dessa forma, foi possível elucidar a institucionalidade da Unasul e trazer dados relativos à encontros/cúpulas/reuniões que denotam a interação do bloco a partir do período em que se inicia a onda conservadora. Destaca-se que, posteriormente, dados comerciais foram agregados de forma acessória à análise.

A pesquisa realizada em fontes primárias buscou verificar de forma atitudinal as ações tomadas em relação à Unasul, desta forma valendo-se das Resenhas do MRE. A Figura 1 traz um resumo quanto às menções da Unasul, dela buscamos destacar dois períodos, um de convergência e manutenção do bloco e outro de divergência e enfraquecimento das atividades focadas à Unasul. O primeiro momento é da concomitância dos governos Lula da Silva e Cristina Kirchner, ambos no ano de 2008 a 2011, e o segundo pelo período em comum entre os governos de Michel Temer e Mauricio Macri, de 2016 a 2017. Adicionalmente, destacamos a resenha de número 124, referente ao 1º semestre de 2019, momento em que o Brasil efetivou sua saída da Unasul.

Figura 1 - Resenhas de Política Exterior do Brasil do MRE: Registros da Unasul

Tabela de Menções - Unasul (Resenhas de Política Exterior do Brasil do Ministério das Relações Exteriores)			
Posição Política			
Ano	Semestre	Nro menções	Edição
2008	1º	27	Nro 102
	2º	25	Nro 103
2009	1º	39	Nro 104
	2º	84	Nro 105
2010	1º	73	Nro 106
	2º	78	Nro 107
2011	1º	53	Nro 108
	2º	52	Nro 109
2012	1º	37	Nro 110
	2º	78	Nro 111
2013	1º	24	Nro 112
	2º	67	Nro 113
2014	1º	10	Nro 114
	2º	38	Nro 115
2015	1º	54	Nro 116
	2º	31	Nro 117
2016	1º	30	Nro 118
	2º	4	Nro 119
2017	1º	5	Nro 120
	2º	0	Nro 121
2018	1º	1	Nro 122
	2º	3	Nro 123
2019	1º	9	Nro 124

Fonte: elaboração da autora, 2023.

Em 2018, as resenhas trazem o momento de conclusão do Tratado Constitutivo da Unasul, que é vista como uma ferramenta de aproximação entre os países da América do Sul, oficializado em 23 de maio de 2008 na cidade de Brasília. É documentada uma agenda de eventos que formalizam e conferem um princípio de organização do bloco, com participação e visitas de figuras como Michelle Bachelet, Lula da Silva e Cristina Kirchner.

No 1º semestre de 2009, são listados alguns dos efeitos da formação da Unasul, como o seu aporte econômico-comercial, que permitiu ação junto à crise política boliviana; o ensejo à criação do Conselho de Defesa da Unasul; eventos nacionais como o dia do diplomata (07/05/2009) que conferem mérito à realização do Tratado da Unasul e sua expansão; e outras participações presidenciais em cúpulas que conferem à entidades como a Unasul uma governança que parte das esferas regionais para transformação do SI em multipolar, ou seja, se baseia nos preceitos do multilateralismo.

O maior número de menções da Unasul se concentram no 2º semestre de 2009, documentando a ocorrência da 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo em 10 de agosto na cidade de Quito, que celebrou a transição da Presidência Pro Tempore do Chile para o Equador. Deste mesmo Conselho, também foi registrada uma Cúpula Extraordinária em 28 de agosto na cidade de San Carlos de Bariloche. Outros encontros oficiais como Reuniões de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa também foram datadas, e servem como evidência do engajamento e participação intra bloco.

No 1º semestre de 2011 as menções da Unasul se vincularam com ações de interferência doméstica (Declaração da Unasul sobre as enchentes e os deslizamentos na região sudeste do Brasil) e sobre a vigência do Tratado Constitutivo, que buscava consolidar a Unasul. Quanto aos registros, são elencadas a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, em Quito, a primeira Reunião da COSIPLAN, no Rio de Janeiro, e a visita da Secretária-Geral-designada da Unasul à Brasília com o ministro Antonio Patriota.

Já no 2º semestre de 2011, foram registradas a aprovação do Tratado Constitutivo pelo Congresso Nacional, permitindo a atuação da nação como membro pleno; a Reunião extraordinária de Chefes e Chefes de Estado e de Governo em compromisso contra a desigualdade, em Lima; a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, em Buenos Aires; a realização da V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, em Assunção, e a Declaração do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da Unasul neste mesmo evento.

No 1º semestre de 2017 é registrado o vigor de atos internacionais, neste especificamente o comunicado em conjunto (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) sobre a situação venezuelana que foi tida como prejudicial frente à eleição dos parlamentares em 2015 e do funcionamento da Assembleia Nacional.¹ Ainda na primeira metade de 2017 foi reforçada a importância do aprofundamento do diálogo entre os membros da Unasul. A quantificação de zero menções ao bloco refletem o aprofundamento da questão da instabilidade participativa e reflexos da situação interna da Venezuela, a despeito da manutenção objetivada ao bloco.

As menções da Unasul em 2018 são limitadas. Ao começo do ano é utilizada para adereçar a competência de uma figura nacional, não atendo-se a qualquer tipo de interação

¹ Em 2013, com o falecimento de Hugo Chávez antes de ser apossado, o PSUV apostou na candidatura de Nicolás Maduro para a eleição, da qual se logrou vitorioso, gerando ruídos da oposição que prontamente questionou o resultado pela pouca margem de diferença com o oponente Juan Guaidó (CORREA, 2020, p. 57-58).

intrabloco ou registro de atividade. No segundo semestre foi fundado o Protocolo Complementar ao acordo entre Brasil e Chile sobre cooperação em defesa e quanto ao intercâmbio de dados e serviços catalogados, que na prática se concretiza como a execução de reuniões bilaterais, além dos seminários anuais no âmbito da Unasul. Já em outubro, durante viagem à Madri, o chanceler Aloysio Nunes (Brasil) se reuniu com o chanceler Josep Borrell (Espanha) como marco da Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha, que contou sobre o compartilhamento de perspectivas sobre a integração sul americana através da Unasul e do Mercosul.

Em 2019, a pauta da Unasul cinge-se à prática de Denúncia do Tratado Constitutivo, em 15 de abril. Ainda em março, o presidente Jair Bolsonaro, acompanhado pelo ministro Ernesto Araújo, foi para Santiago em uma Visita Oficial e em conjunto com Sebastián Piñera, e demais líderes convocados, iniciaram a proposição da criação de um novo espaço de cooperação sul americano no intitulado Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul).² Em contraste, foram reafirmados os posicionamentos de Macri, Bolsonaro, Piñera e Iván Duque Márquez frente ao desgaste da Unasul:

A substituição da Unasul pelo Prosul, alicerçada na democracia e na liberdade econômica, nos proporciona uma nova alavancagem integracionista capaz de transformar a América do Sul em um grande espaço de dinamismo econômico, livre de uma vez por todas do caudilhismo e do projeto totalitário do Foro de São Paulo. (BRASIL, 2019, s/p.).

Observa-se que também houve uma diminuição quanto as menções referentes ao Mercosul, sendo que os semestres em que a pauta foi enfatizada foram o primeiro de 2011 e o segundo de 2017, e o menor índice de menções no primeiro semestre de 2019. Ao fim e ao cabo, as alterações de política externa, não somente (mas principalmente) da Argentina e do Brasil unidas com a crise venezuelana levaram ao enfraquecimento e esvaziamento da Unasul.

1.2 INTEGRAÇÃO E ALINHAMENTO IDEOLÓGICO: PROBLEMÁTICA CENTRAL

O problema da pesquisa é o que explica (por que há) a ascensão e declínio da Unasul entre 2008 e 2022? A principal hipótese trabalhada é de que a convergência e a

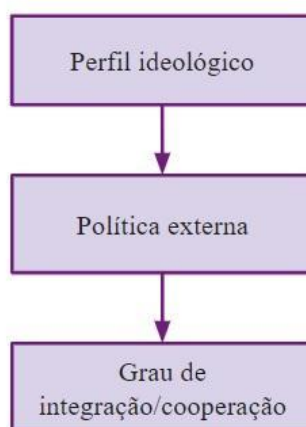
² “Em 22 de março último, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru assinaram documento por meio do qual indicaram sua vontade de constituir o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), em substituição à UNASUL. O novo foro terá estrutura leve e flexível, com regras de funcionamento claras e mecanismo ágil de tomada de decisões. Terá, ainda, a plena vigência da democracia e o respeito aos direitos humanos como requisitos essenciais para os seus membros.” (MRE, 2019, p. 119).

divergência ideológicas influenciam o contexto sul-americano e nas tendências e nos tipos de cooperação regional.

De forma auxiliar, apresentemos hipóteses secundárias, sendo elas: i) *a onda conservadora produziu uma retração da integração regional na América do Sul, seja a deterioração de blocos econômicos ou projetos de integração existentes; ii) o declínio da Unasul é configurado pela redução de governos progressistas na região e pela instalação de interações não institucionalizadas entre os países, surtindo impacto na cooperação em nível dos blocos econômicos; iii) houve convergência ideológica entre os governos de Cristina Kirchner e Lula-Dilma (progressistas), o que influenciou a produção de uma política externa pró-Unasul e o conseqüente fortalecimento da instituição; ix) houve convergência ideológica entre os governos de Macri e Temer-Bolsonaro (conservadores), o que influenciou em um alinhamento contra a Unasul e em favor de outras integrações, como o Prosul; x) existe um momento de contradição durante os governos Macri e Dilma, quando o Brasil apresenta a manutenção da tendência ao regionalismo multilateral e a Argentina rompe sua participação no bloco, enfraquecendo a Unasul; xi) existe um momento de contradição durante os governos Fernandez e Bolsonaro, quando a Argentina retoma a participação na Unasul enquanto o Brasil se encontra em ruptura com o bloco e em convergência ao Prosul.*

O **objetivo principal** do trabalho é isolar o período de 2008 a 2022 e caracterizá-lo por suas particularidades na América do Sul, especialmente no que tange às políticas de cooperação adotadas e das características de integração desenvolvidas. Especificamente o trabalho objetiva:

- a) Analisar as tendências políticas regional recentes;
- b) Identificar semelhanças e particularidades dos governos correspondentes à guinada de partidos de direita;
- c) Verificar em nível de América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Peru) os blocos e projetos integrativos que sofreram impacto durante o período;
- d) Explorar o eixo de convergência/alinhamento e divergência/afastamento entre Argentina e Brasil;
- e) Compreender o esvaziamento da Unasul e sua condicionante político-ideológica.

Figura 2 - Esquema de Variáveis da Pesquisa

Fonte: elaboração da autora.

A **variável independente** (VI) é o perfil ideológico do sistema regional, enquanto a **variável interveniente** (VInt) é a postura de política externa. O esquema da figura acima (Figura 1) ilustra a visualização delas. Na variável interveniente (VInt), se encaixa a identificação entre lideranças do executivo em um mesmo período, o posicionamento político ou a ideologia (direita ou esquerda) e a influência dos partidos políticos ao poder. Por último, a **variável dependente** (VD) é o grau de integração.

Na **instância metodológica**, o trabalho expõe um estudo explicativo. Para isso, optar-se-á por uma pesquisa com processamento qualitativo e por uma abordagem hipotético-dedutiva. O método de procedimento escolhido é de estudo de caso histórico comparado, que prioriza a visualização de transição de governos e lideranças que impactam na formulação de PE. A execução do trabalho foi orientada pela transição ideológica observada nos países sul-americanos como condição para a integração regional. Compreendidas pelo escopo das pesquisas acadêmicas da área de ciências políticas, as metodologias normalmente utilizadas são estudos de caso e análise de discurso, além de verificações estatísticas, que buscam vincular mecanismos causais com a testagem de teorias (BENNETT, 2013).³

Foi realizado um estudo comparativo empírico entre os países-membros da Unasul. A variabilidade das ações dos governos em prol da manutenção (ou não) do bloco é percebida pela transição ideológica na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Foram

³ “Case studies afford an opportunity to examine closely sequences of actions and events, and the details that emerge, often unknown even to experts on the case prior to its intensive study, provide many opportunities to test the observable implications of alternative explanations that are ‘use novel’ for the researcher.” (BENNETT, 2013, p. 472)

selecionados como foco da pesquisa a Argentina e o Brasil, devido à sua influência entre os países da região e por serem detentores dos maiores PIBs na economia regional.

Como técnica de pesquisa, optamos por um estudo bibliográfico não sistemático para reunir dados e informações acerca das teorias vinculadas à Análise de Política Externa (HUDSON & VORE, 1995; ALDEN & ARAN, 2016; COOPER, 1997) e de temas que conceituam o estudo do sul global (HENTZ, 2005; NEACK, 1992; NEACK 1993; GILPIN, 2001; BRAVEBOY-WAGNER, 2009; SOLINGEN, 1998). A literatura de Política Externa Argentina (LECHINI, 2010; LISTRANI BLANCO & ZACCATO, 2018; BEZUS, 2022; BUSSO, 2017; SIMONOFF, 2007; SIMONOFF, 2010; OKITA, 2022) e Política Externa Brasileira (LAFER, 2001; DE LIMA, 2005; DE LIMA, 2006; DE LIMA, 2010; SARAIVA, 2016; MALAMUD, 2017; VIZENTINI, 2005; VIGEVANI & RAMANZINI, 2023) também integram o estudo.

Um dos desafios principais, e uma efemeridade do campo de política externa, é identificado a partir de uma ausência de padronização pelas chancelarias da América do Sul, ou até mesmo da existência de livros brancos referentes à PE dos governos. Portanto, para maior aporte ao trabalho, foi verificada a necessidade de adicionar camadas de investigação através de um estudo de fontes secundárias. A segunda parte da pesquisa se deu com o intuito de averiguar hipóteses secundárias sobre a afinidade ideológica e integração regional.

Utilizamos o Publish or Perish (PoP), software desenvolvido para busca e análise de citações (em livros, artigos e demais publicações), que é utilizado como um programa que auxilia a análise bibliométrica nos mais variados campos de pesquisa.⁴ No dia 17 de janeiro de 2024 realizamos sete buscas sistemáticas de citações a partir de uma *string* - união entre palavras-chave nas publicações sobre a temática; uma para cada presidente da Argentina e do Brasil no intervalo de 2008 a 2022. Como resultado, todos os artigos selecionados deveriam apresentar em seu conteúdo as quatro palavras-chave: “Nome do presidente”, “País” (Argentina ou Brasil), “Unasul” e “Política Externa”. Utilizamos os cinco resultados de artigos mais citados de cada busca para análise.

Alguns critérios foram considerados para que fossem desprezados os resultados que não seriam relevantes. São eles: as obras que não obtinham nenhuma citação computada (totalizando a soma zero); de livros publicados, priorizando os resultados de artigos (pdf ou html) para consulta online; de documentos editáveis para que fosse possível operar a

⁴ “The Publish or Perish software was first introduced in October 2006.” (HARZING, n/p, 2010).

ferramenta de busca pelas palavras-chave no texto; que não estavam compreendidos dentro dos espaços temporais dos governos, conforme a Figura 5 - Quadro de Transição Política na América do Sul: Governos de Direita em Destaque (2008-2022) exposta previamente; e publicações que não continham, necessariamente, as quatro palavras-chave propostas pela pesquisa. A partir dos filtros empregados, o critério de seleção de autores e publicações se deu a partir do maior número de citações.

1.3 ESTRUTURA DE PESQUISA

A dissertação se divide em três partes, além de seus elementos pré-textuais (quadro de pesquisa e introdução) e pós-textuais, de conclusão. O primeiro capítulo faz um apanhado teórico, o segundo uma revisão bibliográfica e conceitual referente aos temas geral e específico da pesquisa, e o terceiro apresenta a pesquisa que foi desenvolvida a partir das hipóteses secundárias.

Assim, detalhadamente, no primeiro capítulo algumas teorias de RI são revisitadas, como é o caso do Realismo e do Realismo Neoclássico, introduzindo uma discussão teórica eclética que se vincula ao estudo de APE em um contexto dinâmico e periférico como o sul global. É também a seção onde se realiza um arranjo conceitual à temas pertinentes à emergência do sul global, como o novo regionalismo, com foco no cenário político sul americano e nas relações institucionalizadas entre os países na região.

O segundo capítulo é voltado ao estudo da onda rosa, valendo-se da averiguação da PE e da integração durante o período progressista remanescente, de 2008 a meados de 2014. Neste momento percebe-se uma confluência de ideologias na América Latina e América do Sul, que é profícua para o estabelecimento de blocos e processos integrativos institucionalizados através da Aladi, Mercosul e Unasul. A partir de 2015 e até 2022 é observada a consolidação de governos de direita, especialmente na Argentina e no Brasil, que indicam uma nova orientação ideológica pela qual a região irá trilhar suas formas de interação. Nesta seara, as ondas ideológicas são descritas conforme as particularidades do espectro político (direita e esquerda), revisitando as questões políticas que vinculam a afinidade entre os países e a vertente política dos governos nacionais.

O terceiro capítulo cumpre a função de averiguar a ideologia política dos governos da Argentina e Brasil no período de 2008 a 2022, e as ações e discursos referentes à Unasul. Foram escolhidos os casos argentino e brasileiro para verificação de quatro

sub-hipóteses que verificam o alinhamento ou distanciamento entre ambos países devido a alteração de orientações ideológicas.

2 DA TEORIA AO ECLETISMO

O campo de estudo de RI possui notável crescimento epistemológico, configurando a inclusão de leituras regionais ou sub-regionais que destacam as interações interestatais e a criação de organizações internacionais. A literatura deste capítulo se valerá de uma literatura que ilustra o ecletismo teórico, devido às diferentes abordagens que agregam ao estudo da política externa no sul global. A organização parte da abordagem de política externa para a interação regional institucionalizada.

Conforme se verá a seguir, a APE abriga métodos comuns à ciência política, partilhando do interesse de contribuir com a testagem e o desenvolvimento teórico sobre mecanismos causais, unindo desde análises estatísticas e análise de discursos ou estudos de caso (BENNETT, 2013, p. 469).⁵

2.1 ABORDAGENS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

A teoria de política externa se debruça sobre a explicação do comportamento estatal, daquilo que se deseja obter (e quando) no ambiente externo (ROSE, 1998, p. 145). Todavia, a evolução teórica do campo é escassa, ainda que denote este esforço de compreensão, e recebe atenção insuficiente. A APE, portanto, acrescenta dimensões de análise, de igual importância ao que se objetiva a RI em nível global, mas de forma a atribuir importância no processo de tomada de decisões e os possíveis desdobramentos posteriormente que terão reflexo no cenário internacional. Destarte, “desde o seu início a APE envolveu o exame de como as decisões de política externa são tomadas e assumiu que a fonte de muitos comportamentos e mudanças na política internacional são os seres humanos, agindo individualmente ou em coletividade” (HUDSON; VORE, 1995, p. 210, tradução nossa).⁶

De forma geral, a visualização do sistema internacional se dá por lentes macro dinâmicas que apresentam uma análise rígida das entidades estatais (HUDSON; VORE,

⁵ “In short, common methods in political science - including but not limited to statistical analysis, formal modeling, discourse analysis, and case studies - can all contribute to the development and testing of theories about causal mechanisms. [...] Case studies afford an opportunity to examine closely sequences of actions and events, and the details that emerge, often unknown even to experts on the case prior to its intensive study, provide many opportunities to test the observable implications of alternative explanations that are ‘use novel’ for the researcher.” (BENNETT, 2013, p. 469).

⁶ Do original, “From its inception, FPA has involved the examination of how foreign policy decisions are made and has assumed that the source of much behavior and most change in international politics is human beings, acting individually or in collectivities.” (HUDSON; VORE, 1995, p. 210).

1995, p. 210). O período inicial da conformação das RI e da APE como uma esfera de pesquisa unitária, que se dá após a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, utiliza-se de teorias realistas como método de entendimento de mundo e predição de mudanças. Sob este enfoque, o estudo das relações internacionais vincula-se com o interesse nacional dos Estados (ALDEN; ARAN, 2016, p. 5) enquanto o sistema prevê que as interações advindas destes atores ocorrem dentro de uma conformação de anarquia. Desta constatação em específico Alden e Aran (2016) identificam o momento de descolamento entre o grande campo de RI, da política internacional, e da APE.

O acontecimento da Segunda Guerra Mundial permitiu que a APE emergisse como campo distinto de abordagem teórica e fosse abordada por correntes behavioristas/racionalistas entre as décadas de 1950 e 1960 (ALDEN; ARAN, 2016, p. 6) e que sofresse posteriormente sua virada construtivista na década de 1990 (ALDEN; ARAN, 2016, p. 13). Por esta análise são contempladas com maior abrangência o que ocorre dentro da caixa preta do Estado, onde há a existência de uma coletividade humana (que será objeto de análise das ciências sociais) e de conformações políticas nacionais e subnacionais.

A utilização de teorias concebidas pelas RI torna-se problemática pois, como afirma Waltz (1996) em sua retórica a Elman (1996), “[...] uma teoria neorrealista da política internacional explica como as forças externas moldam o comportamento dos Estados, mas não diz nada sobre os efeitos das forças internas” (p. 57).⁷ Waltz (1996) se refere a aplicação do neorealismo proposta por Elman (1996) para os estudos de política externa, e contribui para aclarar que as teorias da grande área vinculadas à política internacional possuem objetivos diferentes.

Já o realismo clássico, conforme postula Morgenthau (2003), consiste em seis princípios que afiançam o funcionamento do sistema e propõe que, entre racionalidade e soberania, as condições para realização de política externa com base no conceito de “interesse definido em termos de poder” são comprovados ao longo da história (p. 6-7). Isto ocorre porque a política funciona como uma ferramenta de poder independente, diferentemente da economia, que conta com elementos tangíveis e interesse específico nos níveis de riqueza (MORGENTHAU, 2003, p. 6). Outro requisito importante do realismo clássico é a ocorrência de conflitos que se traduzem em mudanças no sistema:

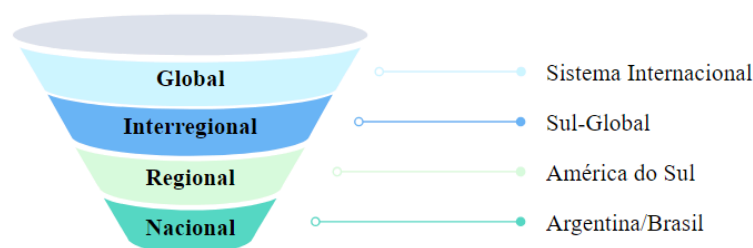
⁷ Do original, “[...] a neorealist theory of international politics explains how external forces shape states’ behavior, but says nothing about the effects of internal forces.” (WALTZ, 1996, p. 57).

O grupo dos realistas aparta-se de outras escolas de pensamento no tocante à importantíssima questão de saber como deverá ser transformado o mundo contemporâneo. Os realistas estão convictos de que essa transformação só poderá ser alcançada mediante a manipulação habilidosa das forças perenes que deram forma ao passado, do mesmo modo como moldarão o futuro. Eles não podem acreditar que se consiga tal transformação mediante o confronto de uma realidade política que dispõe de suas próprias leis com um ideal abstrato que se recusa a pôr essas leis em ação. (MORGENTHAU, 2003, p. 19-20)

Portanto, ao realismo se encaixa a visualização do SI e das ações estatais que o afetam, sem necessariamente se deter à esfera inter regional ou regional. Conforme ilustra a Figura 3, a esfera global representa a última camada de análise das RI. O contexto do sul global se insere dentro da perspectiva inter regional, acima dos contextos regional e nacional.

Para autores como Braveboy-Wagner, a esfera “regional” é nomeada como “sub-regional”, e para este trabalho representa sinônimos de um mesmo contexto, a se tomar como exemplo o conjunto da América do Sul. Para a autora a camada regional se amplia ao fenômeno do Pan-Americanismo, que acaba unindo toda a região da América, diferentemente da Figura 3, que propõe o nível inter-regional exclusivo ao sul global. A política externa é proveniente da pauta doméstica, tendo início na base do esquema e surtindo efeito nos demais níveis macro de estudo:

Figura 3 - Dimensões analíticas RI/PE



Fonte: elaboração da autora.

As causas sistêmicas e domésticas possuem diferente peso para as teorias clássicas de RI e para a APE. O desenvolvimento teórico depende do objeto e do objetivo de pesquisa, que se diferem ao abordar exclusivamente teorias clássicas de RI. Nesta seara há a apresentação da corrente do realismo neoclássico, que busca agregar ao escopo teórico a interação estatal e, para tanto, Rose (1998) destaca que a narrativa busca acessar como diferentes fatores são combinados e influenciam na confecção de políticas externas

específicas. O marco de diferenciação do realismo neoclássico é a junção do papel desempenhado pelas variáveis independentes e pelas variáveis dependentes (ROSE, 1998):

A predição empírica central do realismo neoclássico é, portanto, que, a longo prazo, a quantidade relativa de recursos materiais de poder que os países possuem moldará a magnitude e a ambição - o envoltório, por assim dizer - de suas políticas externas: à medida que seu poder relativo aumenta, os estados buscam mais influência no exterior e, à medida que ela diminui, suas ações e ambições serão reduzidas de acordo. (ROSE, 1998, p. 152, tradução nossa)⁸

Correspondente à VI está o estímulo sistêmico, à VD os fatores internos (domésticos) que resultam na projeção da política externa. É importante perceber que as pressões externas ou sistêmicas são traduzidas nas variáveis intervenientes, que retratam a conformação da estrutura estatal (sob influência de figuras tomadoras de decisão). Portanto, a visualização do SI é importante e a concepção de anarquia é complexa, devido a diversificação da visualização das unidades/atores estatais no sistema (ROSE, 1998, p. 154).

A partir da percepção da APE como um campo de pesquisa é feita a análise do cenário mundial pós Guerra-Fria, que se abriu para inserção dos países em desenvolvimento e trouxe como consequência o retorno do regionalismo (BRAVEBOY-WAGNER, 2016, p. 6). Estas características são abordadas por autores com foco em Política Externa Brasileira, como Cervo (1998), de Lima (2010), Salomón e Pinheiro (2013), Belém Lopes (2020), Faria (2011) e em APE, com Hudson e Vore (1995), como uma diversificação do cenário bipolar que era instaurado desde então entre Estados Unidos e Rússia e o consequente potencial de expansão econômica e política que acaba por dar início ao processo de globalização.

Exemplo da consonância do realismo com a inserção internacional de novos atores na ordem internacional é destacado por Andrew Cooper (1997), que confere centralidade aos EUA, mas destaca que o sistema não é mais polarizado somente na potência americana. A entrada do século XXI traz a discussão sobre a influência dos atores do SI e sobre as responsabilidades que permeiam as posições de liderança. Em conjunto, é analisada a suposição de que um sistema multipolar, apesar de ambíguo e desigual, é inerente à ordem mundial que entra em transição com o enfraquecimento do unipolarismo (COOPER, 1997, p. 1-2).

⁸ Do original, “The central empirical prediction of neoclassical realism is thus that over the long term the relative amount of material power resources countries possess will shape the magnitude and ambition?the envelope, as it were?of their foreign policies: as their relative power rises, states will seek more influence abroad, and as it falls their actions and ambitions will be scaled back accordingly.” (ROSE, 1998, p. 152).

Marcelo Coutinho (2006) resgata o trabalho de David Baldwin (1993) sobre neoliberalismo e o aplica em sua elaboração sociológica, afirmando que o institucionalismo nas RI é intitulado de liberalismo. Desta forma exemplifica a afinidade entre os conceitos, e a conseqüente oposição às correntes do realismo:

Isso acontece porque a democracia e a cooperação entre as nações guardariam uma boa dose de teor liberal (ou institucional), sem o que supostamente, nenhuma das duas prosperaria. Este teor liberal tenta minimizar os conflitos existentes tanto na sociedade, entre os mercados e as ruas, quanto no convívio entre países de maneira geral, mas muito especialmente entre aqueles de diferentes níveis de desenvolvimento e regimes políticos. (COUTINHO, 2006, p. 108).

Neste sentido, Alden e Aran (2016) irão elucidar que das teorias críticas que passaram a abranger o estudo da APE (e que demonstram o ecletismo) ressalta-se o construtivismo e o reflexivismo para compreensão do processo de tomada de decisões (p. 4). Os autores ainda verificaram que o vínculo de diálogo entre as teorias de APE e RI parece demonstrar um possível panorama de desenvolvimento quando se unem os esforços da sociologia histórica e da teoria construtivista, tendo em vista a análise dos efeitos da globalização e os reflexos nas RI a partir do estudo das ciências sociais (ALDEN; ARAN, 2016, p. 15). A teoria construtivista, parece configurar um dispositivo de análise que se molda à realidade econômica e política contemporânea, ao passo em que também confere importância ao estudo sistêmico, ou seja, contribuindo para a formação estatal e sua projeção.⁹

As teorias sistêmicas de alta complexidade promovem a evolução dos campos de pesquisa científica. Ainda que tendo certo distanciamento de RI, a APE é uma de suas subáreas que conta com métodos importantes que baseiam-se não tão somente na empiria, como também no ecletismo teórico e metodológico e em uma forte análise histórica, psicológica, antropológica e sociológica. Tendo sido negligenciada ou não, a APE e a PEB carecem de atenção especial no que tange à inclusão de discursos que permitam a progressividade e a maturação de um estudo aprofundado. A seguir, são expostos fenômenos referentes ao sul global que visam contribuir, colaborar e enriquecer a compreensão teórica de sistemas regionais como o da América do Sul.

⁹ “With respect to the substance of international relations, however, both modern and postmodern constructivists are interested in how knowledgeable practices constitute subjects, which is not far from the strong liberal interest in how institutions transform interests. They share a cognitive, intersubjective conception of process in which identities and interests are endogenous to interaction, rather than a rationalist-behavioral one in which they are exogenous.” (WENDT, 1992, p. 394).

2.2 (NOVO) REGIONALISMO E POTÊNCIAS MÉDIAS

O panorama internacional a partir de 1991 toma novo formato. Em termos, o sistema deixa de configurar o sectarismo bipolar, ora conjurado entre as grandes potências e sustentado pelas alianças firmadas durante a Guerra Fria, mas ainda apresenta resquícios da primazia Norte Americana, especialmente no que compete ao rol de segurança e tradição militar (COOPER, 1997, p. 2). Em efetivo, a partir do começo da década de 1990 foram observadas mudanças e reformas que impactaram diretamente as relações cooperativas entre os atores do sistema. Para Cooper (1997), parte essencial desta nova configuração é observar as potências médias.

O estudo de Andrew Cooper (1997) merece menção no que tange ao esforço de realizar uma análise funcionalista e estado-cêntrica, vinculando o fim da Guerra Fria, o início da globalização e a emergência de novos atores. A visão funcionalista (1930) e, futuramente, a neofuncionalista (1950) terão a função de embasar teoricamente as tendências regionais que começam na Europa e espalham-se pelo globo com o aumento da interdependência e do encadeamento das esferas econômica e política (BRAVEBOY-WAGNER, 2009), ainda assim apresentam fraquezas analíticas.¹⁰

Diferentemente das pautas territoriais que se instauraram no passado, novas preocupações consideradas de “baixo contexto” tomam a cena, seja permeando o bem-estar econômico ou uma vasta gama de demandas sociais, a agenda da década objetiva abordar direitos humanos, pobreza, ecologia, entre outros (COOPER, 1997, p. 3). O princípio de *self-reliance*, passou a integrar a estratégia do sul em sua integração regional, dando lugar a bloqueios anteriores, historicamente demarcados por rivalidades interestatais, fortes nacionalismos e intrincamentos técnicos (BRAVEBOY-WAGNER, 2009, p. 48).¹¹

O conceito de capacidades estatais também fornece ajuda para compreender a formação dos Estados com a dissolução da ordem bipolar da política internacional e também a organização regional. O novo sistema sofreu difusão política e econômica, que impactou na conjuntura relacional dos atores. Para Castellano (2012) o conceito de Novo Regionalismo se vincula com a difusão proporcionada pela ordem multipolar, que ilustra uma maneira de permitir a ampla cooperação entre Estados ao passo em que a geopolítica

¹⁰ “Sobretudo o (neo)funcionalismo e o intergovernamentalismo são alvo de grandes objeções, entre outros motivos pelo fato de nenhum deles explicar satisfatoriamente por que o novo regionalismo se desenvolve somente no final dos anos oitenta e não antes.” (DE LIMA; COUTINHO, 2005, p. 3).

¹¹ Conceito teórico que compete à política externa dos países do sul global e refere-se à autoconfiança na junção dos próprios esforços e habilidades.

contemporânea estabelece diferentes eixos de poder global que estão, inevitavelmente, interligados.

O estudo de regiões, que se amplia por lentes teóricas e empíricas, é observado pela grande área das relações internacionais e pelo “aumento dos processo gêmeos de regionalização (movimento de aproximação mútua de atores regionais) e regionalismo (processos políticos de cooperação regional)” (CASTELLANO, 2012, p. 44). Os padrões previamente citados (polaridade, polarização, cooperação e conflito) especificam características que enquadram a ordem multipolar emergente e a difusão de potências regionais, impactando as percepções de capacidade e de poder (CASTELLANO, 2012, p. 44).

Em nível micro, é observado o enquadramento ideológico dos governos. De acordo com Chauí (2017), a ideologia é um artifício que se produz a partir da universalidade. A popularização de valores em estado de coesão irá concatenar a consolidação e a sedimentação de ideias dominantes. Nos estudos de Gramsci se percebe que a universalidade não sofre inadvertida criação, cujo caráter real deve contemplar o coletivo, que convive em associação através das condições de dominantes e não-dominantes. Em certo ponto, tal representatividade bastava para atender aos interesses de todas as classes porém, deparamo-nos atualmente com uma universalidade ilusória que defende dimensões particulares referente aos dominantes (CHAUÍ, 2017).¹²

A mudança do perfil ideológico dos governos se vincula à concepção empírica de atuação nacional, ou “*national role*” (HOLSTI, 1970), que se refere ao comportamento individual (deriva de necessidades), ao desenvolvimento de relações e ao exercício de posições formais em organizações (HOLSTI, 1970, p. 239). Para Verbeek & Zaslove (2014, p. 539) os partidos políticos também podem ser considerados como atores de PE, ajudando a elucidar que existem muitos outros papéis que podem ser desempenhados além dos indivíduos/lideranças do executivo, como por grupos minoritários que dotem de poder, sejam eles organizações burocráticas, elites e a mídia.

Portanto, a verificação ideológica em contextos do sul global, como por exemplo na África do Sul (HENTZ, 2005), nos leva a concluir que as instituições governamentais e os líderes políticos possuem suas respectivas convicções particulares, crenças que refletem no processo decisório dos atores. O debate ideológico, considerando os regimes transicionais

¹² É por isso que, para Gramsci, a transição hegemônica requer uma reconstrução das bases sociais, de tal forma a que se crie uma nova ideia de nacionalidade que condiga com os valores populares, contrapondo à dominância vigente.

do sul, aclaram o processo de formação econômica, os dilemas produtivos internos, as diretrizes de comércio, a política externa e o desenvolvimento regional (HENTZ, 2005, p. 64). Tomando como pressuposto a relação de caráter multidimensional, sem livrar-se da barreira territorial dos sistemas regionais, a abordagem dos Estados como ator individual é possibilitada pelo NR.¹³

A manutenção deste complexo de correlações é imprescindível, visto que somente o bilateralismo e o unilateralismo não são capazes de garantir êxito no avanço das nações (LAFER, 2019). Neste quesito, o liberalismo político derivado do fim da Guerra Fria estabeleceu notória condição para o fortalecimento das economias periféricas e integração global, seguindo como exemplo o modelo integrativo da Comunidade Econômica Europeia (CEE) na década de 1960, que estabeleceu o mercado comum europeu entre França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, os Países Baixos e Luxemburgo, sendo estes três últimos signatários países de Benelux.

O NR não somente destaca as regiões, como as características que se referem à polaridade, polarização, cooperação e conflito (CASTELLANO, 2012, p. 44), mas fazendo um paralelo com o conceito de potências médias (NEACK, 1992). Apesar de serem identificadas desde a década de 1940, as potências médias abrigam características comportamentais que perpassam a era bipolar.¹⁴

O conceito de potências médias passou a ser empregado no contexto de formação das Nações Unidas, a partir de 1945, e contemplava países como o Canadá e a Austrália (Neack, 1992, p. 6), e até meados de 1980 serviu como uma análise que partia do agrupamento dos atores (cluster analysis) para análise comportamental no sistema (Neack, 1992, p. 8). Contudo, é necessário frisar que o termo cunhado passou a sofrer flexibilização quanto ao critério de agrupamento e a partir da difusão do multilateralismo, portanto países que não são grandes potências ou “*minor powers either*” (Cooper, 1997, p. 14), caso do cone sul aqui abordado, são referidos da mesma forma pois integram a mesma categoria.

Ainda que tenha contribuído para inúmeras pesquisas, Neack (1992, p. 10-11) evidencia a ambiguidade que se sobressai ao verificar a utilização do conceito pelas literaturas da economia política e pelo realismo político, especialmente com a transição do

¹³ Castellano (2012) alerta que o debate acerca do NR está diretamente vinculado “[...] à avaliação de como processos históricos de construção estatal afetam capacidades estatais e a formação regional” (p. 46), além da interação regional, que se mostra um estudo ainda exordial.

¹⁴ Ver Aldenderfer & Bashfield (1984).

período bipolar para a nova ordem mundial, permitindo constatar que as potências médias recebem tal rótulo a partir de um ponto de vista perceptivo, e não de forma objetiva.

A contribuição da pesquisa de Neack (1993), está em revisitar o conceito de potências médias ao realizar um estudo sobre o comportamento sistêmico destes atores, utilizando-se do agrupamento de dados estatísticos que, após a coleta de dados, divide e reorganiza os componentes em grupos relativamente homogêneos de forma hierárquica ou de acordo com a interação.¹⁵ Algumas conclusões emergem a partir da análise, cuja categorização visa conferir ao grau médio uma concepção que resolva a dinâmica de participação internacional a partir de 1945 (NEACK, 1993, p. 368).

O primeiro período abordado pela pesquisa foi entre 1945 e 1960, momento em que grande parte dos Estados já eram independentes. O segundo, de 1963 a 1969, e o terceiro de 1970 a 1979, este último sendo marcado pelo amotinamento econômico mundial.¹⁶ O que se constata é que parte significativa das potências médias se concentram na América Latina, Europa e no continente Asiático (NEACK, 1993, p. 355), padrão que se mantém nos três períodos de análise e ilustra que, via de regra, a saída de países desta categorização se dá de forma crescente, quando os Estados passam a agregar o grupo das grandes potências.¹⁷ As potências médias parecem também lastrar características distintas quando em comparação ao grupo das grandes potências, dentre estas a ausência de um processo completo e homogêneo de desenvolvimento, não obstante, possuem papéis de interação essenciais para a política internacional.

As capacidades de um ator qualificado nesta categoria é também intermediária, vinculando-se diretamente com a forma como se constrói a identidade nacional e atrelada à identidade dos Estados Unidos como potência. A importância da existência das potências médias no passado teve papel importante para a manutenção do *status quo*, através do

¹⁵ Do trecho, “Hierarchical cluster analysis can be performed with an agglomerative method in which entities are grouped into bigger and bigger clusters until all entities form a single cluster, or with a divisive method in which all entities are grouped in a single cluster to start and then are divided until there are as many clusters as there are entities. Iterative partitioning begins with an initial partition of the entities that is tested and rejected if found unsatisfactory. This continues through as many iterations necessary until the first satisfactory solution is obtained.” (NEACK, 1993, p. 348).

¹⁶ O estudo utiliza cinco variáveis: população, gastos militares *per capita*, PIB, taxa de alfabetização e mortalidade infantil. Os indicadores, aos quais se permite medir os dados coletados, são identificados a partir dos níveis de poder nacional, autonomia, riqueza, força e qualidade de trabalho interno e saúde.

¹⁷ O resultado da pesquisa de Laura Neack (1993) abre precedente para característica de mutabilidade entre os países integrantes de cada grupo, corroborando a frequente experiência de mobilidade ascendente (*upward mobility*), quando os Estados passam a integrar o grupo superior/seguinte, sendo a ordem classificatória *small*, *middle* e *great*. O estudo apontou a análise de 105 países para os três períodos selecionados, evidenciando que apenas 87 (cerca de 82,8% do total) mantiveram-se no mesmo grupo; 17 países (cerca de 16% do total) sofreram alteração classificatória em algum dos períodos, de forma geral galgando para a categoria subsequente (NEACK, 1993, p. 365).

favorecimento e de assistência estadunidense, “assim, os estados intermediários da antiga ordem poderiam desempenhar adequadamente o seu papel internacional (vis-à-vis aos EUA e a ordem mundial) utilizando comportamentos de política externa não violentos de custo relativamente baixo (como a participação na manutenção da paz da ONU)” (NEACK, 1992, p. 18, tradução nossa).¹⁸

O estudo individual destas características de sistemas regionais, ou de fenômenos como o NR, mostram-se importantes pela intersecção da criação de um ambiente profícuo para os laços integrativos de participação e projeção. Aspectos internos (sub sistêmicos) das nações, como a ideologia política dos governos, pode ser decisiva para o estabelecimento de cooperação e para que assegure o alinhamento entre diferentes atores. A ordem regional, abordada em sequência, busca vincular a consolidação das nações no contexto da América do Sul em sua história recente e resgatar a teoria de regimes como facilitadora da observação da interação das potências médias no SI.

2.3 AMÉRICA DO SUL: ALINHAMENTO E PROJEÇÃO

A participação das potências médias a partir de uma ordem internacional em erosão permite uma análise macrodinâmica que abrirá precedente para observação multidimensional de atores específicos. A liderança dos EUA deixa de alimentar a percepção de que existe uma única agenda de política internacional ao tornar-se errática e contraditória por nutrir interesses geograficamente restritos, dando espaço a uma multiplicidade de questões latentes e complexificando esferas sociológicas locais, então “a domesticação e a politização da política regional, por sua vez, tornaram os temas e atores relevantes mais transparentes, oferecendo uma melhor oportunidade para estudar as condições domésticas que moldam as ordens regionais” (SOLINGEN, 1998, p. 5, tradução nossa).¹⁹

As relações desta ordem são estabelecidas em forma de coalizão e, de acordo com Solingen (1998) fazem parte do processo de liberalização econômica, que dá espaço à integração regional.²⁰ Este processo ocorre de forma doméstica; a economia aberta é

¹⁸ Do original, “Thus, old order middle states could play their proper international role (vis-a-vis the U.S. and the world order) using relatively low-cost nonviolent foreign policy behaviors (such as participation in U.N. peacekeeping).” (NEACK, 1992, p. 18).

¹⁹ Do original, “The domesticization and politicization of regional policy, in turn, have made the relevant themes and actors more transparent, offering a better opportunity to study the domestic conditions that shape regional orders.” (SOLINGEN, 1998, p. 5).

²⁰ O conceito de ordem regional também contempla casos contraproducentes, cujo *modus operandi* pode ser o oposto de uma “zona estável de paz” e ilustrar uma realidade proeminente a conflito (SOLINGEN, 1998).

fomentada em nível interno e permite que haja fluxo de capital, como consequência há estímulo de investimentos e desenvolvimento progressivo tecnológico. Não obstante, se inserir no mercado global significa também se fazer presente como ator dentro de esferas políticas, participando de instituições internacionais (SOLINGEN, 1998). Por conseguinte, este decurso passa a servir como um dispositivo que acentua a marginalização, tornando a globalização em si um processo desigual dentro de um sistema previamente hierarquizado e competitivo.

Os países do sul global tendem a desenvolver relações multilaterais, especialmente se a inserção internacional dos agentes da região for examinada cautelosamente, fator que levará a observação da participação em organizações internacionais. O alinhamento entre as nações do sul global denota o nível identitário, o compartilhamento de objetivos em comum e uma tarefa conjunta de inserção internacional (BRAVEBOY-WAGNER, 2009, p. 6).

A política externa dos países latinos, em especial a PEB, são primordialmente caracterizadas por políticas de *soft-power* na dinâmica internacional. Conforme postulam Keohane e Nye (1973), tal postura é condizente com o empenho em integrar pautas culturais, ambientais, econômicas e sociais; já as políticas da agenda “*hard*”, por outro lado, buscam associar-se aos níveis securitários entre os Estados do SI e não são, tradicionalmente, prioritárias nas políticas externas nacionais. Nesta seara, o conceito de ordem regional passa a afigurar as coalizões estratégicas regionais, que terão efeito sobre a segurança e economia locais (SOLINGEN, 1998).

Contudo, o cone sul nem sempre configurou um ambiente profícuo para formação de alianças cooperativas ao longo da história, pelo contrário, é marcado historicamente por lutas pelos recursos naturais na região, pelo estabelecimento de influência em territórios estratégicos com saída costeira para os oceanos e por competições de armas nucleares. Em consequência, foram alimentadas competições e desavenças militares que levaram o século XIX a ilustrar o comportamento intrépido entre os países.

Em meio à definição territorial e os processos de proclamação das repúblicas nacionais, aconteceram alguns embates hostis como: a Guerra da Cisplatina (1825-1828), sendo um marco para a rivalidade entre Brasil e Argentina que não ficou limitada somente à essa época;²¹ a Guerra do Paraguai (1864-1870), tida como a maior conflagração bélica

²¹ Na década de 1980 ambos países ainda não haviam entrado em consenso quanto à assinar o TNP, “de fato, Argentina e Brasil tornaram-se temas frequentes em estudos de proliferação nuclear, dadas suas quatro décadas de esforços intensivos para desenvolver programas nucleares fora do regime de não-proliferação global [TNP]” (SOLINGEN, 1998, p. 132, tradução nossa). O forte estatismo presente nos governos por

na América Latina é marcada pelo confronto entre o Paraguai e Argentina, Brasil Império e Uruguai (compondo a Tríplice Aliança) sobre o domínio da Bacia da Platina; e a Guerra do Pacífico (1879-1883) entre Chile, Bolívia e Peru, que teve como resultado a vitória chilena e consequentes anexações territoriais que acarretaram na perda de costa marítima boliviana.

A Guerra do Chaco (1932 e 1935) tornou-se o maior combate armado da América do Sul durante o século XX após evidências de existência de petróleo na região do sopé da Cordilheira dos Andes, na extensão do Chaco Boreal/Gran Chaco, culminando no litígio entre Bolívia e Paraguai. O Chile, de igual forma, possui rivalidade com a Argentina, pela com a sucessão do Conflito de Beagle no final da década de 1970. O conflito militar deu-se em meio à Terra de Fogo, região divisória entre os territórios do Chile e Argentina. Correspondente ao Estreito de Beagle, a região é estratégica por duas razões, a primeira é a ligação que proporciona entre os oceanos Pacífico e Atlântico, a segunda é referente ao agrupamento de ilhas que apresenta a presença de recursos naturais como urânio e petróleo.

De acordo com Solingen (1998) - que se debruça sobre a detalhada ocorrência dos conflitos ocorridos no sul, analisar o impacto nos países vizinhos e oferecer uma leitura interna dos governos de forma individual (estatismo) no último século, cita que outro agravante para o estreitamento de relações entre os países da América do Sul foi a ocorrência do conflito das Ilhas Malvinas/Falkland, que escalou entre Argentina e Reino Unido em 1982 na Guerra do Atlântico Sul. O cenário geral viria a mudar somente na década de 1990 e a introdução cooperativa econômica, dando origem a uma nova ordem regional, virtualmente acessada por três níveis: na esfera internacional, em âmbito regional e no núcleo doméstico (SOLINGEN, 1998).

Em linhas gerais, o melhor termo de abordagem para análise, é o de integração. Isto pois a abordagem multilateral engloba diferentes contextos e grupos relacionados, não necessariamente localizados no sul global, todavia, ambos os termos serão utilizados como forma de representação do ensejo de inserção e internacional e de interação política e econômica, seja restritos à região ou além do território regional.

Precedente à conformação da integração regional, os países latinos já trilhavam de alguma maneira o crescimento individual. Na década de 1970 países como o Brasil

décadas, e a influência das questões nucleares, dificultaram qualquer estrutura regional efetivamente integradora. “Argentina, Brasil e Uruguai, entre outros, aderiram à Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC, 1960), que visava alcançar o livre comércio até 1973. No entanto, burocracias e empresas estatais e indústrias protegidas não eram candidatos naturais para abraçar a liberalização do comércio, especialmente quando mercados mais amplos beneficiariam corporações multinacionais.” (SOLINGEN, 1998, p. 141, tradução nossa).

passaram por um período de intenso crescimento e industrialização. Contudo, a consequente demanda por crédito através da obtenção de financiamentos internacionais sofreu impacto da recessão mundial. Eventos como o colapso do sistema de Bretton-Woods (1971-1973), a crise do petróleo (1973-1974) e o aumento dos juros (1979) do banco central americano, o Sistema de Reserva Federal (FED).

A partir do acordo de Bretton-Woods, em 1944, a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), e posteriormente com a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, percebe-se a concentração de esforços em regulamentar e formalizar o sistema econômico complexo contemporâneo (GILPIN, 2001, p. 83). Esses fatores refletiram no aumento da contração da dívida externa e impactou no custo de vida social, vulnerabilizando de forma mais incisiva os países periféricos.

Embora o Brasil tenha enfrentado dificuldades ao longo da década de 1970 devido à existência dos choques externos, demonstrando o grau de vulnerabilidade e dependência, o país apresentou um desempenho excepcional em termos de crescimento econômico, ao contrário do que ocorreu na década de 1980, a qual ficou marcada por um período de grande instabilidade econômica, de tal modo que muitos autores denominam o período como a “década perdida”.²²

A década perdida ficou marcada na história pela presença da inflação e do déficit interno. Uma das medidas tomadas na época foi o congelamento de preços, que em consequência levou à crise do abastecimento, isto devido ao fato de que o valor de produção continuava o mesmo, prejudicando diretamente as indústrias. A demanda, mais uma vez, superou a quantidade de bens ofertados, resultando em uma instabilidade política cada vez maior. A reaproximação entre Argentina e Brasil também marcou a década de 1980, que fortaleceria a consolidação integrativa na década seguinte.

Os anos seguintes ficaram marcados por crises econômicas em virtude da contração da dívida externa. Ademais, as “[...] empresas do sul se viram incapazes de pagar os empréstimos que lhes haviam sido concedido pelos bancos do norte” (CALLINICOS, 2009, p. 184). A reação internacional se deu pelo Consenso de Washington, cuja implementação de políticas econômicas neoliberais nas gestões do Republicano, Ronald Reagan nos EUA, e da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, facilitaram a

²² Salienta-se que “na ‘década perdida’ de 1980, quando os altos preços do petróleo, a dívida elevada, os baixos preços das commodities, a recessão mundial e a gestão econômica ineficiente fizeram com que os países do sul global se voltassem para dentro a fim de reestruturar suas economias, o entusiasmo pelo regionalismo diminuiu.” (BRAVEBOY-WAGNER, 2009, p. 114, tradução nossa).

transferência de capital do sul global (caso da América Latina e África Subsaariana) para as economias do norte (CALLINICOS, 2009, p. 184).

Os estudos de economia também esboçam a criação dos laços de dependência, estes com base na exploração que está prevista no comércio internacional (HIRSCHMAN, 1980, p. 17). Por esta ótica, a relação econômica entre os estados cria, necessariamente, relações de poder. O comércio internacional forma relações de dependência, influência e dominação e concentra o poder regulador em poucas nações (HIRSCHMAN, 1980, p. 13). Poder nacional, para HIRSCHMAN (1980), é tido como um meio coercitivo (militar ou pacífico) que tem vertentes históricas, políticas, psicológicas ou econômicas (p. 15). À vista da época, sem a implementação de uma política econômica internacional colaborativa, levando ao livre mercado, o poder torna-se um fator excludente (HIRSCHMAN, 1980, p. 79).

Importante para esta análise de relações econômicas internacionais é expor sua ligação implícita com a independência política que as sociedades nacionais detêm (GILPIN, 2001, p. 82). A perspectiva difundida por Gilpin (2001) quanto à autonomia nacional inserida na temática de economia política internacional ressalta que as relações interdependência e o compartilhamento de interesses são balizadores para um comportamento autocentrado dos Estados (p. 81).

O ponto de convergência entre estudos de economia e economia política se dá pela constatação de que o sistema necessita de regras e instituições que imponham acordos e salvaguardam os direitos de propriedade (GILPIN, 2001, p. 82), desta forma propiciando um ambiente em que o livre comércio impere de forma não discriminatória. O conceito que se introduz ao nível das instituições é o de regimes internacionais, sendo “[...] princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores” (KRASNER, 2012, p. 93).

Como “os regimes e os comportamentos são inexoravelmente imbricados” (KRASNER, 2012, p. 93), os regimes são formações indelévels e impassíveis de alterações provenientes de interesses estatais, por esta razão, a postura de reciprocidade requer que os estados sacrifiquem juízos a curto prazo eventualmente. Para Keohane (2009) a política mundial em associação à economia transnacional (gerando políticas interestatais) cabem no que se intitula “interdependência complexa” (p. 37). Destes, as regras e procedimentos de tomada de decisão são elementos da internalidade estatal

passíveis de alteração, enquanto os princípios e normas são fatores imutáveis (KRASNER, 2012, p. 95).²³

Os regimes garantem a eficiência da economia ao passo em que reduzem as ambiguidades entre os atores do sistema e o custo de transações internacionais, sendo consolidados de forma unitária, ainda que sob pressão de unidades mais influentes, e permitem que o comportamento estatal seja moldado em prol de interesses nacionais e na estabilidade internacional (GILPIN, 2001, p. 84).

A teoria de regimes, derivada especialmente da teoria da estabilidade hegemônica difundida por Robert Keohane, considera o poder relativo das nações e propõe a discussão em torno da cooperação e da ordem liberal. A vertente difundida por Keohane (1988; 2017) prevê que as instituições e os efeitos institucionais não são neutros, ora é conferido préstimo à determinados estados tidos como autoridades e que refletem em determinações institucionais gerais (KEOHANE, 2017, p. 387).

Tomando como partida a natureza egocêntrica e protecionista dos atores, a cooperação é um fator em cheque, salvo existência de uma liderança que previna a segregação econômica. As críticas que permeiam o debate buscam problematizar a propagação de uma ordem que favorece os interesses americanos, sejam políticos, econômicos ou ideológicos, e que busca conservar a primazia estadunidense após a fragilização do sistema econômico durante a década de 1970 (GILPIN, 2001, p. 85).

A origem dos regimes, proveniente de negociações e da imposição de regimes monetários ou de forma orgânica, contou com as influências dos Estados Unidos, Canadá, Japão e Europa Ocidental se baseando em três fatores para consolidação da economia liberal: liderança, cooperação e consenso ideológico (GILPIN, 2001, p. 86).

Adverte-se que a utilidade dos regimes internacionais recai sobre o potencial de soluções a que proporcionam em esferas técnicas, econômicas e securitárias, “por esta razão, os Estados tentam frequentemente manipular regimes para obterem vantagens econômicas e políticas paroquiais” (GILPIN, 2001, p. 92, tradução nossa).²⁴ Para Gilpin (2001, p. 94-97), a teoria de estabilidade hegemônica inclina-se à facilitação da cooperação através de lideranças hegemônicas que evitam (se necessário por coerção) a

²³ “As normas que evoluem da interação são tratadas como regras e regularidades comportamentais, que são externas aos atores e que resistem à mudança por causa dos custos transacionais da criação de novas normas. A análise da Teoria dos Jogos sobre a cooperação entre egoístas é, em sua base, comportamental. [...] Estas normas resistirão à mudança porque estão atadas aos comprometimentos dos atores às suas identidades e a seus interesses, não meramente por causa de custos transacionais.” (WENDT; ESTRADA 2013, p. 457).

²⁴ Do original, “For this reason, states frequently attempt to manipulate regimes for their own parochial economic and political advantage.” (GILPIN, 2001, p. 92).

deserção das regras estabelecidas. Portanto, “a hegemonia americana desempenhou, de fato, um papel crucial no estabelecimento e na gestão da economia mundial após a Segunda Guerra Mundial; um forte apoio e cooperação foram fornecidos pelos aliados da Guerra Fria dos Estados Unidos” (GILPIN, 2001, p. 98, tradução nossa).²⁵

A consolidação dos regimes no âmbito da América do Sul forjam a formação estatal, a ordem regional e uma PE regional que se mostra marcante, dinâmica e singular. O alinhamento ideológico, como será visto no segundo capítulo deste trabalho, será um dos fatores simbólicos para análise da integração regional, que faz uma intersecção entre conservadorismo e progressismo em diferentes momentos.

2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Conceitos relevantes de análise da integração surgem a partir da ordem internacional pós-Guerra Fria que coincidem com o panorama político geral e acentuam o foco de estudo em regiões periféricas, integrantes do sul global. O ecletismo é um caminho que ilustra diferentes meios de análise e propicia vínculos contributivos para o entendimento das dinâmicas do sul global. A análise buscou trazer as principais vertentes teóricas da área das RI e suas derivações, marcadas por aperfeiçoamentos contemporâneos que marcam as alterações históricas do comportamento entre os atores. Teorias de maior abrangência como o realismo neoclássico, ainda que sensível ao nível nacional, enfrentam entraves quanto ao vínculo com a esfera internacional e em sua disseminação acadêmica.

A emergência de termos específicos aos países do sul global acrescentam camadas de complexidade, demonstrando sua relevância e pertinência para a manutenção do sistema. O estudo das potências médias resgata perspectivas inclusivas e empíricas de “*cluster/fuzzy analysis*” (não somente analíticas) que salientam aspectos qualitativos que agregam ontologicamente o campo das RI. A percepção das potências médias ilustra a importância de analisar novos atores que se inserem no SI pós Guerra Fria, ainda que o termo possa se tornar problemático, agrupa em uma nova categoria os países que se apresentam como destaques no tange à inserção diplomática, fator que evidencia uma nova configuração, não somente dependente das grandes potências como figura de liderança (COOPER, 1997).

²⁵ Do original, “The American hegemon did indeed play a crucial role in establishing and managing the world economy following World War II; strong support and cooperation were provided by the Cold War allies of the United States” (GILPIN, 2001, p. 98).

As lentes do novo regionalismo permitem averiguar movimentações paralelas de acercamento regional e frisam o aspecto cooperativo no desenvolvimento de políticas. A política externa regional é, se não, um produto de participação integrativa e formulação conjunta destes atores que buscam alavancar sua influência na ordem e nas organizações mundiais. De forma individual, alguns campos como o da economia internacional se mostraram insuficientes para analisar a distribuição de poder e de potencial financeiro, assim como não conseguem vencer questões ligadas às definições de interesses regionais e eficiência dos regimes internacionais.

Já a concepção de ordem regional nos leva a verificar a conformação dos processos integrativos, nos países do cone sul em específico isso ocorre com a difusão do liberalismo econômico e político em comum entre os países adjacentes. A caracterização específica do estudo da América do Sul, a partir de diálogos inclusivos que colocam o sul global dentro do espectro de uma ordem regional leva à concluir que os países buscam não somente a integração, mas um comportamento cooperativo entre si. Até o momento, a pesquisa buscou utilizar dispositivos teóricos e conceituais que visam expor não apenas um panorama sobre o estudo de política externa como integrar o sul global nesta pauta, ainda elucidando os esforços que concernem a cooperação e integração regional na América do Sul.

A aplicação da metateoria de Larry Laudan no âmbito das Relações Internacionais abarca (dentre outras vertentes teóricas) a Teoria da Complexidade, cujo objetivo recai sobre o estudo dos sistemas complexos. Estes ilustram diversas formações, em diferentes níveis (regionais ou globais) e camadas hierárquicas. A multiplicidade e a interdependência são características do mundo contemporâneo ilustradas a partir da contextualização dos sistemas que, sem definição formal definida e com base na abstração, estão diretamente conectados.

O estudo dos sistemas complexos adentra no preceito de não linearidade, conforme retrata Laudan sobre as considerações de progresso nas tradições de pesquisa, isto pois as ocorrências empíricas não acontecem em meio ao equilíbrio proposto por equações matemáticas. Tomando como exemplo a política doméstica das nações-Estado percebe-se que a alteração de governos é coeficiente de mudanças não lineares e complexas, justamente as que buscam ser descritas e pormenorizadas através do estudo científico. Neste caso específico cita-se a Teoria do Caos, já estudada por Newton, em busca de fundamentar física e matematicamente fenômenos não lineares em desequilíbrio.

Ademais, cita-se também a Teoria dos Jogos que teorizam a conformação do Sistema Internacional a partir de potências dominantes e de um cenário de competição, onde a cooperação é vista como um fato de equilíbrio instável de persistência tão somente restrita até o rompimento de algum dos Estados (BUZAN & LITTLE, 2010, p. 108).

3 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA SUL-AMERICANA

A conjuntura da década de 1990, com a guinada da onda rosa, é concebida por Luna e Kaltwasser (2014) como uma fase propícia para o desenvolvimento e inserção de ideologias de centro-esquerda devido ao colapso e esgotamento da esfera centro-direita. O século XXI foi, de fato, iniciado com uma prevalência dos partidos de esquerda a partir da prática de disseminação de discursos e ideais que congraçam com a configuração socioeconômica da América Latina. Contribuíram, diretamente, com a óbice oclusão da direita (EATON, 2014). A vertente do discurso neoliberal teve ascendência até a Crise de 2008, a partir de então o movimento sofreu o giro para a direita. Eventualmente, com os impactos da crise financeira, o malgrado da jura de redistribuição de renda gerou vasto descontentamento com as realidades sociais propostas pelo neoliberalismo progressista.

O entrave contemporâneo observado fica à cabo da qualidade crível do funcionamento e aplicação da direita no âmbito democrático e na fragmentação que acaba por sofrer, visto que a intensidade (radicalista) da ideologia oscila entre “*softliners*” e “*hardliners*” (LUNA; KALTWASSER, 2014). A principal incerteza atribuída à direita permeia a capacidade de manutenção da estabilidade democrática, sendo que a participação desses grupos políticos (que ainda configuram as camadas sociais mais influentes) é imprescindível para a durabilidade do regime (LUNA; KALTWASSER, 2014).

A evolução da gradação do exercício da direita resulta no questionamento da correlação entre a ideologia em si e a manutenção do sistema. Ainda que os líderes conservadores tenham chegado ao poder por intermédio da escolha e do apoio populares, um dos anseios de pesquisadores da academia está na gradativa erosão forjada ao regime democrático. O conservadorismo contemporâneo propaga, ainda que em diferentes níveis, um discurso anti sistema e que se posiciona contra o pluralismo político.

Nesse sentido, buscou-se obter a compreensão do fenômeno populista que se vincula a diferentes cunhos ideológicos substantivos, cujo apelo empírico permite a variação moral e ética aplicada. Comumente o termo está associado somente à esquerda, ao ilustrar a oposição entre ‘povo’ e ‘elite’:

A história recente da América Latina demonstra que o populismo é ambivalente em relação à política de direita e esquerda. [...] A ligação atual entre populismo e política de esquerda pode, portanto, ser vista como um arranjo contingente, implicando que mudanças na estrutura de oportunidades políticas das sociedades

latino-americanas podem muito bem facilitar a formação de populismo de direita em um futuro próximo. (KALTWASSER, 2014, p. 160, tradução nossa)²⁶

O fenômeno do populismo será observado em casos como o do Brasil, com o alcance de Jair Bolsonaro à presidência da república por intermédio eleitoral, ilustra a multiplicação de uma lógica de antagonismos, fragmentação social e polarização de grupos (de interesses) sociais. A seguir será abordado o rápido crescimento dos regimes de direita que objetivou aclarar a reversão da guinada das esquerdas com o surgimento de um novo movimento que deu surgimento à eleição e disseminação de ideias conservadoras. Enquadrada no nicho da direita a quarta onda populista sofrida na América Latina. Finalmente, buscou-se reunir informações que ilustram a guinada da direita contemporânea (ou simplesmente seu papel como coadjuvante opositor) nos países sul americanos.

3.1 TENDÊNCIAS REGIONAIS: DA ONDA ROSA AO CONSERVADORISMO

A realidade política dos países latinos, seja por interferência da forma em que os territórios foram ocupados historicamente ou pela sua distância geográfica dos grandes nascedouros do fenômeno da globalização, ilustra ocorrências internas recentes de golpes, ditaduras e consequentes implantações tardias do regime democrático de direitos. Cabe lembrar que o marco inicial da onda rosa, com a ascensão de líderes de esquerda e da difusão neoliberal ocorreu somente no final da década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela.²⁷ A condicionante de tal cenário é a instituição da participação popular e do direito ao voto, em muitos países, mas não em via de regra, esse momento se dá após ditaduras militares como na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai:

O eleitoralismo como ideologia política estabeleceu uma forma conservadora de fazer política e de participação democrática nas modalidades episódica e delegativa. Paralelamente, o reordenamento conservador foi estabelecido através da implementação de um profundo processo de reestruturação capitalista neoliberal. (MODONESI, 2008, p. 121, tradução nossa).²⁸

²⁶ Do original, 1 “The recent history of Latin America demonstrates that populism is ambivalent with respect to left and right politics. [...] The current link between populism and leftist politics can thus be seen as a contingent arrangement, implying that changes in the political opportunity structure of Latin American societies might well facilitate the formation of rightwing populism in the near future” (KALTWASSER, 2014, p. 160).

²⁷ O termo “onda rosa” foi inaugurado por Panizza (2006).

²⁸ Do original, “El electoralismo como ideología política asentó una forma conservadora de la política y de la participación democrática al interior de modalidades episódicas y delegativas. En paralelo, el reordenamiento conservador se asentó por medio de la realización de un profundo proceso de reestructuración capitalista de corte neoliberal.” (MODONESI, 2008, p. 121).

A ocorrência da onda rosa configura a guinada do neoliberalismo progressista, cujo marco é a ascensão de líderes de esquerda ao poder executivo. Dentre as características desse momento estão a validação do regime político e das vias democráticas - homologando os governos pela participação e atribuição dos votos populares - , o ensejo em implementar políticas sociais, a propagação do populismo e o traço comum em buscar maior autonomia aos Estados Unidos:

A onda rosa, através desta acepção, é utilizada como um instrumento analítico que tem como tendência homogeneizar o movimento de implantação das políticas no continente sul-americano. Sua ocorrência delimita novas orientações governamentais que, geopolítica e temporalmente, configuram a manifestação da mesma vertente, ainda que sob diferentes formas e gradações. (CORRÊA, 2020, p. 24)

Para Massimo Modonesi (2008), sociólogo e cientista político latino-americanista, o movimento advém de uma construção temporal e histórica que se torna marcante pelo caráter anti-imperialista dos governos e pela tentativa de inserção em diferentes dimensões, buscando quebrar vínculos de dominação. Este ciclo se opõe ao período de 1970 e 1990 no cenário político latino, que ficou marcado por crises, mobilizações populares e forte repressão estatal.

A classificação é tida, portanto, como um meio analítico da política latina recente. O período irá corresponder com o segundo tempo citado por Coutinho (2006), a ser utilizado como método de análise histórica da América do Sul. Contudo, faz-se a ressalva de que a abrangência do fenômeno corresponde a toda escala da América Latina, agrupando também os países da América Central. Coutinho (2006) destaca em menor escala, dentre os países da AS, que a última década do século XX expõe “[...] a uma reação popular nas urnas e nas ruas contra mais de uma década de reformas em direção ao mercado, que não lograram transformar significativamente as estruturas sociais de pobreza e desigualdade encontradas na região.” (COUTINHO, 2006, p. 108).

É necessário ressaltar que o fenômeno da onda rosa não deve ser homogeneizado. Como instrumento analítico leva a visualizar as diferenças que se manifestam na prática ideológica de cada país. As origens da esquerda progressista podem ter derivações em comum, como se observa com o histórico do movimento do bolivarianismo, que sucedeu na cultura política da Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Panamá e Venezuela. Ao presente estudo cabe identificar que o movimento bolivarianista teve um enorme valor identitário com o surgimento do chavismo.

Algumas esquerdas também passaram a apresentar diferente caráter com o passar do tempo, como são os exemplos de Cuba e Venezuela. De acordo com o índice de governos democráticos da organização Freedom House, além destes países latinos, outros países centrais do Caribe, como a Guatemala e a Nicarágua, apresentam cenários de opressão política e ameaça ao regime democrático.²⁹ Portanto, tornam a apresentar a abstração de um dos fatores básicos da onda, a participação política popular e a manutenção da ideologia ao poder de forma democrática. Não obstante, serão retratados dentro da mesma categoria, que considera os preceitos ideológicos, e não especificamente de regime político.

Algumas ressalvas são necessárias quanto à escolha dos casos e dos dados apresentados até o momento. Reitera-se que a pesquisa identifica como caso de controle o cenário político do Chile, que em particular intercala governos de esquerda e governos conservadores. O caso da Colômbia apresenta uma distinção pela manutenção de governos conservadores, ou seja, sem sofrer efeitos da onda rosa. O golpe na Bolívia e a tentativa de golpe na Venezuela, por outro lado, ilustram até o presente momento resquícios da onda rosa extremada e não consolidam a tendência conservadora.

A tendência de sincronismo ideológico na região consolida o processo de liberalização econômica. Em comum constatação, o ambiente externo mostrou-se vantajoso para os Estados interessados em restaurar suas questões internas, desde os índices de industrialização e infraestrutura, até questões estruturais como a taxa de pobreza e a dívida pública. Destaca-se a presença de uma predisposição quase autossuficiente pela busca de aporte financeiro na região, sendo a proposta para o desenvolvimento a consolidação regional, como é o caso do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI. É configurado:

“[...] um sistema de compensações multilateral entre bancos centrais de 12 países da América Latina [Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.], destaca-se como um instrumento que presta relevante papel no desenvolvimento do comércio intra-regional desde sua criação, na década de 1960. A partir de meados da década de 1990, verifica-se um crescente papel do CCR como facilitador de financiamentos de longo prazo para projetos de infraestrutura na região.” (RÜTTIMANN et al, 2008, p. 82).

Em comum pode se perceber que o alinhamento ideológico da época buscava o desenvolvimento econômico, vinculado à competitividade, através da liberalização do

²⁹ A ORG Freedom House foi fundada em 1941 com o intuito de promover a defesa da democracia ao redor do mundo, mas é apontada por críticos e pesquisadores por ser excessivamente criteriosa com países em desenvolvimento..

mercado e de orientação progressista. As lideranças tinham como intuito promover a modernização de economias periféricas deficitárias, que em essência correspondem ao setor primário e tem como principal destino a exportação. Tal ação apresentou resultado contrário na maioria das economias nacionais, como é o exemplo da desindustrialização da Argentina pela dependência ao dólar, logrando-se positivamente somente no Brasil quanto à “adaptação competitiva” e valorizações cambiais (COUTINHO, 2006, p. 113) mas, ainda assim, gerou efeitos negativos para a economia brasileira como a desindustrialização local, a dependência do setor agrícola e o aumento das contas externas. Ademais, as questões latentes como o desemprego, a pobreza e o crescimento econômico médio apresentaram níveis de progresso oscilantes e sutis (COUTINHO, 2006, p. 113).

A Figura 4 ilustra a continuação que sucedeu desde a década de 1990, que ficou marcada pela substituição dos regimes autoritários e das economias baseadas no nacional-desenvolvimentismo (vigente antes mesmo da implementação das intervenções militares), em prol do regime democrático e de uma economia neoliberal (COUTINHO, 2006, p. 108). Dentro do recorte temporal do estudo é apresentada uma classificação dos governos sul americanos entre o período de 2010 e 2015 exposto na Figura 4, que em termos políticos ainda apresenta os efeitos da onda rosa com as lideranças destacadas em vermelho.

Figura 4 - Transição Política na América do Sul: Governos de Esquerda em Destaque (2008-2022)

Quadro de Transição Política na América do Sul - Governos de Esquerda em Destaque															
Estados	Ano														
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Argentina	Cristina Kirchner (UC)														
Brasil	Luis Inácio Lula da Silva (PT)				Dilma Rousseff (PT)										
Bolívia	Evo Morales (MAS)														
Chile	Michelle Bachelet (PSCh)	Sebastián Piñera (RN)													
Colômbia	Álvaro Uribe (PLC)	Juan Manuel Santos (PDLV)													
Equador	Rafael Correa (PAIS)														
Paraguai	Fernando Lugo (PC)														
Peru	Alan García Pérez (APRA)			Ollanta Humala (PNP)											
Uruguai	José Alberto Mujica Cordano "Pepe Mujica" (MPP)														
Venezuela	Hugo Chávez (PSUV)														

Fonte: elaboração da autora.

A classificação se dá de três formas, alocando os governos com orientações ideológica de esquerda, de direita ou inconclusivo.³⁰ Para tornar possível essa identificação entre todos os países membros da América Latina, optou-se por analisar as figuras de liderança do executivo e suas filiações partidárias, ainda que o estudo reconheça que outros núcleos de poder possam ser reconhecidos de forma a garantir outros níveis de análise e complexificação da difusão ideológica.

Outras camadas de observação podem partir da configuração das repúblicas presidencialistas totais, de forma a analisar as governanças elegidas ao poder legislativo e sua representatividade. Seria o caso de reunir informações quanto a governadores, senadores e deputados, de igual forma verificando a filiação partidária e alinhamento com o poder executivo, cujo respaldo ideológico influencia na efetividade de um governo. Contextos específicos de repúblicas semi-presidencialistas partiriam para a análise parlamentar (primeiro-ministro e gabinete ministerial), que tem parcela de poder compartilhada com o chefe de estado; o único país que apresenta essa configuração na América Latina é o Haiti, se enquadrando em regime semipresidencialista de subtipo de primeiro-ministro presidencial.

Eventualmente, o modelo também passou a apresentar sinais de esgotamento, que em 2006 foram salientados pela “[...] questão fiscal e o desafio da inserção no mundo globalizado” (COUTINHO, 2006, p. 115), e no futuro viriam a maturar a transição sociológica que se apresenta no giro conservador.

A ideologia proferida pela onda conservadora pode ser visualizada através da difusão de partidos políticos como o Proposta Republicana na Argentina (PRO), Partido Liberal no Brasil (PL), Renovação Nacional no Chile (RN), Centro Democrático na Colômbia (CD), AC (Costa Rica), FCN (Guatemala), PNH (Honduras), PRI (México), PRD (Panamá), PC (Paraguai) e PPK (Peru). Tais grupos se organizam com base em ideário histórico, social e político, formando conjuntos sistemáticos de ideias. A resposta ao movimento neoliberal, como cita Modonesi (2008), é uma antítese, um cenário de oposição e reação que passa a questionar não apenas o sistema, mas também o processo democrático e a globalização.

Essa fase é tida também como o início de um processo que contesta as ordens existentes (MODONESI, 2008, p. 124). As direitas, que podem ser moderadas (caso mainstream, cujo conservadorismo político é acompanhado do liberalismo econômico), ou

³⁰ Este último representa o caso do Peru, e promove uma análise inclusiva que pode ser ampliada em nível de América Latina, desta forma é recorrente categorizar os governos recentes do Haiti de forma inconclusiva.

radicais e extremas (alocam-se em posições extremas o nazismo e o fascismo), ao passo em que passam a ser repelidas as instituições democráticas e os direitos minoritários (MUDDE, 2019).

Figura 5 - Transição Política na América do Sul: Governos de Direita em Destaque (2008-2022)

Quadro de Transição Política na América do Sul - Governos de Direita em Destaque															
Ano															
Estados	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Argentina									Mauricio Macri (PRO)			Alberto Fernández (PJ)			
Brasil									Michel Temer (PSDB)			Jair Messias Bolsonaro (PL)			
Bolívia			Evo Morales (MAS)										Luis Arce (MAS)		
Chile												Sebastián Piñera (RN)			Gabriel Boric (CS)
Colômbia												Iván Duque Márquez (CD)		Gustavo Petro (PH)	
Equador											Lenín Moreno (PAIS)			Guillermo Lasso (M-CREO)	
Paraguai					Francisco Franco (F)	Horacio Manuel Cartes Jara (ANR-PC)						Mario Abdo Benites (ANR-PC)			
Peru									Pedro Pablo Kuczynski (PPK)		Martín Vizcarra (PPK)			Pedro Castillo (PNP)	
Uruguai									Tabaré Vázquez (FA)				Luis Alberto Lacalle Pou (PN)		
Venezuela						Nicolás Maduro (PSUV)									

Fonte: elaboração da autora.

A Figura 5 ilustra a influência remanescente dos governos de esquerda na primeira metade da década de 2010, já apresentando enfraquecimento e seus possíveis sinais de reversão. O Chile foi o primeiro de seu entorno a realizar a transição de Michelle Bachelet (PSCh) em 2009 para Sebastián Piñera (RN) em 2010, contudo, configura um caso à parte, como será visto em seguida, ambos líderes alternam ao poder.

O Paraguai consolidou o giro com Frederico Franco (PLRA) em 2012, no lugar de Fernando Lugo (APC), e posteriormente com Horacio Cartes (ANR-PC) e Mario Benites (ANR-PC). A Argentina abreviaria o peronismo ao poder com o fim da gestão de Cristina Kirchner (PJ) em 2014 com a eleição de Mauricio Macri (PRO) ao poder em 2015. Ao lado, no Brasil, Dilma Rousseff governou seu segundo mandato, em breve epilogado com o processo de impeachment, que levaria seu vice, Michel Temer (PMDB) a assumir o cargo em 2016.

O período, que pode ser considerado como uma crise do regime democrático e uma quebra com o progressismo latino, sofre alterações imediatas quanto à condução de interesses internacionais, aclarando a intenção em estreitar os laços com a União Europeia e o ingresso na Parceria do Trans-Pacífico. O governo sucessor de Dilma Rousseff (PT) conduziu as políticas externas brasileiras dentro dos moldes pré-estabelecidos durante os anos anteriores, não a salvo de padecer com reflexos da deterioração da conjuntura interna, especialmente entre os anos de 2011 e 2014, que afetaram a promoção internacional do país:

O conceito de declínio aplicado à inserção internacional do Brasil durante o período do primeiro governo de Dilma Rousseff há de ser qualificado para bem expressar a realidade. A crise financeira e econômica internacional apenas de leve afeta o declínio, cujas causas são eminentemente internas. As grandes estratégias externas da era Lula da Silva, quando são mantidas, o são de modo lerdo e obstruído. (CERVO; LESSA, 2014, p. 149).

A guinada do conservadorismo no cenário político brasileiro começou a mostrar sinais de avanço a partir da reação em favor do processo de impeachment de Dilma durante seu segundo mandato, culminando em movimentos populares que contribuíram para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

A Figura 6 ilustra ambos períodos em contraste:

Figura 6 - Transição Política Geral na América do Sul (2008-2022)

Quadro Geral de Transição Política na América do Sul																
Ano/Lideres																
Estados	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Argentina*	Cristina Kirchner (PJ)							Mauricio Macri (PRO)				Alberto Fernández (PJ)				
Brasil*	Lula (PT)			Dilma Rousseff (PT)					Michel Temer (PMDB)			Jair Bolsonaro (PL)				
Bolívia	Evo Morales (MAS)												Luis Arce (MAS)			
Chile*	Michelle Bachelet (PSCh)	Sebastián Piñera (RN)				Michelle Bachelet (PSC)				Sebastián Piñera (VAMOS)				Gabriel Boric (CS)		
Colômbia	Álvaro Uribe (PLC)	Juan Manuel Santos (PSUN)								Iván Duque Márquez (CD)				Gustavo Petro (PH)		
Equador*	Rafael Correa (PAÍS)							Lénin Moreno (PAÍS)				Guillermo Lasso (M-CREO)				
Paraguai*	Fernando Lugo (APC)			Frederico Franco (F)		Horacio Manuel Cartes Jara (ANR-PC)				Mario Abdo Benites (ANR-PC)						
Peru*	Alan García Pérez (APRA)			Ollanta Humala (PNP)				Pedro Kuczynski (PPK)		Martin Vizcarra (PPK)		Pedro Castillo (PNP)				
Uruguai	José Alberto Mujica Cordano "Pepe Mujica" (FA)							Tabaré Vázquez (FA)				Luis Alberto Lacalle Pou (PN)				
Venezuela	Hugo Chávez (PSUV)							Nicolás Maduro (PSUV)								
Legenda:																
* Países selecionados para análise.																
Presidente do Paraguai (2012): Frederico Franco (PLRA)																

Fonte: elaboração da autora.

Dentro da América do Sul, a Colômbia ilustra o único país que também apresentou uma constante conservadora de Álvaro Uribe (PL) a Juan Manuel Santos (PDLV) e Iván Márquez (CD), fazendo seu giro à esquerda somente com Gustavo Petro (CS) em 2022, sendo assim um caso de exceção. O Peru passa a ter um governo de direita com a finalização do mandato de Ollanta Humala (PNP) e a posse de Pedro Kuczynski (PPK) e depois de Martin Vizcarra (PPK).³¹ O Uruguai se mantém sob efeito da onda rosa até 2019, quando se finda o governo de Tabaré Vázquez (FA) e inicia Luis Lacalle Pou (PN) no cargo. A Bolívia e a Venezuela se opõem à tendência conservadora, e ilustram a conservação de governos de esquerda no poder com a presença de golpes de estado.³² O Equador passa a ser governado por Guillermo Lasso (M-CREO), adentrando a tendência conservadora.³³

Casos pontuais, que se inserem no escopo da América Latina, como Guatemala, Honduras, México e Panamá, não ilustram os efeitos da onda rosa a partir da análise do ano de 2010 e mantiveram uma tendência conservadora praticamente inalterada. Na Guatemala é observada a manutenção de governos conservadores de 2008 a 2012, com Álvaro Colom (UNE), Otto Molina (PP), Alejandro Maldonado (MLN), Jimmy Morales (FCN) e Alejandro Giammattei (VAMOS). Já em Honduras, México e Panamá há alterações recentes neste padrão, com a eleição de Xiomara Castro (LIBRE) em 2022, López Obrador (MRN) em 2019 e Laurentino Cortizo (PRD) em 2020, respectivamente.

A Nicarágua encaixa-se na categoria de manutenção da esquerda no poder, mas em específico apresenta um cenário atenuado de controle do executivo sobre o aparato eleitoral e ao Parlamento, permitindo a Daniel Ortega (FSLN) se manter na presidência de 2006 a 2021. Outros países como Cuba e Costa Rica conservam os efeitos da onda conservadora, sem realizar o giro conservador. O El Salvador e a República Dominicana não integram esta categoria pois após 2020 e 2021 passam a ser governados por governos de direita, de Nayib Bukele (GANANCA), e Luis Abinader (PRM), respectivamente. Na República Dominicana, é tido como centro e, dado ao pouco tempo que se encontra no poder, não é categoricamente alocado dentro do espectro político, não obstante é

³¹ Peru tem um caso de brevidade dos governos conservadores com o impeachment de Vizcarra e o retorno da ideologia de esquerda com Pedro Castillo (PPNPL) em 2021, sendo governado pelo Congresso em 2020.

³² O caso boliviano apresenta a presença de uma crise eleitoral e uma tentativa de golpe em e ainda em 2019 pela autoproclamação de Jeanine Áñez como presidenta interina após a renúncia de Evo Morales ao poder. A ONG openDemocracy reitera que a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e diversas lideranças denunciaram o ocorrido.

³³ De acordo com Sanahuja (2019) o governo de Lenin Moreno é tido como liberal-conservador, ainda que o líder seja do mesmo partido que seu antecessor Rafael Correa.

considerado como uma descontinuação da esquerda no poder, ainda que não represente somente aspectos de uma direita conservadora.

3.2 AS INSTITUIÇÕES REGIONAIS

A partir dos modelos teóricos explorados faz-se necessário verificar a interseccionalidade da grande área das relações internacionais e seu vínculo com os estudos de política externa, possibilitando ainda traduzir tal estudo inserido na realidade das nações em desenvolvimento da América do Sul. É verdadeiro afirmar que existem diferentes dimensões globais abordadas pelo estudo de análise de política externa, da mesma forma pode-se verificar que a insuficiência teórica é destaque no campo. A ausência desta motivação epistemológica, conforme descrito anteriormente, abre espaço para caminhos analíticos alternativos (SOLINGEN, 1998, p. 5).

Dessa forma, os processos políticos que tomam forma em cada contexto se fazem importantes para compreensão da integração regional e do teor de alinhamento para promoção de interação institucionalizada. A análise oferece um respaldo no que será abordado a seguir e que concerne a integração entre os países, embasando a hipótese de que o alinhamento ideológico de esquerda permitia maior grau de interação através do acordo da ALADI, do bloco do Mercosul e do pacto da Unasul.

A onda rosa viabilizou através do neoliberalismo econômico (capitalismo) e político (democracia) maior pluralismo dentro de cada contexto nacional e difusão do engajamento cívico, “estabeleceu-se um sistema político centrado nas instituições estatais a partir da separação definitiva entre política e sociedade, operada por meio da mediação partidária (alternância) e da canalização administrativa (tecnocracia)” (MODONESI, 2008, p. 121, tradução nossa).³⁴

As contribuições deste fenômeno, como será apresentado a seguir, possibilitou não somente a reconfiguração do sistema como também para a área de pesquisa acadêmica. Observa-se que a opção do neoliberalismo econômico não ocorreu em todos os países sul-americanos, como se vê pelo caso dos bolivarianos. A América Latina passou a ser foco de estudo pela sua configuração eleitoral e partidária e, posteriormente, acrescentando ao escopo as pautas de governabilidade e legitimidade dos governos (MODONESI, 2008).

³⁴ Do original, “Se asentó un sistema político centrado en las instituciones estatales a partir de la separación definitiva entre política y sociedad, operada a través de la mediación partidaria (alternancia) y la canalización administrativa (tecnocracia).” (MODONESI, 2008, p. 121).

O que se mostra no cenário latino contemporâneo é uma crise no processo de globalização, algo que caracteriza, também, uma crise hegemônica (SANAHUJA, 2019). É imprescindível ressaltar que os países latinos, em posição de desempenhar os papéis de potências médias e de atores condicionantes de sua própria política externa, estão em processo de emergência no SI desde a década de 1970 (BLOOMFIELD; LOWENTHAL, 1990). Além do mais, a participação destes Estados do sul no política internacional reforça certo papel de poder, e de agência quanto à pautas de segurança e política, representando a união de esforços regionais e a defesa de interesses em comum (BLOOMFIELD; LOWENTHAL, 1990, p. 881).

Outras complicações como a governabilidade e a legitimidade dos governos passam a ser colocados em cheque pelo surgimento da direita e dos líderes que a sustentam, trazendo novas características em que:

[...] observa-se uma clara reorientação das políticas externas, de cunho nacionalista, xenófobo e excludente, menos cooperativo, com menor capacidade de enfrentar os riscos derivados da globalização e que, além disso, apresenta um cenário geopolítico mais aberto, instável cenário e propenso a conflitos. (SANAHUJA, 2019, p. 63, tradução nossa)³⁵

A estratégia cooperativa foi mantida em nível global no que tange a pactos bilaterais e unilaterais, como é o caso do alinhamento entre Brasil e EUA (PECEQUILO, 2014), de mesma forma o bilateralismo entre Colômbia-EUA e Peru-EUA foi mantida, especialmente após firmarem participação na Aliança do Pacífico (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p. 72). Já o que se observa quanto ao fortalecimento regional é um declínio. O que se percebe em relação às medidas de interação já expostas (ALADI, Mercosul, Unasul), e que decaem sob o segundo tipo de inserção estratégica, é que, sem exceção, sofrem enfraquecimento com o passar do tempo ao invés de manterem o mesmo percentual de participação. Essa tendência sofre reflexo da crise de 2008, acentuada por fissuras de governança e na capacidade de autorregulação (SANAHUJA, 2018) dos países do sul global.

3.2.1 Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

Inicialmente intitulada como Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), marcou a primeira iniciativa de integração, ao ensejar implantar uma zona livre

³⁵ Do original, “[...] se observa una clara reorientación de las políticas exteriores, de signo nacionalista, xenófobo y excluyente, menos cooperativa, con menor capacidad de afrontar los riesgos derivados de la globalización y que, además, plantea un escenario geopolítico más abierto, inestable y propenso al conflicto.” (SANAHUJA, 2019, p. 63).

comércio entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai na década de 1960.³⁶ Braveboy-Wagner (2009) analisa que a condição de vida no sul global é díspar. Em comparação com a África Subsaariana, a América Latina já garantia que uma fração de três quartos de sua população tivesse condições de vida em meios urbanizados ainda na década de 1970 (BRAVEBOY-WAGNER, 2009).

A integração sofreu difusão e outros atores passaram a participar como membros, casos da Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Somente em 1980, com o Tratado de Montevideú, se tornaria em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), caracterizando uma organização intergovernamental que englobava 13 participantes no total (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela).³⁷ Muitos destes países passaram pelo processo de industrialização pela intensificação das substituições de importações (liberal e desenvolvimentista) durante a Segunda Guerra Mundial, sendo diretamente influenciados pelo economista argentino, Raúl Prebisch (MARTINS, 2011).

A associação entre os países visava reduzir tarifas sobre produtos produzidos pelos países membros por 12 anos, favorecendo e incentivando o comércio regional, ao passo em que compreendia as diferentes conjunturas econômicas e graus de desenvolvimento, “[...] e assim, entre as provisões solicitadas estavam medidas temporárias para aliviar os problemas de balanço de pagamentos nos países membros menos desenvolvidos e a prestação de assistência técnica a essas nações.” (BRAVEBOY-WAGNER, 2009, p. 117, tradução nossa).³⁸ Simultaneamente, era um projeto que concedia apoio aos princípios democráticos, era a favor da resolução de conflitos de forma pacífica e defendia a premissa de não-intervenção.

Pode-se dizer que a ALADI apresentou defasagem dentro daquilo que havia proposto, semelhante ao fracasso da ALALC quanto ao estabelecimento pleno de uma zona de livre comércio em 15 anos, mas ainda assim foi uma evolução importante para o desenvolvimento da integração na América Latina no que compete aos vínculos

³⁶ ALADI, 2021.

³⁷ Cuba se tornou membro em 1999. A categoria subregional da associação é cunhada pela ausência efetiva de participação de países da América Central e do Caribe pois, neste caso, o são contemplados pelo SICA e pela CARICOM.

³⁸ Do original, “[...] and so, among provisions called for were temporary measures to ease balance-of-payments problems in the less developed member countries and the provision of technical assistance to these nations.” (BRAVEBOY-WAGNER, 2009, p. 117). Nesse sentido, Bloomfield & Lowenthal (1990, p. 872) ainda frisam que as parcerias comerciais mais significantes dos países do sul tendem a ser as potências localizadas no norte, justamente pelo vínculo industrial, especialmente quando se fala sobre os EUA.

comerciais. Entretanto, quando se trata em estabelecer o papel de representatividade pelo número de membros, a associação ainda se limita abaixo da efetividade do Mercosul e do poder de blocos como o NAFTA no mérito de economia e política internacionais.

Dentre as fragilidades da integração, a ausência de arranjos técnicos e de importância política, para além do mérito histórico com o incentivo à instauração da democracia nos países, geram poucas expectativas quanto à evolução da ALADI.

3.2.2 Mercado Comum do Sul (Mercosul)

O Mercado Comum do Sul foi fundado com o intuito de contribuir para uma economia de escala que fosse eficiente.³⁹ A integração econômica que agrupou Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo como diferencial da ALADI oferecer objetivos “[...] também político-estratégicos relacionados às garantias da democracia e ao fim das rivalidades entre Brasil e Argentina que ameaçavam uma corrida nuclear.” (DE LIMA; COUTINHO, 2005, p. 5). O Mercosul foi firmado através do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991 pelos países que, em comum, possuíam a experiência recente da democracia na esfera política e buscavam através da cooperação uma forma de coordenar suas propostas internacionais.

Até final 1994 houve um período transitório e um marco essencial para funcionamento da união aduaneira regional com o ingresso da Argentina, Brasil e Chile no Tratado de Tlatelolco, ou Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe.⁴⁰ A transição consistiu na redução progressiva de tarifas, que iniciou com 47% no primeiro ano e atingiu os 100% até o final de 1994 (BRAVEBOY-WAGNER, 2009, p. 123). Em reflexo a este esforço, a Argentina juntou-se ao TNP em 1995, seguida pelo Brasil em 1997. O Chile vinculou-se como membro associado em 1996, ainda que não tivesse como objetivo aderir à TEC assentiu à organização de acordos regionais, ao passo em que mantinha acordo bilateral de livre comércio com os EUA (BRAVEBOY-WAGNER, 2009).⁴¹ Outros países como Bolívia, Peru e Venezuela (em específico teve de sair da CAN e aderir à TEC/NCM), também assumiram papel de membros associados ao Mercosul em 1997, 2003 e 2006, respectivamente.

³⁹ Informações disponíveis pelas plataformas MERCOSUL, 1991-2024; MDIC-BR.

⁴⁰ Salvo produtos configurados em exceção, que teriam redução de tarifa completa até o limite de 31 de dezembro de 1995.

⁴¹ “In 1998, the four core states as well as Bolivia and Chile signed the Protocol of Ushuaia on Democracy, rejecting unconstitutional changes of government as contrary to the progress of regional integration (the other associated states joined by 2007)”. (BRAVEBOY-WAGNER, 2009, p. 125).

Cabe citar que o Brasil foi palco crucial da instituição de dois protocolos adicionados à integração, sendo estes o Protocolo de Brasília (1991) e o Protocolo de Ouro Preto (1994). Este último funcionou em consonância com o Protocolo de Olivos (2004) na Argentina, sendo promulgada inicialmente a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), dentre outras estruturas institucionais, e posteriormente o Tribunal Permanente de Revisão (TPR). Apesar de não ser considerado como um órgão supranacional, o Tribunal era indicativo que a integração tomava formas mais aprimoradas. Contudo, a entrada dos anos 2000 ficou marcada por crises internas (em especial, Brasil em 1999 e Argentina em 2001) que comprometem a ascensão do Mercosul ao movimento de mercado comum (BRAVEBOY-WAGNER, 2009).

O Mercosul entrou em crise após completar suas três décadas de vigência. A proposição inicial do mercado comum, que almejava implantar o livre comércio, a circulação de capitais e a livre circulação de mão-de-obra, logrou em uma união aduaneira que é imperfeita, pois a TEC proposta é elevada e sofre inúmeras exceções de aplicação, ainda que tenha aumentado em dez vezes o comércio entre os membros. A união econômica, por fim, não conseguiu em si estabelecer uma moeda única, tampouco chegou a um denominador que unificasse a política fiscal. Quanto aos demais acordos que planejavam ser efetivados, sofreram impasse pelo desacordo entre as partes e reflexo de hesitações quanto à abertura dos mercados das indústrias nacionais.

O que se percebe é que o bloco passou uma sensibilização quando se aborda a questão do isolacionismo crescente. Existem duas frentes de divisão: em um dos lados, com Brasil e Uruguai, em uma frente que objetiva uma considerável e imediata redução da TEC, além da permissão para que sejam celebrados acordos comerciais sem os outros membros do bloco.⁴² Por outro lado, a Argentina e Paraguai, mais cautelosos quanto a proposição em reduzir a TEC, de forma amena e gradativa, e com inflexibilidade quanto a celebração de acordos sem os outros membros do bloco.⁴³

Uma das importantes heranças do Mercosul foi a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que será abordada a seguir.

⁴² A visão do ministro da economia brasileiro, Paulo Guedes, pende para liberal com forte desconfiança em relação à Argentina; o Uruguai visa o crescimento econômico pela projeção de novas parcerias fora do bloco (em julho de 2021 anunciou sua relação unilateral com o Uruguai), em geral demonstra uma ambição industrialista escassa.

⁴³ Por um lado, a Argentina com o governo Fernández possui uma visão industrialista e protecionista e o Paraguai visa evitar rompimentos, tendo em vista sua ampla dependência comercial com os parceiros do bloco.

3.2.3 União de Nações Sul-Americanas (Unasul)

A União das Nações Sul-Americanas derivou da CASA, sendo intitulada desta forma a partir de 16 de abril de 2007.⁴⁴ Seu principal intuito como uma organização internacional da região sul era focar na “[...] elaboração e adoção de novas medidas multilaterais de confiança, como a prática do CDS, que buscava aprimorar as experiências bilaterais e multilaterais dos governos, sobretudo aquelas concernentes aos gastos em defesa” (SAINT-PIERRE; PALACIOS JUNIOR, 2014, p. 24).

Além das nações terem a preocupação de manter o fortalecimento democrático, novas pautas surgiram, como a necessidade de amenizar desigualdades e assimetrias sócio-econômicas. A Unasul, em específico, visava promover a paz e fomentar as questões de defesa e segurança regionais.

A partir desta organização intergovernamental é possível perceber a influência de fatores intragovernamentais. Tomando como exemplo o caso brasileiro, nos deparamos com o peso do Ministério de Minas e Energia para estruturação do Tratado Energético previsto pelo Plano de Ação para Integração Energética. Além do CDS, a criação do Conselho Energético da América do Sul foi um importante balizador para a cooperação.

Totalizando 12 países-membros (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru da CAN; Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela do Mercosul Chile, Guiana e Suriname; e Panamá e México como observadores), a Unasul passou a sofrer declínio a partir de 2016, já sob influência das novas orientações ideológicas intragovernamentais. Nota-se que os governos da época passavam pelo processo da onda conservadora (a ser observada no capítulo seguinte), como por exemplo com Michel Temer (PMDB) no Brasil, Mauricio Macri (PRO) na Argentina, Sebastián Piñera (RN) no Chile, Horacio Cartes (ANR-PC) no Paraguai.

A Unasul passou a sofrer efeitos de ruptura ideológica em 2018, quando a união dos membros voltou-se à suspensão participativa da Bolívia, dada a figura de Nicolás Maduro no governo e em reação ao chavismo. Todavia, desde 2017 a organização já se encontrava em situação de bloqueio devido à falta de consenso para escolha do secretário-geral (SANAHUJA, 2019). O novo direcionamento, é fruto de novas direitas:

Em todos esses casos, alegou-se, com discursos de diferentes intensidades ideológicas, que a Unasul havia parado de funcionar e que, além disso, era a expressão de uma política externa ideologizada e "bolivariana" que deveria ser deixada para trás. Especialmente, foi enfatizado que a Unasul, como a CELAC, não

⁴⁴ A CASA foi a base formadora da Unasul, criada a partir da Declaração de Cusco em 2004 na cidade de Quito durante a terceira edição da Cúpula Sul-Americana. As cúpulas anteriores foram realizadas nos anos 2000 (Brasília) e 2002 (Guaiaquil). Informações disponíveis pelo MME-BR.

era mais funcional para as políticas externas de seus membros, particularmente dos novos governos conservadores comprometidos com a Aliança do Pacífico e com um novo projeto, o Fórum para o Progresso da América do Norte. Sul (Prosur), que se apresentavam como opções mais “pragmáticas”, “não ideologizadas”, “efetivas” e “abertas ao mundo e à globalização” [...] na arena política interna, que está ligada a posições e atores “bolivarianos”, num momento em que se verifica uma visível erosão da sua popularidade e apoio social. (SANAHUJA, 2019, p.114-115, tradução nossa)⁴⁵

A direita sul-americana é fortemente influenciada pelo novo direcionamento da política argentina, com a vitória de Macri contra o partido justicialista; pela ascensão de Lenin Moreno no Equador em oposição ao “Correísmo”; no Brasil com a reação negativa ao PT e com as mobilizações pró-Bolsonarismo, além da orientação automática com os EUA sob governo de Donald Trump; e com a forte polarização ideológica de Ivan Duque na Colômbia (SANAHUJA, 2019). Em 2019 a Argentina, Brasil, Chile, Equador e Paraguai anunciaram que deixariam a Unasul e, em paralelo, os mesmos países (com adição da Colômbia, Guiana e Peru) encetaram em Santiago, sob convocação de Sebastián Piñera, a substituição da organização, dando origem ao Prosul.

Alega-se que, “mais do que substituir a Unasul, o Prosul representa uma espécie de institucionalização do Grupo de Lima, por se basear em uma identidade ideológica exclusiva, embora esse grupo continue vigente” (SANAHUJA, 2019, p. 118, tradução nossa).⁴⁶ Ademais, tal conformação não cabe na (comparação com a) classificação de regionalismo, tampouco opera como um planejamento cooperativo institucionalizado, sendo deliberadamente controlado por lideranças presidenciais e sem possuir a presença de órgão reguladores, e sem propor objetivos concretos para o desenvolvimento econômico da região (SANAHUJA, 2019). De maneira categórica também se afirma que, em comparação com a CELAC, a Unasul pouco facilitou a concertação de diálogo e de políticas de forma institucionalizada, e caracterizou a falta de mecanismos efetivos na tomada de decisão regional e no gerenciamento de crises (SANAHUJA, 2019, p. 118).

⁴⁵ Do original, “En todos estos casos se alegó, con discursos con distinta intensidad ideológica, que Unasur había dejado de funcionar, y que, además, era la expresión de políticas exteriores ideologizadas y ‘bolivarianas’ que debían quedar atrás. Especialmente, se enfatizó que Unasur, como CELAC, ya no eran funcionales a las políticas exteriores de sus miembros, en particular las de los nuevos gobiernos conservadores comprometidos con la Alianza del Pacífico y con un nuevo proyecto, el Foro para el Progreso de América del Sur (Prosur), que se presentaron como opciones más ‘pragmáticas’, ‘desideologizadas’, ‘eficaces’, y ‘abiertas al mundo y a la globalización’ [...] Discursos funcionales al giro conservador y a la deslegitimación del adversario en la arena política interna, al que se vincula con posiciones y actores ‘bolivarianos’, en momentos en los que se ha producido una visible erosión de su popularidad y respaldo social.” (SANAHUJA, 2019, p. 114-115).

⁴⁶ O Grupo de Lima consiste na junção de chanceleres que assinaram a Declaração de Lima no Peru em comum acordo sobre a situação venezuelana.

3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Historicamente, observa-se que a região atravessou períodos de tensão entre os países vizinhos, seja na acentuada competição entre Argentina e Brasil por poder, refletindo na rivalidade militar e nuclear; Argentina e Chile também protagonizaram animosidades, assim como Colômbia e Venezuela e, Equador e Peru, que eclodiram em conflitos armados. O mesmo também é verdadeiro entre Argentina, Brasil e Paraguai, quando se adentra na questão fronteiriça do rio Paraná e seu potencial hidrelétrico. Demais atores como Colômbia, México e Venezuela rivalizavam sobre a atuação no Caribe.

Conforme explorado pelo estudo, o campo político da América Latina é diversificado. Ainda que a concepção da onda rosa permita aclarar traços em comum da guinada das esquerdas, cada governo e cada liderança possuem suas características próprias. Como modelo analítico o conceito difere de outras realidades ao redor do globo e registra o esforço em integrar a análise do campo político do contexto latino. A partir deste movimento de convergência ideológica percebe-se que houve a manutenção dos blocos e acordos intra regionais devido ao neoliberalismo econômico, cuja projeção internacional da região era tida como fator de desenvolvimento e de inserção em organizações.

Foram abordadas a formação duas organizações intergovernamentais, a ALADI em nível de América Latina e a Unasul no plano da América do Sul, e a união aduaneira regional (Mercosul), que além de seus países membros, acaba interagindo de forma direta com a CAN e outros observadores da América Central. Destes, apenas a ALADI não possuía finalidades políticas. O que se percebe ao analisar tais conglomerados integrativos é o período de sua formação, que começou a convergir a partir da década de 1990 com o movimento de abertura econômica e com as mudanças que se referem à política, caso da implementação do regime democrático. Portanto, “examinar os efeitos das mudanças de regime também é uma estratégia perspicaz, embora indireta, para determinar as raízes mais profundas da política externa” (HAGAN, 1989, p. 506, tradução nossa).⁴⁷

O efeito da onda conservadora foi o período subsequentemente exposto, a partir da visualização da alternância com governos de direita, e representa um novo direcionamento das políticas domésticas, de cunho nacionalista e, muitas vezes, protecionista. Neste período a autonomia e desenvolvimento da região foi executado com estratégias diferentes daquelas que se propõem à integração regional. Passa a ocorrer a exaustão de modelos

⁴⁷ Do original, “Examining the effects of regime changes is also an insightful, though indirect, strategy for ascertaining the deeper roots of foreign policy.” (HAGAN, 1989, p. 506).

integrativos entre os países vizinhos, momento em que passam a se aderir aos pactos bilaterais ou unilaterais. Não apenas o regionalismo tornou-se algo defasado como, preocupantemente, algo evitado devido à desconfianças e desaprovações políticas.

4 ASCENSÃO E QUEDA DA UNASUL

Conforme elucidado anteriormente, a formação da Unasul é recente e visava estabelecer vínculos econômicos, de cunho social e relacionados à defesa regional. Em 2010, com 12 países membros, a Unasul era guiada de forma pungente e tida como um instrumento necessário para o desenvolvimento conjunto. Até 2019 o bloco passaria por instabilidades que levaram ao abandono da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. Os tratados pré-estabelecidos e as medidas integrativas foram reformulados a partir da formação do Prosul, bloco que se originou a partir de um novo alinhamento político (à direita) dos Estados.

A seguir, será verificada a formação da Unasul, apresentamos um compilado de pautas norteadoras para a construção do bloco. Posteriormente, selecionamos a Argentina e o Brasil como foco de estudo das mudanças político-ideológicas, e utilizamos dos registros de PEB para recorrer à atividade de PE ligada à Unasul em períodos específicos.

4.1 DO COMEÇO AO FIM, A CRIAÇÃO DA UNASUL

O alinhamento marcante entre a Argentina e o Brasil ao final dos governos militares com Raúl Alfonsín (1983-1989) e João Figueiredo (1979-1985) começou a dar indícios da colaboração e integração em busca de pautas que se tornaram caras aos países da região, como a segurança e defesa regionais e a redução das desigualdades sociais. A “integração subcontinental” (VIGEVANI; RAMANZINI JR., 2014, p. 543) buscada na época teve frente no Brasil, com o gestão de Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002).⁴⁸

Em 1993, para Vigevani e Ramanzini Jr. (2014, p. 519), o apoio brasileiro em conjunção com o suporte do Mercosul, se fez decisivo para a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), dinâmica que foi continuada pelos governos seguintes e que teria resultado na formação da Unasul em 2008. Para os autores e parte da academia, o processo integrativo concerne aos Estados e às elites nacionais, que passam a transferir lealdades para a escala regional e implementar interesses setoriais (VIGEVANI; RAMANZINI JR., 2014, p. 519). Este seria o ponto em que se diferencia o critério da cooperação, que aborda o processamento de relações dentro do marco regional, ainda que, em comum com o processo de integração, sejam constituídas por objetivos necessariamente estratégicos.

⁴⁸ A tradição regional se estendeu também para os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

O Mercosul, foi impactado por tensões e crises no Brasil e na Argentina, mas enquanto união aduaneira intergovernamental pôde ser reformulada após o efeito da Onda Rosa e com o começo do século XXI, sofrendo estagnação ou, “[...] paralisia decisória derivada da divergência ideológica entre os governos de Argentina e Brasil fundamentalmente” (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020, p. 545). Para Hernández e Mesquita (2020, p. 545) é ponderado que o Tratado de Assunção não teve todos os seus objetivos alcançados, contudo a conversão ideológica dos países membros refletiu para que o bloco ganhasse destaque e se configura-se como cardeal para o desenvolvimento dos países.

A reformulação interna do bloco está ligada com o “regionalismo pós-liberal”, que em oposição crítica ao liberalismo econômico da década de 1990, permitiu o ampliamto da abordagem de questões práticas (cooperação multilateral, negociação conjunta com outras regiões e protagonismo aos atores estatais ao invés dos atores privados) além do foco meramente comercial (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020, p. 546). A observação da conformação da Unasul, inusitadamente, ocorre a partir do contexto da década de 1990, semelhante à ocorrência do giro à esquerda que enveredou pela Onda Rosa:

Mesmo antes do terramoto sistêmico, a renovação política estava em curso na América Latina, e principalmente na América do Sul, onde uma maré de esquerda/centro esquerda e governos que defendiam ideias para melhorar a redistribuição do rendimento e dos serviços sociais ganharam apoio político na Venezuela (1998). Brasil (2002, 2006 e 2010), Argentina (2003 e 2008), Uruguai (2004), Bolívia (2005), Equador (2006), Paraguai (2008) e mais recentemente Peru (2011). (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 1, tradução nossa).⁴⁹

As tratativas que precedem a conformação da Unasul datam do início dos anos 2000, quando se encetaram cúpulas com o propósito de reunir chefes de estado da região e como intermédio para estabelecimento de diálogo e cooperação:

A América Latina representa hoje um conglomerado de projetos pós-comerciais e de integração política, bem como de projetos bem-estaristas trans sociais que reivindicam os princípios da cooperação e da solidariedade. [...] A reconfiguração da governação regional em uma América do Sul distinta da América ‘Latina’ mais ampla tem sido uma característica importante na economia política hemisférica ao longo da última década. A governança regional é, atualmente, o resultado de um mosaico onde diferentes políticas regionais, identidades regionais e formas regionais de cooperação e competição, estão transformando a própria cartografia. (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 10, tradução nossa).⁵⁰

⁴⁹ Do original, “Even before the systemic quake, political renewal was underway in Latin America, and mostly in South America, where a tide of Left/Left of Centre and governments championing ideas to improve redistribution of income and social services gained political purchase in Venezuela (1998), Brazil (2002, 2006 and 2010), Argentina (2003 and 2008), Uruguay (2004), Bolivia (2005), Ecuador (2006), Paraguay (2008) and more recently Peru (2011).” (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 1).

⁵⁰ Do original, “Latin America today represents a conglomerate of post-trade and political integration projects, and trans-societal welfarist projects reclaiming the principles of cooperation and solidarity. [...] The

A Unasul, semelhante ao propósito da CARICOM, da CAN e do Mercosul, surgiu como um projeto de aprofundamento das relações comerciais na América do Sul, de forma a preservar a autonomia dos Estados (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 11). As Cúpulas Sul-Americanas foram o projeto incipiente da CASA, sua ocorrência é um produto da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), lançada em setembro dos anos 2000.

Os 12 presidentes se fizeram presentes em uma tríade de cúpulas diplomáticas determinantes, a primeira delas em Brasília (2000), a segunda em Guayaquil (2002) e terceira em Cusco (2004), esta última resultando na redação da Declaração de Cuzco. Destas, a III Reunião de Presidentes da América do Sul, em 8 de dezembro de 2004, foi decisiva para a expedição documental credível da declaração que projetava parâmetros igualitários entre os componentes da América do Sul, na prática pautando áreas plurais, como o âmbito econômico e político, além das esferas sociais, ambientais e de infra-estrutura locais.

Possuindo um caráter subcontinental de integração física, nomeava-se CASA ou CSN. A evolução do termo de ‘comunidade’ para ‘união’ passou a ser pautado em 2005, sendo primeiramente cogitada a utilização da sigla USA (União Sul-Americana), esta rejeitada pela semelhança e associação com a abreviação do nome dos Estados Unidos. A criação da Unasul é formalizada como um tratado internacional somente em 2008, no dia 23 de maio, com a assinatura do Tratado Constitutivo.

Alguns conselhos de destaque foram criados dentro do bloco, o principal deles (instância máxima conforme o Artigo 6 do Tratado Constitutivo da Unasul de 2008, p. 11), o Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo, tinha como diretriz a realização de reuniões ordinárias anuais. O cunho político do Conselho visava a articulação do processo de integração em vias teóricas. Os planos de ação desenvolvidos tomavam como respaldo a articulação do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores (Artigo 8, p. 13) para que então determinados projetos/programas fossem priorizados.

A presidência Pro-Tempore foi estabelecida para que, anualmente, cada país-membro ocupasse a presidência da Unasul. O critério escolhido foi por ordem alfabética (nome) do país e não por eleição (Artigo 7, p. 12). Juntamente com o Conselho

reconfiguration of regional governance in a South America distinct from the wider ‘Latin’ America has been a major feature in the hemispheric political economy over the last decade. Regional governance is currently the result of a mosaic where different regional policies, regional identities and regional forms of cooperation and competition are transforming the cartography itself.” (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 10).

de Delegados e Delegadas (Artigo 9, p. 14) e a Secretaria Geral (Artigo 10, p. 15), compunham a formulação administrativa do bloco. A Unasul integra o compilado de movimentos integrativos na América do Sul em um momento de difusão de políticas neoliberais e de abertura econômica. Nesse sentido, os governos de esquerda foram responsáveis por conferir atenção aos aspectos político-ideológicos e da agenda social.

Algumas instâncias permanentes da Unasul são a criação do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) pelo Conselho de Saúde Sul-Americano, que também caracteriza uma entidade intergovernamental voltada para a inovação e gestão de conhecimentos para a área da saúde e do Conselho de Defesa Sul-Americano. O CDS foi determinante para que a cooperação fosse introduzida na esfera de segurança e defesa.

Até então, pauta de defesa era abrangida de forma hegemônica e genérica pela OEA, com a ideia de “[...] utilizar a institucionalidade própria da Unasul para solucionar controvérsias e tensões na região” (VIGEVANI; RAMANZINI JR., 2014, p. 539). Nesse sentido, a função regulatória também gerou serventia estabilizadora, ao passo em que o Conselho garantia paz, a resolução pacífica de conflitos ou potenciais conflitos, fomentando as bases democráticas e a autonomia dos governos.

Juntamente com o Tratado Constitutivo, o CDS reforçou os laços de confiança, “[...] fortalecendo a ideia de segurança regionais combinada com a preservação da autonomia nacional dos Estado” (VIGEVANI; RAMANZINI JR. 2014, p. 539). A criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS), em 2011, foi um ganho para os avanços securitários da região e para a consolidação dos princípios presentes no Estatuto do CDS.

A Unasul possuiu uma função importante para a articulação integrativa sul-americana, conforme ilustra o seu Tratado Constitutivo.⁵¹ O produto da tratativa institucional objetivava o fortalecimento das democracias, ou seja, da autonomia nacional, e o reforço do princípio da soberania nacional. A interconexão nas searas da inclusão e equidade sociais, no aproveitamento sustentável das matrizes energéticas, no desenvolvimento econômico regional (mecanismos em consonância com as políticas nacionais), implementação de projetos em comum com vistas à redução das assimetrias locais, são alguns dos propósitos práticos da organização intergovernamental.

⁵¹ Dos dispostos no Artigo 3, do primeiro dos Objetivos Específicos, quanto ao “fortalecimento do diálogo político entre os Estados-Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional”; e no Artigo 14, referente ao Diálogo Político, “a concertação política entre os Estados-Membros da UNASUL será um fator de harmonia e respeito mútuo que afiance a estabilidade regional e sustente a preservação dos valores democráticos e a promoção dos direitos humanos” (UNASUL, Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americana, 2008).

A Unasul foi concebida em coexistência com outros órgãos de integração. Ainda que seu cunho político proclame-se neutro, a autonomia conferida aos Estados potencialmente refletia na cooperação, uma vez que cada governo poderia minimizar ou excluir determinadas áreas de fomento para integração (MIJARES; NOLTE, 2021, p. 85).

O desmembramento da Unasul tem relação estreita com ideologias de governos na região, movimento ao qual se questiona “[...] como um projeto com o qual doze governos sul-americanos concordaram ao aderir a uma organização regional poderia se tornar um projeto ideológico na percepção de um número crescente de seus governos membros” (MIJARES; NOLTE, 2021, p. 85).

Ainda que contraditórias, as teorias sobre a forma em que o bloco se desintegrou oferecem variadas razões. Primeiramente pela polarização política, no ano de 2016 percebem-se sinais marcantes de ruptura, a partir da eleição de Macri na Argentina (2015) e pela ascensão de Temer no Brasil (2016).⁵² Em segundo lugar, pela reorientação da PEB, tomando como foco o alinhamento com os EUA em detrimento ao processo de integração sul-americana:

A crise da UNASUL faz parte dessa conjuntura, que se inicia em janeiro de 2017 quando o então Secretário-Geral, Ernesto Samper, deixa o cargo em protesto ao impeachment de Dilma Rousseff, anunciando a ruptura democrática no Brasil. Desde então o órgão encontra-se sem comando efetivo. (JAEGGER, 2019, p. 9).

O regionalismo é desempenhado por incorporar diferentes camadas normativas no comércio, que formam um sistema complexo, dinâmico, específico e politizado (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 1-3). O contexto internacional durante o período de formação da Unasul é marcado pelo redirecionamento dos EUA no Oriente Médio e na Ásia Central, especialmente após o ocorrido no dia 9 de novembro de 2001, garantindo o fator de permissibilidade para que outros atores como China e Rússia estabeleçam conexões comerciais na América do Sul:

A criação da UNASUL não foi o resultado de uma mudança significativa de poder no sistema internacional ou, mais especificamente, no Hemisfério Ocidental. Em vez disso, resultou de uma combinação específica de um ambiente de segurança internacional permissivo e de um ciclo de expansão econômica que aumentou a força do Estado na América do Sul e, conseqüentemente, a margem de ação dos governos na região. (NOLTE; MIJARES, 2021, p. 88, tradução nossa).⁵³

⁵² Conforme ilustrado na Figura 6 a Bolívia, o Equador e a Venezuela são os países com políticas/governos de esquerda remanescentes

⁵³ Do original, “The creation of UNASUR was not the result of a significant power shift in the international system or, more specifically, in the Western Hemisphere. Instead, it resulted from a specific combination of a permissive international security environment and an economic boom cycle that increased state strength in South America and, consequently, the scope for action of governments in the region.” (NOLTE; MIJARES, 2021, p. 88).

Em contrapartida, a região sofre projeção internacional, uma vez que as nações oportunamente conseguem expandir seus interesses políticos, ora aumentando o potencial e poder estatais (ZAKARIA, 1998, p. 38). Esta conformação marca um novo período no pensamento da construção regional, que remete à postulação de que as regiões são aquilo (produto) do que os Estados/atores dela a fazem (WENDT, 1992; WENDT; ESTRADA, 2013).

Contudo, as instabilidades sociais e políticas conferem aos governos maior fragilidade, portanto a simetria existente tanto em países como os Estados Unidos e em blocos regionais como a UE, restringe as possibilidades de ação (MIJARES; NOLTE, 2021, p. 87). Hernández e Mesquita (2020) verificam que, no interregno da década de 1990, o Mercosul e a CAN configuram instituições que “[...] tinham como objetivo ser mecanismos de integração comercial e econômico-centradas, de acordo com os princípios neoliberais que marcaram a política da época” (p. 543).

Assim como outras iniciativas, caso da ALCSA, que não foi posta em prática, enfrentou entraves de diferentes calibres, tanto pertinentes às assimetrias estatais e à tomada de decisões em consenso, como quanto à liberalização econômica em mesmo grau (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020, p. 2020). O multilateralismo se mostrou desafiador frente ao contexto histórico diverso dos países da região e de negociações limitadas quanto à abertura comercial, “[...] uma vez que os próprios governos nacionais, burocracias e sociedades se opunham a ela [liberalização econômica] em função da defesa de valores de um nacional-desenvolvimentismo herdado de épocas anteriores” (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020, p. 544).⁵⁴

Semelhante à CAN, a Unasul teve efeito comprometido, uma vez que o esvaziamento do grupo tenha se dado de forma deliberada por objetivos ideológicos. A CAN, em especial, entrou em desfalque a partir da saída da Venezuela e pelo fracasso em realizar o processo que buscava implementar uma área de livre comércio (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020, p. 545). Já a Unasul teve enfraquecimento pela falta de consenso entre os países-membros sobre a ocupação do cargo de Secretário-Geral da organização, culminando na saída da Colômbia em 2018, da Argentina, Brasil, Chile, Equador e Paraguai em 2019 e Uruguai em 2020.

⁵⁴ Além dos eixos de infraestrutura e defesa, as finanças estiverem dentro de temas permanentes para resolução, cita-se a criação do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças (CSEF) e a proposição da Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR), como mecanismos de regulação monetária e aproximação entre os Bancos Centrais nacionais, buscando o estreitamento dos corredores comerciais.

4.2 ALINHAMENTO IDEOLÓGICO DAS POTÊNCIAS REGIONAIS

Visando observar o colapso da Unasul a pesquisa buscou identificar duas potências na América do Sul, para tanto, utilizou-se da seleção a partir do índice CINC, que considera seis percentagens adimensionais (de cada país), sendo eles a razão da população total, população urbana, produção de ferro e aço, consumo energético primário, gastos militares e número de militares, respectivamente.⁵⁵

Utilizando-se do índice CINC, a potência do Cone Sul é o Brasil, seguido pela Colômbia e Argentina, sendo este o primeiro país escolhido para análise. Em níveis econômicos (PIB/PPC) o Brasil também é líder na América do Sul, seguido pelo México e pela Argentina.⁵⁶ Segundo a Base de Dados e Publicações Estatísticas da CEPAL, é possível encontrar um vasto compilado de informações, divididos pelas áreas, demográfico/social, econômica, ambiental e temas transversais.⁵⁷ Para este estudo, entende-se que outra forma de identificar a segunda potência abordada pelo estudo é pela comparação entre o PIB per capita dos integrantes da Unasul.

Assim como ilustra a Figura 7, a Argentina apresenta o segundo maior PIB, atrás apenas do Brasil.⁵⁸ O gráfico considera o PIB (e contas nacionais) anual em (milhões de) Dólares entre os anos de 2010 e 2020, ainda que a amostragem temporal não apresente impacto num aspecto da magnitude do produto interno dos países, que tende a oscilar em pequenos graus.⁵⁹ Como a métrica econômica mantém o status quo regional estável, a Argentina sempre ocupou o segundo lugar em significância econômica.

⁵⁵ O Índice Composto de Capacidade Nacional foi um projeto criado por David Singer (1963), objetivando a medição estatística de poder relativo dos Estados, gerando a razão país/mundo. O índice considera dimensões demográficas e econômicas, além de capacidades militares. Contudo, como seu intuito é mensurar as capacidades coercivas, existe a limitação de medir o poder total das nações.

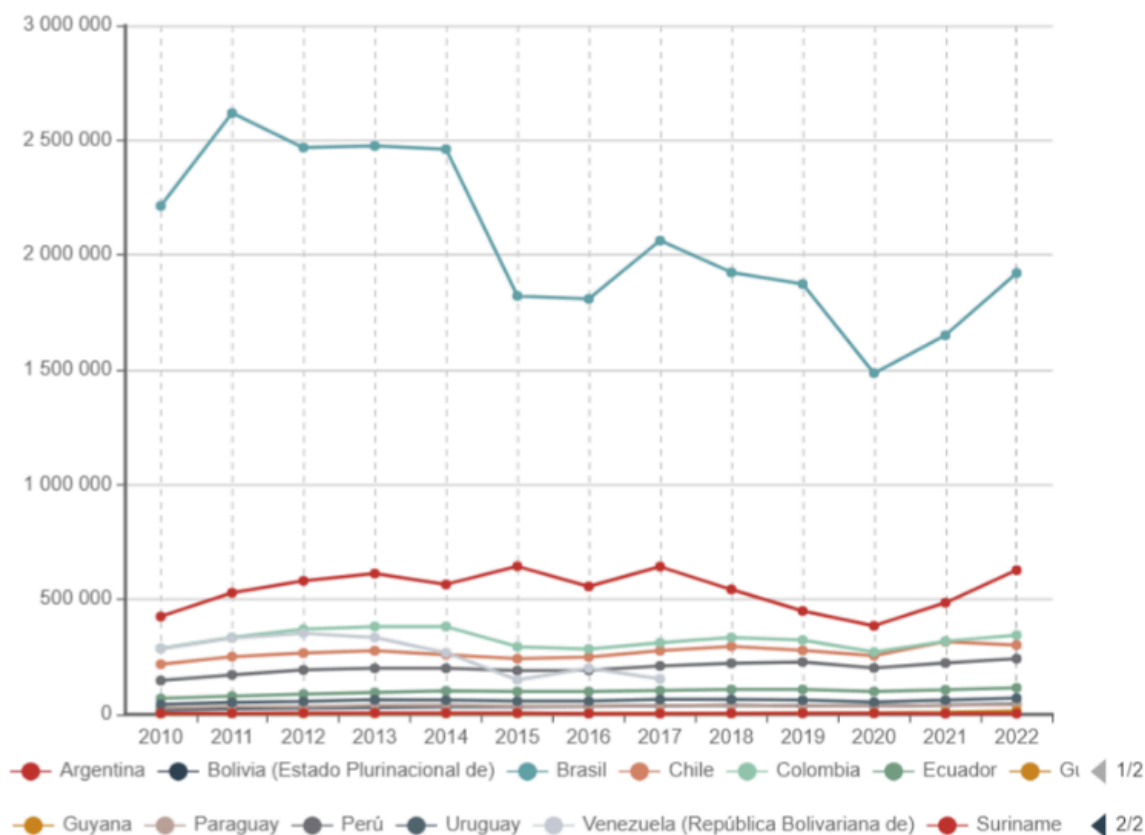
⁵⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.

⁵⁷ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 como legitimação do espaço regional e dos esforços advindos do nacional-desenvolvimentismo, sob orientação de Raúl Prebisch.

⁵⁸ “O produto interno bruto (PIB) é o valor do fluxo de bens e serviços produzidos num país a preços de mercado para cada ano durante um determinado período de referência. Os números são expressos em dólares dos Estados Unidos. Totais regionais e sub-regionais baseados em dados disponíveis dos países da região.” (CEPALSTAT, 2023).

⁵⁹ Observa-se o caso da Venezuela, que teve queda do PIB a partir de 2013, 2014 e 2015. O valor do PIB (em USD) parou de ser contabilizado pela plataforma em 2018, enquanto Brasil e Argentina mantêm-se em primeiro e segundo lugar, respectivamente.

Figura 7 - Indicadores estatísticos da economia de componentes da Unasul - PIB anual total a preços correntes em Dólares (2010-2022)



Fonte: CEPALSTAT [2023], elaboração da autora.

A dinâmica entre Brasil e Argentina configura dois importantes atores quanto à integração regional, tanto como pioneiros para a cooperação como para importantes desestabilizações quando em momentos de conflito registrados pela história. A simplificação do quadro síntese de transição ideológica entre as duas potências regionais foi identificada conforme se segue:

Figura 8 - Transição Ideológica: Governos da Argentina e Brasil (2008-2022)

Quadro de Transição Política: Argentina e Brasil															
Ano/Líderes															
Estados	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Argentina	Cristina Kirchner (PJ)						Mauricio Macri (PRO)				Alberto Fernández (PJ)				
Brasil	Lula (PT)		Dilma Rousseff (PT)				Michel Temer (PMDB)			Jair Bolsonaro (PL)					

Fonte: elaboração da autora.

O que se propõe no modelo a seguir é a identificação de dois diferentes momentos, um de convergência (em verde) e outro de afastamento (em roxo) em relação à Unasul, vinculando os governos da Argentina e do Brasil entre 2008 e 2022. A periodização da ascensão e queda da Unasul abre um panorama para a comparação da sobreposição de acontecimentos e, portanto, permite uma associação da integração regional com as mudanças ideológicas entre as duas potências regionais.

Para a Unasul, foi contabilizado entre 2008 e 2016 um período de manutenção após a inauguração da organização pelo Tratado Constitutivo e a saída inicial da Colômbia em 2017, que dá indícios do enfraquecimento do bloco. A partir de 2018 vinculamos o abandono do bloco pelos demais países, momento em que o Prosul passa a ser engendrado paralelamente.

Figura 9 - Convergências Ideológicas (Argentina, Brasil e Unasul)

Quadro de Convergências Ideológicas															
Ano/Governos															
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Unasul															
Argentina	Cristina Kirchner (PJ)							Mauricio Macri (PRO)				Alberto Fernández (PJ)			
Brasil	Lula (PT)			Dilma Rousseff (PT)					Michel Temer (PMDB)			Jair Bolsonaro (PL)			
Legenda:															
Em verde: governos pro-Unasul (ideologia de esquerda)															
Em roxo: governos em favor do Prosul (ideologia de direita)															

Fonte: elaboração da autora.

A seguir, busca-se analisar características da PE de cada um dos países, tomando como partida as dinâmicas entre Lula (2003-2011) e CFK (2007-2015), e Temer (2016-2019) e Macri (2015-2019).

4.2.1 Argentina

A política externa argentina com objetivo de integração no eixo sul-sul é observada através dos discursos presidenciais, fator que ao longo dos anos não recebeu grande atenção (LECHINI, 2010, p. 42). O eixo de relação estabelecido entre Buenos Aires e Brasília tornou-se substancial para o regionalismo e para o subcontinente. Em comum, ambos países apresentaram uma intersecção de atribuições como o déficit comercial, os obstáculos para integração e a pauta energética (SIMONOFF, 2010, p. 438).

A base deste estudo também é conferida por levantamento bibliográfico do estudo dos governos, dando luz ao fato de que a PEA é constantemente avaliada pelas ações conjuntas com a Europa e os EUA, sendo eventualmente caracterizada pela atividade

dentro do bloco do MERCOSUL (LECHINI, 2010, p. 42). Siminoff (2010) ressalta que, a partir de discursos de CFK, junto ao aperfeiçoamento das políticas regionais, o Mercosul é definido como uma pasta prioritária (p. 437).

Ao longo da história a tradição da PEA esteve fortemente atrelada às relações com o Reino Unido e com a Coroa Britânica, com os EUA, e lidando com problemas recorrentes como o isolamento na América Latina, a debilidade de participação regional e das políticas territoriais, e a constante necessidade de apoio financeiro externo (MONETA, 1979, p. 224). Um dos marcos para a PE argentina foi a implantação do regime democrático, com o retorno de Juan Domingo Perón ao poder em 1973.

O contexto interno após o retorno democrático contava com características econômicas que podem ser observadas até o presente momento, como o fator da dependência de capital externo e sua forte infiltração em caráter burocrático, e outros específicos como os fatores sociais e políticos durante o governo peronista (MONETA, 1979, p. 226-227).⁶⁰ A crise, na época, teve cunho sócio político, cuja insatisfação popular culminou na Revolução Argentina contra o regime através de uma:

Articulação política progressiva de setores antagônicos ao regime militar: estudantes, intelectuais, segmentos da pequena burguesia e classe média, com a classe trabalhadora, através de organizações e acordos interpartidários (ex.: “Frente Justicialista de Liberación” e “Hora del Povo”) que buscam uma solução eleitoral para o modelo político atual. (MONETA, 1979, p. 179, p. 227, tradução nossa).⁶¹

As políticas econômicas desempenhadas através do governo peronista visavam estimular o comércio internacional, mas ficaram marcadas pelo agravamento da contração de dívida externa. Esse padrão foi seguido por Héctor Cámpora (1973), Domingo Perón e Isabel Martínez Perón. Deriva do último mandato de Perón a visão incipiente da integração regional e com demais países alocados na condição de desenvolvimento incompleto.⁶² Passou a ser vista com atenção e interesse a cooperação entre os parceiros

⁶⁰ Perón foi presidente pela primeira vez de 1946 a 1952, durante o período intitulado de “Período Peronista”. Seu segundo mandato, de 1952 a 1955, foi consecutivo, apesar das tentativas de golpe da oposição conservadora. O terceiro mandato, de 1973 a 1974, se findou com seu falecimento, então sucedido por Isabelita Perón.

⁶¹ Do original, “Progresiva articulación política de sectores antagónicos al régimen militar: estudiantes, intelectuales, segmentos de la pequeña burguesía y clase media, con la clase obrera, a través de organizaciones y acuerdo interpartidos (ej.: “Frente Justicialista de Liberación” y la “Hora del Pueblo”) que buscan una salida electoral al modelo político vigente.” (MONETA, 1979, p. 179, p. 227).

⁶² “A diferencia del régimen militar anterior, se consideraba que Argentina pertenecía por vocación y situación al Tercer Mundo. En su seno y en el continente latinoamericano es donde se darán las condiciones básicas para la realización plena del país. A ello se sumada una creciente simpatía y admiración por la política autonomista de China Popular y la creencia de que Argentina debía integrarse al esfuerzo en por de la liberación de los pueblos del Tercer Mundo de los vínculos coloniales y neocolonialismo, si bien respetando modos propios de accionar.” (MONETA, 1979, p. 235).

latinos para o desenvolvimento continental, que ao fim e ao cabo, compartilham sua essência histórica de dependência e subjugação frente às grandes potências. Neste sentido, também formulou em seu projeto o controle da força e da violência, tal qual era um meio utilizado durante o regime militar.

Ademais, o multilateralismo tornou-se um sonho distante a partir da década de 1980, mas possibilitou que ações coordenadas fossem tomadas no sul global (LECHINI, 2010, p. 37). O custo do desenvolvimento condicionado à tomada de crédito externo resultou em fragilidades econômicas ainda maiores das que precedem as limitações ao desenvolvimento orgânico (como economias consolidadas de nações desenvolvidas), e leva a questionamentos quanto aos procedimentos derivados do Consenso de Washington (LECHINI, 2010, p. 37).⁶³

A análise da política externa desempenhada durante a gestão de CFK, sucede algumas orientações prévias, já estabelecidas durante o governo de Néstor Kirchner. Alguns eixos de atenção principal podem ser acessados para verificação da agenda internacional da Argentina. Identifica-se que a PE do período se vincula diretamente com a tradição peronista (CORIGLIANO, 2011, p. 22-23) para a promoção da inserção internacional. A similaridade entre os governos Kirchner é encontrada em uma agenda que vincula a esfera doméstica (interno) e sua ligação com o mundo (externo), reafirmando eixos de ação e abstendo-se de grandes modificações (SIMONOFF, 2008, p. 1-7).

Para Corigliano (2011), a PE desenvolvida durante o primeiro governo de CFK é tipicamente peronista pois toma com direção políticas executadas pelos governos de Eduardo Duhalde (2002 a 2003) e por Néstor Kirchner (2003 a 2007), isto é considerando as esferas doméstica e internacional. O enfoque para a cooperação no eixo sul-sul vigorou no discurso e em ações (multilaterais e bilaterais) executadas em ambos governos de Néstor Kirchner, especialmente ao vincular os desafios semelhantes enfrentados pelas nações em desenvolvimento, como é o próprio caso brasileiro (LECHINI, 2010, p. 44).⁶⁴

Dos fatores externos são ressaltadas particularidades como a posição antiterrorismo frente aos atentados de 2001; a robustez adquirida pela dívida pública; o início da guerra no Iraque em março de 2003; e a crise financeira em 2008. Estes fatores externos

⁶³ “La cooperación económica-comercial entre los países del Sur se sustenta en la toma de conciencia por parte de los gobiernos de su situación desventajosa en las negociaciones para acordar un régimen internacional de comercio e inversiones.” (LECHINI, 2010, p. 38).

⁶⁴ É possível afirmar que “Luego de más de una década de política exterior conducida de acuerdo a principios neoliberales, donde la economía prevalecía sobre la política y los valores, se advierte un llamado en los ámbitos multilaterales a la cooperación Sur-Sur, concebida como un espacio destinado a la búsqueda de nuevas vías hacia el desarrollo y la autonomía, aunque en la práctica tome más aspectos de cooperación técnica o comercial.” (LECHINI, 2010, p. 44).

sinalizam algumas posturas de destaque, como a priorização de relações com os EUA e o impacto de organismos como o FMI para a situação interna, agravada ao ponto de default econômico em dezembro de 2002.

A irresponsabilidade da tomada de crédito financeiro com o objetivo de aquecer a economia em vias ao desenvolvimento é localizada por Corigliano (2011, p. 22) nos governos de Menem (1989 a 1995; 1995 a 1999), com atenuação na gestão de de la Rúa (1999 a 2001). Duhalde havia iniciado um plano de desenvolvimento sustentável que, na sua prática ainda era dependente de auxílio externo para a recuperação da situação econômica, o projeto frisava a importância de conter a hiperinflação econômica (pela utilização de dólares), com críticas ao funcionamento do FMI e sua arbitrariedade para cobrança de empréstimos. CFK também viria a criticar a postura neoliberal assumida pelo Consenso de Washington na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2008 (CORIGLIANO, 2011, p. 23).

Dentre os aspectos internos, Corigliano (2011, p. 23) pondera sobre a influência de atores políticos, econômicos e sociais. São consideradas a transformação de políticas governamentais, o aumento do descontentamento com o alinhamento com os EUA e o consequente distanciamento com a nação norte-americana. Em suma, percebe-se neste momento onde origina a percepção da situação marginal da Argentina em relação ao mundo e a necessidade da associação ao regional como via profícua à integração e ao desenvolvimento econômico.

A mesma constatação deriva de Simonoff (2008, p. 1-7), que de forma nítida vincula os governos Kirchner através de cinco graus da PE. Seu estudo prevê a comparação destes cinco eixos (estratégia multilateral, priorização regional, abertura e diversificação de comércio exterior, estratégia para pagamento da dívida externa e saída do default, questão das Malvinas) entre o governo de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner.

Outros estudos irão contemporizar o primeiro mandato de CFK em três fases diferentes quanto à manutenção da PE. Conforme exposto por Simonoff (2010), a primeira delas sendo a continuidade, profícua para a integração e para diversificação econômica entre o Mercosul, ALADI, Ásia/China, Nafta e UE;⁶⁵ a segunda de paralisação e reajuste, a partir da medida proposta pelo executivo para alteração da base tributária para os

⁶⁵ “Si bien la balanza comercial sigue siendo positiva, gracias a la salida de la convertibilidad, el aumento de los precios internacionales y los volúmenes exportados, las importaciones registraron un aumento mayor en este período.” (SIMONOFF, 2010, p. 439).

rendimentos agrícolas, que levou à reformulação da PE; e a terceira de aprofundamento das mudanças, contando com paralisações do setor agropecuário.

Neste terceiro momento, a figura de CFK ganhou destaque pelo engajamento internacional, pela realização de viagens e pela “conexão com o mundo” (SIMONOFF, 2010, p. 446) e se mostrando mais interessada em resoluções em conjunto, como através do G-20 (SIMONOFF, 2010, p. 447). A presença argentina é visualizada na Cúpula América do Sul - Países Árabes, no relançamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em Luanda (2007), pela participação na OMC, a associação ao MERCOSUL e nas relações mantidas dentro do G-20 e no NAMA 11 (LECHINI, 2010, p. 44).

O *Non-Agricultural Market Access* são negociações que integram a OMC em busca da redução ou eliminação de tarifas para exportação de bens primários como combustível, minérios, manufaturados, entre outros, que não são contemplados pelo tratado internacional sobre o Acordo de Agricultura (em vigor a partir de 1 de janeiro de 1995 após a Rodada Uruguai). Esta é uma medida fomentada por países em desenvolvimento como África do Sul, Argentina, Brasil, Egito, Filipinas, Índia, Indonésia, Namíbia e Tunísia.⁶⁶

Em relação à Unasul, Simonoff (2010, p. 441) relata que o tratado regional passou a receber atenção pela agenda brasileira a partir de 2008, o que se apresenta como um desafio para Argentina, especialmente pelo fato de possuírem menos poder relativo do que em comparação com o Mercosul:

A política regional e o MERCOSUL foram marcados pela crise econômica internacional. Tanto os países desenvolvidos como os emergentes sofreram os golpes da crise. É evidente que a dinâmica entre os países latino-americanos foi alterada por esta situação, a tal ponto que as discussões mais importantes dentro do MERCOSUL, como na UNASUL, estavam intimamente relacionadas com a necessidade de coordenação econômica. Da mesma forma, a relação do nosso país com o Brasil foi caracterizada por uma luta insistente para definir políticas para proteger cada país de ataques. (SIMONOFF, 2010, p. 448, tradução nossa).⁶⁷

Com antecedência, durante a campanha eleitoral, Mauricio Macri assumiu um novo posicionamento em relação à vizinhança que é visto como uma ruptura com a

⁶⁶ World Trade Organization, 2021.

⁶⁷ Do original, “La política regional y el MERCOSUR estuvieron signados por la crisis económica internacional. Tanto los países desarrollados como los emergentes sufrieron los embates de la crisis. Claramente, la dinámica entre los países latinoamericanos resultó alterada por esta situación, a tal punto que las discusiones más importantes dentro del MERCOSUR, como en el UNASUR, estuvieron estrechamente relacionadas con la necesidad de coordinación económica. Asimismo, la relación de nuestro país con Brasil se caracterizó por una insistente puja por definir las políticas para proteger a cada país de los embates.” (SIMONOFF, 2010, p. 448).

continuidade e com os preceitos ideológicos peronistas (BEZUS, 2022), ainda que no segundo mandato de CFK (2011-2015) a PEA já tenha sido alterada de mais permissiva para mais restritiva (LISTRANI BLANCO; ZACCATO, 2018, p. 170).

A coalizão liderada por Macri foi intitulada de Cambiemos, ou Juntos por el Cambio. Desde a sua formação, unindo partidos como o PRO e a UCR, a coalizão buscou somar votos para a vitória na corrida presidencial, abrandando sua propaganda sobre futuras políticas públicas ao final do pleito (BUSSO, 2017, p. 2), ao passo em que realizava oposição com a PE kirchnerista vigente no passado (LISTRANI BLANCO; ZACCATO, 2018, p. 168).

Em seu slogan, Macri e o Cambiemos ilustram de forma objetiva que era necessário um “*cambio en el externo*” (LISTRANI BLANCO; ZACCATO, 2018, p. 168), promover “*la vuelta de Argentina al mundo*” (BUSSO, 2017, p. 1) e praticar uma “*integración inteligente al mundo*” (BEZUS, 2022, p. 80). Na prática a oposição com o kirchnerismo é vista através da ótica das articulações de interesses, pois ambos visavam a política externa como um meio de desenvolvimento nacional e como uma necessidade para a pauta econômica.

Com a vitória do PRO-Cambiemos, Busso (2017, p. 2) considera que houve uma inversão abrupta de políticas públicas ou de políticas externas, na verdade a Argentina retomou algumas relações que havia estabelecido antes e após a redemocratização. O foco da articulação da PEA foi uma inserção ocidental (BUSSO, 2017, p. 4) como estreitamento do vínculo com os EUA, a reaproximação de organismos de empréstimo internacional.⁶⁸ Pautas correlatas, como de direitos humanos, segurança e defesa também foram revisitadas, além da pasta econômica, dando fruto à uma gestão que entendia em padrões pró-ocidentalista a alternativa para solução político-econômica (BUSSO, 2017, p. 4).

Dentre as principais ações que foram atribuídas à *Cancilleria Argentina* são ressaltados níveis de ação, à começar pela preparação para sediar a 13ª Cúpula do G20, após com o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia de 28 de junho de 2019, e com o posicionamento frente às questões venezuelanas, unindo as pautas de promoção da democracia e dos direitos humanos (BEZUS; 2022, p. 80).⁶⁹ Tais premissas são elencadas

⁶⁸ “[...] el gobierno decidió reorientar el vínculo con el FMI. En este punto Cambiemos también quiso marcar diferencias con el gobierno anterior.” (BUSSO, 2017, p. 8).

⁶⁹ “En la dimensión política el gobierno, con el apoyo de la Canciller Malcorra, inició su gestión tratando de mostrar que lograba operacionalizar su estrategia de inserción pro-occidental de manera exitosa.” (BUSSO, 2017, p. 9). Ainda, “el cambio de cancilleres puede tomarse como un criterio importante al momento de dividir el período para su estudio. Evidentemente, otros hechos resultan también determinantes de los

dentro do paradigma do liberalismo globalista e com ênfase na economia (LISTRANI BLANCO; ZACCATO, 2018, 171), em confluência com o cenário global e de figuras como os Estados Unidos e Brasil, sob as gestões de Donald Trump e Jair Bolsonaro.⁷⁰ A PEA estabeleceu os objetivos específicos a partir da:

Desvalorização da moeda; desregulamentação financeira; abertura comercial; tomada de dívidas; preferência pelo regionalismo aberto; redução da carga fiscal sobre os setores de produção primária (agricultura e mineração); propostas para reduzir custos trabalhistas; combater a inflação através da contração da procura (diminuição do consumo e retração do mercado interno); aumento acentuado nas taxas de serviço público; concentração de renda; desestruturação da hierarquização nas questões educacionais e científico-tecnológicas, entre outras. (BUSSO, 2017, p. 5, tradução nossa).⁷¹

As mudanças são coerentes com uma internacionalização que visa atender às demandas sistêmicas (BUSSO, 2017, p. 5) e alinhar-se ao um contexto político vigente, que acaba a mostrar sintomas do protecionismo, ao passo em que a Argentina busca gradativamente abrir seu mercado. Frente à turbulência no cenário americano, o Cambiemos se viu na necessidade de realizar inversões juntamente à economia chinesa (BUSSO, 2017, p. 13). Sem conseguir conquistar seus objetivos junto aos órgãos internacionais, o governo Macri finda deixando como produto o aumento da dívida pública, com uma relação superior a 60% do PIB/PPC (Observatório Fiscal Federal - Argentina, 2018), e com déficit fiscal, devido ao aumento inflacionário.

O trajeto de inserção internacional argentino se viu sob novas condicionantes a partir da posse de Alberto Fernández em 10 de dezembro de 2019. Shqueitzer (2019, p. 1) relembra que a formulação da PEA se dividia em três diferentes níveis, um de caráter nacional, o segundo de caráter regional e o terceiro no SI. Regionalmente via-se a importância de enfatizar as relações com o Brasil, que se mostraria difícil, frente às críticas do presidente Jair Bolsonaro.⁷² Já internacionalmente era necessário investigar a

lineamientos de la política externa, como la asunción, en 2017, de Donald Trump en la presidencia de Estados Unidos, o el inicio de un nuevo período de endeudamiento con el FMI en mayo de 2018 [...]” (BEZUS, 2022, p. 81).

⁷⁰ “Particularmente, la conducta de la Argentina se modificó cuando aquellos cambios en el plano exterior repercutieron en el plano doméstico.” (LISTRANI BLANCO; ZACCATO, 2018, p. 171).

⁷¹ Do original, “Devaluación de la moneda; desregulación financiera; apertura comercial; toma de deuda; preferencia por el regionalismo abierto; menores cargas impositivas a los sectores de producción primaria (agrícola y minero); propuestas para disminuir el costo laboral; lucha contra la inflación vía la contracción de la demanda (disminución del consumo y retracción del mercado interno); fuerte incremento de las tarifas de servicios públicos; concentración del ingreso; des-jerarquización de los temas de educativos y científico tecnológicos, entre otros.” (BUSSO, 2017, p. 5).

⁷² “Sumado a ello, las relaciones mantenidas con la República de Brasil se han caracterizado por las constantes rispideces. El presidente Jair Bolsonaro ha criticado la elección del nuevo líder, cuestionándola en repetidas ocasiones. Discursivamente, la acción del ultraderechista y ex militar se condice con la construcción de una identidad basada en la deshumanización del otro. Es decir, necesita diferenciarse del que

pertinência das relações com os EUA, de forma a realizar inversões comerciais que contribuíssem para a economia, para a redução do índice de pobreza e como uma ferramenta para melhoria da qualidade de vida (SHQUEITZER, 2019, p. 1).

Os desafios da Argentina foram inúmeros, como reitera Shqueitzer (2019, p. 2), valendo-se do panorama político dos vizinhos como Bolívia, Chile, Equador e Peru transitavam por momentos de inabilidade de atender às reivindicações sociais de cunho antidemocrático. A herança de Macri foi o afastamento da Unasul, e a participação na criação do Prosul com Duque, Piñera e Temer (OKITA, 2022, p. 171). De fato, Fernández traz um novo posicionamento à região, que detinha predominantemente governos de direita. A retomada do multilateralismo foi ensejada a partir de discursos apaziguadores e pela não hostilização entre os pares regionais. Ainda que o Mercosul dotasse de uma grande influência econômica para a Argentina, algumas alternativas foram implementadas e que denotam tal posicionamento:

Em primeiro lugar, os fatores transitórios em vigor, como o exercício da Presidência Pro-Tempore da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a Presidência do Conselho de Direitos Humanos da ONU e a 10ª Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) da ONU. A isto somam-se os convites para a 14ª Cúpula dos países emergentes dos BRICS (da China) e para a 48ª reunião do G720 (da Alemanha), que inclui as potências econômicas ocidentais e o Japão. (OKITA, 2022, p. 173, tradução nossa).⁷³

Uma delas foi o alinhamento com o México pelo Grupo de Puebla, que possui fortes traços progressistas e realiza oposição ao Grupo de Lima (SHQUEITZER, 2019, p. 3) e pela menção que se dá na escala global e sobre a manutenção de atividades contínuas, como pela participação na OCDE, na ONU, no G7 e no G20 (OKITA, 2022, p. 166).⁷⁴ Este último, em especial para PEA de tradição peronista, ilustra uma conduta que visa flexibilizar e facilitar as relações com os países-membros do G7, gerando um ambiente mais acessível para renegociações da dívida externa com o FMI (RUSSELL; TOKATLIAN, 2004, p. 138), como já havia acontecido no passado com Menem.

considera enemigo (el que se presenta como diferente) para cimentar su propia identidad y darle legitimidad.” (SHQUEITZER, 2019, p. 3).

⁷³ Do original, “En primer lugar, factores transitorios en vigencia, como el ejercicio de la Presidencia Pro Tempore de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), la Presidencia del Consejo de Derechos Humanos de la ONU y de la 10ª Conferencia de Revisión del Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP) de la ONU. A ello se suma las invitaciones a la 14ª Cumbre de los países emergentes del BRICS (proveniente de China) y a la 48ª reunión del G720 (proveniente de Alemania), que incluye a potencias económicas occidentales y Japón.” (OKITA, 2022, p. 173).

⁷⁴ O Grupo de Puebla configura um foro político e acadêmico de integração para as representações de ideologia de esquerda na América Latina.

4.2.2 Brasil

O primeiro eixo deste estudo descritivo se faz presente durante a gestão do presidente Lula. A transição de governo, ainda que pautada na demanda por mudanças de cunho social (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 273-274), pôde contar com artifícios previamente construídos e um direcionamento de política externa que lhe permitiu o fortalecimento para assumir um papel de liderança regional.⁷⁵ A primeira etapa consistiu na estabilização econômica e inflacionária através da redução de tomada de crédito externo e pela ampliação das capacidades do MRE durante o governo FHC (MALAMUD, 2017, p. 157), desta forma a sucessão de Lula deparou-se com um viés diplomático fundamentado para estabelecer a agenda internacional do país (MIJARES; NOLTE, 2021, p. 89).⁷⁶

A implementação destes recursos vindos do exterior veio a calhar para ambas as partes no passado. Os países desenvolvidos com reservas monetárias beneficiam-se dos pagamentos dos empréstimos acrescidos com juros, à medida que buscam reduzir na prática o nível das importações ou compensá-la com o número de exportações. De forma geral, cabe relacionar que a política externa brasileira multilateral vinculou-se com a promoção da imagem brasileira no cenário internacional e também com feitos substanciais para a economia doméstica (LAFER, 1984).

Cabe citar o esquema de dependência clássica descrito por Evans (1980), que elucida o processo de industrialização brasileiro com efeito análogo à geração de renda nacional, pois as medidas de substituição de importações foram somente em tese bem sucedidas. Para que houvesse internalização do processo produtivo se fazia necessário importar peças e maquinários que fomentassem a indústria, desta forma, a internacionalização de capital foi uma ferramenta de manutenção do controle imperialista sobre os países periféricos. O conceito de imperialismo cunhado por Evans (1980) se vincula diretamente com o “desenvolvimento dependente”, definido como expansão econômica e domínio político.

A segunda etapa inserida nacionalmente foi de ênfase no desenvolvimento do setor secundário, como da construção civil e das atividades industriais, amparada pelos governos FHC e Lula (MIJARES; NOLTE, 2021, p. 89). Ressalta-se que a inserção

⁷⁵ “When focusing on the role of Brazil in creating UNASUR, attention should be paid to the domestic factors that facilitated the Brazilian government to embark on its South American strategy based on increased state strength.” (MIJARES; NOLTE, 2022, p. 89).

⁷⁶

internacional dos países esteve perenemente pautada na política externa comercial de exportação de produtos do setor primário para potências da Europa e os EUA.

Inicialmente, o governo FHC buscou conservar paralelamente as relações de negociação com os EUA e com países vizinhos, “ainda dentro de uma política liberal, mas buscando formas de organizar a balança comercial com a implementação de uma política aduaneira bem ordenada e com a taxaço de parte das importações [...]” (NAFALSKI, 2010, p. 48).

Ao final da década de 1980 “o que vimos na gestão FHC foi a consolidação e a sofisticação de uma política inicialmente formulada e praticada nos governos Collor de Mello e Itamar Franco” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 288), ou seja, houve uma alteração quanto à ideia que prevalecia quando ao desenvolvimento voltado para dentro e uma busca pelo aumento do consumo e pela ampliação do Estado e do mercado.⁷⁷ Este é o direcionamento globalista a que Vizentini (2005) se refere, em defesa ao multilateralismo e da integração regional, mantendo a ênfase pela manutenção de boas relações com os EUA.

E seu segundo mandato o projeto de integração sul-americana passou a se diferenciar estruturalmente pois, ao contrário de blocos como o NAFTA (e de países como o México), buscava-se evitar o livre comércio ou políticas comerciais irrestritas com os EUA (CALIXTRE; BARROS, 2011, p. 185).⁷⁸ O movimento de integração perpassa as conexões econômicas entre os países sul-americanos, acaba por trazer à tona a necessidade do relacionamento entre as adjacências não meramente baseado na proximidade geográfica no Cone Sul:

Este movimento, que não deve ser compreendido como algo inexorável, de se relacionar com os vizinhos assumiu características que transcendem tal circunstância espacial, passando a incluir características que transcendem tal circunstância espacial, passando a incluir o compartilhamento de cadeias produtivas, o aumento da densidade comercial, a harmonização política e legislativa e, mais recentemente, a integração das políticas públicas dos países do subcontinente. (CALIXTRE; BARROS, 2011, p. 178).

⁷⁷ O período de industrialização trouxe relevância para o processo de substituição de importações e da atração de investimentos externos diretos, especialmente durante o cinquentenário entre 1930 e 1980 (CALIXTRE; BARROS, 2011, p. 177). Uma das matérias-primas de destaque foi a produção de petróleo (vide caso brasileiro e mexicano), que gerou aumento da competitividade e ampliamto de parceiros. Aponta-se a crescente aproximação brasileira com a Alemanha e Japão, que equaciona de forma balanceada a oferta dos recursos naturais do Brasil em função da continuação de suas intenções expansionistas.

⁷⁸ “Em linhas gerais, as instituições criadas pelos Estados no processo de integração, apesar de servirem a objetivos políticos e econômicos definidos nos distintos momentos históricos (da crise do nacional-desenvolvimentismo, dos 1980, à sua reformulação, nos anos 2000, passando pela desregulação e liberalização da década de 1990), cumpriram o papel de consolidar, na política externa dos países sul-americanos, a interpenetração significativa de seus mercados, territórios e povos, tendo-a como pressuposto necessário ao desenvolvimento” (CALIXTRE; BARROS, 2011, p. 178-179).

Contudo, a PEB exercida durante os governos do presidente Lula apresentou particularidades ao conferir aos países em desenvolvimento a preocupação central da diplomacia brasileira. A própria transição entre os termos (e esferas de ação) da América Latina para América do Sul, “[...] destacando-se que a última é o principal espaço contemporâneo de legitimação da política externa brasileira” (CALIXTRE; BARROS, 2011, p. 179), mostra que o saldo se concretizou como um legado de projeção autonomista do período (SARAIVA, 2016, p. 295).

O autonomismo se configura pela proatividade regional, derivada do âmbito governamental e do principal órgão que desempenha os objetivos internacionais, a participação em fóruns multilaterais, a formação de coalizões e mecanismos que perpassam as fronteiras nacionais, o Ministério das Relações Exteriores. No caso brasileiro, o autonomismo tinha como foco o desenvolvimento de uma figura de liderança para a região sul que galgava ascender também em nível global como uma potência (SARAIVA, 2016, p. 297).

Uma das designações que busca compreender a PEB sob influência do lulismo é a autonomia pela diversificação (VIGEVANI; RAMANZINI JR., 2014), outras insurgências como a PEI (RINALDI, 2015, p. 121), também visam categorizar (em parte) o posicionamento globalista assumido. O marco do globalismo está na oposição em que coloca o americanismo, ou seja, mostra certa despreocupação com o vínculo automático com os interesses dos EUA, fator identificado como limitante para a atuação internacional brasileira (RINALDI, 2015, p. 123).

O universalismo reforça uma agenda abrangente, em prol da economia nacional, conectada à natureza globalista promoveu ênfase nas relações Sul-Sul para transposição internacional (SARAIVA, 2016, p. 314). Munido de uma diplomacia presidencial, Lula assumiu protagonismo frente às dimensões da América do Sul, priorizando projetos sociais que fossem incorporados no processo de globalização. Exemplos desta liderança podem ser analisados na seara da cooperação humanitária ou em campanhas para crises sócio-econômicas, como foi o caso do modelo de combate à fome (VIZENTINI, 2005, p. 389).⁷⁹

⁷⁹ “Em termos práticos, o governo brasileiro suplantou a passividade do anterior e buscou alianças fora do hemisfério como forma de ampliar seu poder de influência no âmbito internacional a partir da mencionada postura ativa e pragmática.” (VIZENTINI, 2005, p. 390). Esta seria uma leitura sistêmica de estratégia, que visa “[...] concertar posições comuns com outros países demandantes de reformas com a finalidade de pressionar por melhores condições de inserção internacional também é elemento congruente nessas duas visões na medida em que a noção de soberania e autonomia na formulação das posições e políticas do Brasil

Tal empreitada diplomática conseguiu transformar a dinâmica da região em razão do desenvolvimento, onde a integração e o universalismo foram preceitos básicos para nortearem projetos como a Unasul. Foi com o fortalecimento das relações vindas do regionalismo que o governo investiu em pautas integrativas, ainda que com entraves de orçamento, e promoveu mudanças sistemáticas que diversificaram o condicionamento nas relações Norte-Sul. O alinhamento de tais políticas com as condições domésticas foi harmônico e conferiu mudanças estruturais e sociais no país.

O segundo eixo de análise se refere ao período correspondente ao governo de Michel Temer, a partir de 2016. Cabe lembrar que os governos da presidente Dilma Rousseff, interregno entre Lula e Temer, dispôs de uma agenda que buscou a manutenção da PEB desenvolvida por Lula, que logrou-se menos produtiva com a deterioração econômica e política doméstica. Portanto, foi traçado o revisionismo das instituições internacionais, conservada a altivez quanto ao multilateralismo, com a participação em fóruns e em diferentes coalizões, e a presença do autonomismo no Itamaraty (SARAIVA, 2016, p. 295).

O cenário brasileiro, que já havia sofrido com reflexos externos da crise financeira da Síria e da Ucrânia, havia recuado nas taxas de crescimento em comparação aos anos anteriores - durante os governos Lula - e com outras nações em desenvolvimento. A economia passou por uma retração no ano de 2015, fator que refletiu no aumento inflacionário, na instabilidade econômica e na estabilidade de iniciativas federais para infraestrutura e desenvolvimento, entrando em déficit público (SARAIVA, 2016, p. 299-300).

Os respingos destas modificações, junto ao aumento da oposição em setores chaves pelo comprometimento dos recursos advindos do BNDES (queda da internacionalização de empresas), e em esferas políticas (na diminuição) da base do governo no Congresso Nacional e nos cortes orçamentários do MRE (SARAIVA, 2016, p. 299), foram percebidos na PEB de forma a enfraquecer a liderança regional:

Embora a UNASUL tenha seguido sendo a referência de atuação brasileira frente a situações de crise, na prática a ascensão de Rousseff esvaziou a dimensão política do comportamento brasileiro frente à região no que diz respeito às ações do Brasil como ator estruturador das instituições regionais, influente sobre a configuração regional e definidor de agendas. (SARAIVA, 2016, p. 304).

na arena internacional se materializava no distanciamento das grandes potências e na articulação de alianças e grupos de coalizão de geometria variável.” (RINALDI, 2015, p. 131).

A crise enfrentada pelo governo Temer cingia-se na legitimidade de governo, através da credibilidade de terceiros no país, e na necessidade de retomada do crescimento econômico, através da variação de mercados em que o país estava inserido como estímulo às exportações (MARTINS et al, 2018, p. 154).

O que se observa é a uma crescente crise no multilateralismo, ou regionalismo multidimensional (BERRINGER; FORLINI, 2018, p.15), também advinda da formação e alinhamento com a formação de uma burguesia interna vinculada ao mercado, que passa “[...] a questionar o seu apoio à política externa ativa e ativa delineada por Celso Amorim” (BERRINGER; FORLINI, 2018, p. 9).⁸⁰ A este fato, se alega hipoteticamente que a PEB, desenvolvida sob cunho ideológico e partidário, teve um novo direcionamento com a ascensão do conservadorismo.

Para Nolte (2021, p. 97) FHC e Lula alicerçaram a construção do entorno regional como pauta identitária de seus governos, o que sofreu desconstrução com a indicação de José Serra (PSDB) para chancela do MRE e pela mudança das tradições diplomáticas, norteadas pelo princípio da independência (MIRANDA, 2019, p. 129-130). A gestão visava romper com a partidarização e a ideologização da política externa, fator que ilustra a inovação do eixo estratégico contido neste período, concebida por políticos tradicionais (sem necessariamente portar de antecedentes ou afinidades com o quadro diplomático) e com parcerias com nações consolidadas da Europa e América do Norte (MIRANDA, 2019, p. 130).

Nery (2017) relembra que os governos do PSDB desde os governos FHC, cuja “política exterior foi marcada pela busca da credibilidade, envolvendo a participação plena nos diferentes regimes internacionais” (NERY, 2017, p. 253), compartilham da tendência de subordinação frente à entidades desenvolvidas como UE e os Estados Unidos.⁸¹

Contudo, Belém Lopes (2020) constata que há um descolamento entre a PEB e a diplomacia brasileira desde a gestão Lula, fato que ilustra o que o autor enquadra como corporativismo:

⁸⁰ “Enquanto a burguesia nacional é a fração que teria um projeto com teor soberano e nacionalista (antiimperialista), através de de aliança com as classes populares, e a burguesia compradora é a fração alinhada aos interesses imperialistas, pois mantém a dependência em relação ao mercado e ao capital externo, a burguesia interna possui características que a colocam no meio do caminho entre as duas primeiras.” (BERRINGER; FORLINI, 2018, p. 7).

⁸¹ Neste sentido o regionalismo aberto era tudo como um artifício para que houvesse fomento da competitividade econômica brasileira, contudo “a política externa brasileira da coalizão MDB-PSDB abandonou o esforço de construção de um polo sul-americano em torno da Unasul, que havia sido uma das prioridades dos governos do PT, sobretudo de Lula, subordinando-se passivamente à liderança geopolítica estadunidense na região” (NERY, 2017, p. 261).

Esta desconexão atingiu um novo nível de paroxismo durante o mandato de Dilma Rousseff. Isto estava menos associado ao seu partido político ou à coligação governante que apoia o seu governo, e mais às queixas pessoais envolvendo o chefe de Estado e à equipe diplomática, para não mencionar as profundas divergências epistêmicas entre eles. (BELÉM LOPES, 2020, p. 10, tradução nossa).⁸²

Era previsto que haveria certa continuação do desempenho da PEB com a eleição de Dilma, que em seu discurso de posse reforçou o compromisso com o multilateralismo e o comprometimento com o eixo Sul-Sul, especialmente no Atlântico Sul (DE OLIVEIRA, 2023, 111). A grande limitação que arrefeceu o período foi no âmbito da economia internacional frente às situações dos EUA e da UE. A situação geral brasileira adentrava o um pós *boom* das *commodities*, “além disso, cabe destacar a instabilidade política do governo Dilma, sobretudo após o segundo mandato com a forte polarização doméstica e reduzida base parlamentar que culminaram no impeachment de 2016” (DE OLIVEIRA, 2023, 111).⁸³

Ademais, observa-se também a política doméstica de coalizão (MDB-PSDB) após o impeachment de Dilma conferiu ao Legislativo a tendência de sabotar o Poder Executivo, se propunha a desempenhar os interesses estatais em detrimento de predileções ideológicas (NERY, 2017, p. 260). O não posicionamento ideológico, de forma anedótica, acaba por servir aquilo à que se opôs. De forma ofensiva, os países que depreciaram o processo de impeachment ocorrido como Bolívia, Cuba, El Salvador, Equador e Venezuela foram diplomaticamente rechaçados (NERY, 2017, p. 260).⁸⁴ A mais simbólica preocupação era a forma em que rumava a democracia na Venezuela (MIRANDA, 2019, p. 133), que foi exposta durante a Assembleia Geral da OEA em junho de 2018 pelo então substituto do Ministro José Serra, Aloysio Nunes Ferreira:

⁸² Do original, “This disconnection achieved a new level of paroxysm during Dilma Rousseff’s time in office. That was less associated with her political party or the ruling coalition backing her government, and more with personal grievances involving the chief of state and diplomatic personnel, not to mention deep epistemic divergences between them.” (BELÉM LOPES, 2020, p. 1).

⁸³ “Cabe ressaltar que Dilma traz em seus discursos menções ao entorno estratégico brasileiro, enfatizando a América do Sul e a África como parte prioritária na política de defesa do país, mesmo que isso não tenha significado a mesma intensidade de viagens e acordos, como será observado, quando comparado ao governo Lula. Nesse sentido, indica-se que Dilma mantém uma política que busca fortalecer as relações brasileiras com países em seu entorno estratégico – países do Sul Global e é o período que indica maior correlação entre a política externa e a política de defesa se considerarmos que em nos discursos há alguma menção ao Atlântico Sul. É também durante esse período que são lançados documentos da estratégia nacional, sendo eles o Livro Branco de Defesa Nacional de 2012, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, ambos também de 2012.” (DE OLIVEIRA, 2023, p. 112).

⁸⁴ O realinhamento em detrimento ao Sul Global previa benefícios em prol do interesse nacional na manutenção de relações bilaterais, razão pela qual esvaziou a agenda do BRICS e manteve relações diretas com a China (NERY, 2017, p. 260). A Ásia, através - ou sem - o Mercosul, também ilustra um cenário em que pairou o ingresso brasileiro (MARTINS et al, 2018, p. 154).

Estas manifestações de crítica à situação interna da Venezuela passaram a ser recorrentes da parte dos representantes das relações exteriores do Brasil. Além de claramente destoar da tradicional ponderação diplomática do país, o posicionamento cristalizado pelos chanceleres tucanos do período passou a isolar e denunciar internacionalmente um dos principais parceiros regionais do Brasil. A renitente crítica brasileira ao regime político venezuelano acabaria por soar como algo excessivo, como a insinuação de uma tentativa de intervencionismo ou interferência em um país soberano – ou poderia então soar como um chiste, tendo em vista a fragilidade do governo Temer em termos de sua própria legitimidade. (MIRANDA, 2019, p. 133).

O fenômeno político do bolsonarismo marca a ascensão de um extremismo ideológico que representa pequenos grupos de interesse, para os quais o conservadorismo se mostra como a facilitação a um governo moralizador.⁸⁵ O alinhamento com os EUA e o negacionismo multilateral remetem às vertentes do trumpismo americano, que será representado também por outras mudanças do governo, como é o caso da desconstrução de burocracias pertinentes ao MRE e descontinuidades com a figura de Ernesto Araújo.⁸⁶ Com a nova gestão ministerial, denotam-se “[...] os fortes indícios de uma brutal reversão da política externa ‘ativa e altiva’ e da radical entrega da soberania nacional” (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020, p. 65).

Ressalta-se que, ao nível da Unasul, desde janeiro de 2017 não havia consenso entre os membros para apontamento do novo secretário-geral e em abril de 2018 foi deliberada a interrupção da associação brasileira à instituição sul-americana, procedendo com o corte de orçamento destinado à pasta da integração regional (NERY, 2017, p. 260), e espelhando uma tendência que se daria na Argentina (Maurício Macri), Chile (Sebastián Piñera), Colômbia (Ivan Duque Márquez), Paraguai (Horacio Cartes) e Peru (Pedro Kuczynski). O desmantelamento das políticas de integração (BERRINGER; FORLINI, 2018, p. 10), que tornou as relações meramente comerciais, e pelo abandono da PEB “ativa e altiva” sob a autoridade de Celso Amorim (MARTINS et al, 2018, p. 158).

Em linhas gerais, a PEB ficou marcada pela perda do protagonismo, que é ilustrado pela retração participativa nos eixos de integração regional, pela subordinação nas vias em que se buscou inserir internacionalmente e pela estagnação, ainda que mantendo pressupostos como o da autonomia. Ao fim e ao cabo, “[...] poderíamos aqui sugerir, simplesmente descrever este período e sua pauta integracionista como um ‘retrocesso’,

⁸⁵ “É um equívoco opormos neoliberalismo à extrema-direita bolsonarista. Ao longo do século 20 e agora no século 21, vemos que quando a burguesia não consegue se manter no poder pela democracia liberal, com candidatos conservadores liberais, acaba aderindo a candidatos conservadores de extrema-direita, para evitar a ascensão de candidatos progressistas ou mesmo de coalizão.” (MOGILKA, 2019, p. 83).

⁸⁶ “Pautas como a defesa do ocidentalismo, do bilateralismo e de Estados fortalecidos (com estatais em pouca quantidade) passaram a ganhar protagonismo, em detrimento ao gerenciamento de crises e de danos ambientais.” (CORRÊA, 2020, p. 74).

ainda que travestido como algo supostamente ‘novo’” (MIRANDA, 2019, p. 134). Em seguida, será feita uma verificação documental de PEB como forma de mensurar as ações e direcionamentos em relação à Unasul.

4.3 VARIAÇÕES DE IDEOLOGIA, POLÍTICA EXTERNA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Objetivamos combinar quatro sub-hipóteses com o intuito de estudar as potências regionais e como elas impactaram no grau de integração na ascensão e queda da Unasul com quatro cenários possíveis de convergência e afastamento entre Argentina e Brasil: existe afinidade de posições entre Cristina e Lula-Dilma (pró-Unasul); existe afinidade de posições entre Macri e Temer-Bolsonaro (contra Unasul, mas em favor de outras integrações); existe contradição entre Macri e Dilma (contra Unasul x pró-Unasul); existe contradição entre Fernandez e Bolsonaro (pró-Unasul x contra Unasul).

A atual pesquisa propõe a exposição de quatro sub-hipóteses que pretendem verificar a afinidade das ideologias com a integração regional. Tendo em vista a problemática de acesso e a transparência dos governos, a alternativa de buscar fontes secundárias visa suprir em alguma medida a ausência de registros por contraparte da Argentina, fator que coloca em xeque o estudo histórico comparado e o estudo comparado sincrônico.

Dada a fragilidade da análise e da dificuldade enfrentada em, de forma geral, encontrar livros brancos de PE na América do Sul, as fontes secundárias utilizadas foram tidas como uma possível solução à escassez de conteúdos análogos às Resenhas de PEB do MRE. A mesma produção ou registro de política exterior é inexistente ou limitada em grande parte dos países. Para o caso argentino, o acesso ao acervo é de forma física. Além da dificuldade de manusear os dados, os livros da PEA se organizam por temáticas e não por anos ou semestres.

A pesquisa buscou identificar a periodização e citações que sustentam e demonstram as posições em relação à integração regional, à Unasul e às causas do posicionamento. Como superação da problemática que teve insurgência a partir do desempenho da pesquisa, propõe-se a testagem dos quatro hipóteses a seguir, com os métodos de revisão de citações (Publish or Perish) de quatro palavras-chave: 1) “presidente”; 2) “Unasul”; 3) “política externa”; 4) “país”.

4.3.1 Convergência ideológica progressista: governos de CFK e Lula-Dilma

A primeira hipótese levantada é de que existe um alinhamento entre os governos CFK (PJ) com Lula e Dilma (PT), ou seja, de que existe afinidade de posições entre Cristina e Lula-Dilma (pró-Unasul). Portanto, alegamos que houve convergência ideológica entre os governos de Cristina Kirchner e Lula-Dilma (progressistas), o que influenciou a produção de uma política externa pró-Unasul e o consequente fortalecimento da instituição.

O mandato de Cristina Kirchner iniciou em dezembro de 2007 e dá continuidade à aproximação com o Brasil e ao fomento do regionalismo, apresentando derivações da PEA peronista. Neste intervalo temporal se perfila o final do segundo mandato de Lula e a continuação de Dilma. A Figura 10 ilustra o resultado dos artigos mais citados:

Figura 10 - Governo Cristina Kirchner (2008-2014)

Governo Cristina Kirchner (2008-2014)					
Citações					
Autor/Ano/Título	> PoP	"Cristina Kirchner"	"Unasur"/ "Unsaúl"	"Argentina "	"Política exterior"/ "Foreign Policy"
A. MALAMUD [2011] A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy	622	1	6	19	41
SARAIVA [2010] Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur	211	1	8	12	62
BERNAL-MEZA [2008] Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión)	177	9	9	61	48
LESSA [2010] Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010)	135	1	2	11	15
C. MALAMUD [2009] La crisis de la integración se juega en casa	105	1	8	6	2

Fonte: elaboração da autora.⁸⁷

Malamud (2011) reitera os esforços coletivos para construção regional.⁸⁸ Onde as lideranças são plurais, reforça-se o protagonismo brasileiro, que nas gestões Lula da Silva, consagrou a estratégia de integração pela formação Unasul. A Argentina nos anos 2000,

⁸⁷ A busca pelas palavras chaves se deu pela localização rápida de atalhos em cada arquivo, ou seja, foram consideradas palavras que constam no título, resumo, abstract, texto, referências, etc. Desta forma, o volume de menções (especialmente à Unasul) difere ao apresentado no Apêndice, no qual o objetivo foi trazer todas as passagens textuais que apresentassem a palavra "Unasul".

⁸⁸ "Tres escenarios de integración ahora confrontan en Sudamérica: el MERCOSUR, más importante para Argentina; la UNASUR, hoy tal vez el proyecto que más interesa a Brasil; y ALBA, la Alternativa Bolivariana de Integración, promovida por el presidente Chávez, de la que sólo Bolivia hace parte junto a Venezuela." (BERNAL-MEZA, 2008, p. 175)

governos de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner, com a manutenção do peronismo, cultivaram ótimas relações com a administração lulista (MALAMUD, 2011, p. 11):

Para analisar a política externa do Brasil em relação à integração e cooperação regional (União de Nações Sul-Americanas, UNASUL), é preciso observar internamente; estudar as concepções e paradigmas predominantes no período em estudo, o que corresponde à vigência do MERCOSUL. Por outro lado, para analisar o caso da Argentina, devemos ver tanto a visão como o paradigma dominante na visão do governo do momento e na relação triangular com os Estados Unidos e o Brasil. (BERNAL-MEZA, 2008, p. 159, tradução nossa).⁸⁹

Em comum, se percebe o relato do estreitamento das relações da Argentina com a Venezuela, como um suposto subterfúgio para ganho de protagonismo (SARAIVA, 2010, 164) frente ao Brasil. Para Saraiva (2010) pouco se abstrai dos objetivos da PEA durante o governo de CFK, o que dificulta a aliança com o Itamaraty e até mesmo em nível de blocos, dado o ensejo de liderança brasileira na esfera regional. Contudo, é inegável que Argentina e Brasil são grandes parceiros, especialmente pelo viés da questão energética (BERNAL-MEZA, 2008, p. 166-167). Ainda que houvesse certa resistência do governo argentino, as relações com o Brasil foram aderidas de forma mais leniente e pragmática por CFK do que por Néstor Kirchner (LESSA, 2010, p. 122):

O eixo Brasília-Buenos Aires tornou-se um vetor de estabilização da América do Sul, estabelecido a partir da revisão e normalização das relações bilaterais desde o abandono da desconfiança recíproca e do anúncio de uma nova fase de convergência voltada para a integração econômica. Igualmente complexas, as relações com a Argentina lideraram a atividade regional do Brasil, tanto na área política quanto na econômica, e serviram de base para projetos desenvolvidos pelo Brasil em integração comercial, segurança e medidas de cooperação política com outros países sul-americanos. Esses mecanismos de coordenação assumiram diferentes formas nas últimas duas décadas (Mercosul, Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, Comunidade Sul-Americana de Nações-CASA, União de Nações Sul-Americanas-Unasul). (LESSA, 2010, p. 122, tradução nossa).⁹⁰

Identifica-se que a Unasul era um projeto idealizado, e portanto mais interessante para o Brasil, ao passo que o Mercosul seria mais importante para a Argentina.⁹¹ Já outros

⁸⁹ Do original, “Para analizar la política exterior del Brasil en relación a la integración regional y la cooperación (Unión de Naciones Suramericanas, UNASUR), hay que mirar en su propio interior; estudiar las concepciones y paradigmas predominantes en el período en estudio, que corresponde a la vigencia del MERCOSUR. En cambio, para analizar el caso de la Argentina, hay que ver tanto la visión y el paradigma dominante en la visión del gobierno del momento y la relación triangular con Estados Unidos y Brasil.” (BERNAL-MEZA, 2008, p. 159).

⁹⁰ Do original, “The Brasilia-Buenos Aires axis became a vector of South America’s stabilization, established upon the review and normalizing of bilateral relations since the casting away of reciprocal mistrust and the heralding of a new phase of convergence aimed at economic integration. Equally complex, relations with Argentina spearheaded Brazil’s regional activity, in both the political and the economic areas, and provided a basis for projects developed by Brazil on trade integration, security, and measures of political cooperation with other South American countries. These coordination mechanisms assumed different forms in the last two decades (Mercosur, Free Trade Area of the Americas – FTAA, South American Community of Nations-CASA, Union of South American Nations-Unasur).” (LESSA, 2010, p. 122).

⁹¹ “Tres escenarios de integración ahora confrontan en Sudamérica: el MERCOSUR, más importante para Argentina; la UNASUR, hoy tal vez el proyecto que más interesa a Brasil; y ALBA, la Alternativa

pesquisadores indicaram que a Unasul teve seu propósito validado mais como um campo de diálogo do que como efetivação do aprofundamento da integração regional (MALAMUD, 2009, p. 102).

O espaço econômico da Unasul mostrou-se complicado no que confere a implementação de uma zona de livre comércio, fomentando o comércio com os EUA e com a UE. As relações mantidas através do bloco iam além da troca de bens e produtos, mas em comum uniam fragilidades sociais, de infraestrutura e de identidade, e que unia agendas extra-regionais sem excluir projetos fora do bloco.

Em sequência, a Figura 11 toma como foco o governo Lula da Silva:

Figura 11 - Governo Luíz Inácio Lula da Silva (2008-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva (2008-2010)					
Citações					
Autor/Ano/Título	> PoP	"Lula"	"Unasur"/ "Unasul"	"Brasil"	"Política externa"/ "Foreign Policy"
PECEQUILO [2008] A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical	293	12	2	53	41
PINHEIRO; LIMA; HIRST [2010] A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios	197	20	1	43	40
SARAIVA [2010] A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas	118	10	1	16	20
LESSA; COUTO; FARIAS [2009] Política externa planejada: os planos plurianuais ea ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008)	97	21	1	41	55
OLIVEIRA; ONUKI [2010] Eleições, partidos políticos e política externa do Brasil	90	6	2	35	48

Fonte: elaboração da autora.

Pecequilo (2008) reforça que a Unasul representa um “[...] eixo horizontal com elevado grau de prioridade e como uma plataforma de relacionamento entre o Brasil, seus parceiros e o restante do mundo encontram-se os projetos de integração sul-americana” (p. 148).⁹² Pinheiro et al (2010) comentam a relevância da criação do CDS e Saraiva (2010)

Bolivariana de Integración, promovida por el presidente Chávez, de la que sólo Bolivia hace parte junto a Venezuela.” (BERNAL-MEZA, 2008, p. 175).

⁹² “Além das questões comerciais, iniciativas como a ALCSA, IIRSA, Casa e Unasul, possuem uma dimensão política e estratégica que visa estabelecer laços que ultrapassem a livre troca de mercadorias, concentrando-se na complementaridade das economias, sua identidade cultural e problemas sociais comuns, associando a somatória de vantagens estratégicas comparativas nos setores energético, de infra-estrutura e produção de bens (indústrias, agrícolas e matérias primas). A ampliação dos contatos extra-regionais, capitaneados pela diplomacia brasileira simbolizados no Ibas e a Cúpula dos Países Árabes e Sul-Americanos fazem parte desta agenda.” (PECEQUILO, 2008, p. 148).

contrapõe que a Unasul era um canal de atividades multilaterais, mas reforça suas limitações institucionais, fato que possibilitava ao Brasil manter relações com parceiros que não estavam demarcados à AS:

Outro ponto a mencionar diz respeito à visibilidade da diplomacia brasileira no plano multilateral latino e sul-americano. Os avanços obtidos nos terrenos políticos e de defesa têm sido mais relevantes do que aqueles na área econômica. Enquanto no Mercosul persiste um conjunto de entraves na agenda de negociações comerciais do bloco, a diplomacia brasileira mostrou seu proativismo na Comunidades Sul-Americana, agora renomeada como União de Nações Sul-Americanas (Unasul), e na posterior criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. (PINHEIRO et al. 2010).

De forma categórica é feita a observância da emergência recente do Brasil como uma potência global, pela participação diplomática e liderança que desempenha na região. A formação da Unasul em 2008 é uma ação brasileira em prol do multilateralismo regional.⁹³ Contudo, as rivalidades entre os atores regionais comprometem sua tendência de consolidar-se como uma potência regional, pelo contrário, para alguns autores irá se tornar uma potência média global antes. É constatado que existe uma crise da integração latinoamericana pela ausência da capacidade de resolução de conflitos, o crescimento de tensões regionais, o fortalecimento dos nacionalismos, a falta de uma presença de um líder que efetivamente agrupe a todos países vizinhos.

Os principais trabalhos que fornecem aporte para o final do período de governo de Lula se debruçam sobre documentação de PEB e APE, contribuindo para a revisão da política externa presidencialista desempenhada. As temáticas referentes ao regionalismo são registradas como uma orientação central para o desenvolvimento nacional. Também vale-se da tradição de política externa e de sua manutenção e fomento entre os governos de FHC e Lula.

Para além das pautas internas, a priorização do âmbito externo é vista como algo característico dos governos Lula, que coloca a PEB como uma disposição dentro da administração pública federal, portanto integrando, inclusive, o PPA, que define as metas, diretrizes e objetivos que são traçados pelo executivo. As dificuldades que permeiam os estudos agregam a polarização política a partidária no Brasil, com a junção do isolamento da esfera de política externa, elementos dificultantes da integração desta política como política de governo.

⁹³ “Assim como defende o aperfeiçoamento da legitimidade e representatividade dos organismos internacionais, o Brasil também passou a defender uma institucionalização do diálogo multilateral na própria América do Sul, com a proposta da Comunidade Sul-americana de Nações – Casa, que viria a ser formalmente criada em 2008 como União Sul-americana de Nações – Unasul.” (LESSA et al., 2009, p. 102)

Como se observa na Figura 12, os principais ensejos acadêmicos buscam identificar alterações da PEB a partir da gestão da presidente Dilma. Ainda que com apoio e influência de Lula, e por integrar o mesmo partido político, é constatado um declínio quanto às ações e à estratégia internacional. O que é notado a partir do período em questão é a influência da mudança dos blocos de poder, ou seja, da influência da burguesia para uma movimentação econômica neoliberal e nas políticas que permeiam o Estado:

Figura 12 - Governo Dilma Vana Rousseff (2011-2015)

Dilma Vana Rousseff (2011-2015)					
Citações					
Autor/Ano/Título	> PoP	"Dilma"	"Unasur"/ "Unasul"	"Brasil"	"Política externa"/ "Foreign Policy"
CERVO; LESSA [2014] O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)	360	10	4	49	4
BOITO JR; BERRINGER [2013] Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma	247	30	1	8	19
SARAIVA [2014] Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras	154	26	3	25	25
VIGEVANI; HR JÚNIOR [2014] Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul	116	3	19	41	33
MILANI; CARVALHO [2013] Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano	116	3	1	32	19

Fonte: elaboração da autora.

É importante mencionar que, durante o governo Dilma, houve um considerável esvaziamento de ações em nível regional (SARAIVA, 2014, p. 44), fator que impacta não só a liderança, mas também a estrutura da Unasul:

Desde a aproximação entre o Brasil e a Argentina, em meados dos anos 1980, com a volta dos governos civis, passando pela formação do Mercosul, em 1991, até a criação da Unasul, em maio de 2008, é possível verificar mudanças significativas com respeito ao papel exercido pela integração regional em relação aos objetivos da política externa do Brasil. (VIGEVANI; RAMANZINI JR, 2014, p. 518)

Existem revisões da continuidade e mudanças frente às instituições regionais, da integração, do multilateralismo e do regionalismo que irão contribuir para a verificação de a proatividade mantida está sobretudo ligada à manutenção de figuras autonomistas dentro do MRE (VIGEVANI; RAMANZINI JR, 2014), mas que esteve eminentemente suscetível aos reflexos da economia internacional. Também é verificado que a Unasul reafirma o globalismo, universalismo e superação de assimetrias da diplomacia brasileira:

Conforma-se com o universalismo da vocação globalista a percepção acerca da integração: a área próxima se amplia na visão brasileira, do Mercado Comum do Sul-Mercosul à União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) para alcançar o mundo. O pressuposto segue sendo o papel sistêmico a desempenhar pelo país nas relações internacionais e, para tanto, a construção regional de um polo de poder. Por tais razões, Rousseff dá continuidade ao governo de Lula da Silva, mantendo como imutável a inserção de impulso universalista. (CERVO; LESSA, 2014, p. 139)

A fundação da CELAC também marca o período, que objetiva a cooperação e a concertação através do diálogo.⁹⁴ Existe, por fim, uma mudança no olhar da análise de processos decisórios que ainda visa substituir o alinhamento com o Norte, mantendo a cooperação sul-sul e frisando seu comprometimento com a cooperação através do Mercosul e da Unasul (MILANI; CARVALHO, 2013).⁹⁵ Ademais, Boito Jr. e Berringer (2013) citam a importância do CDS pela Unasul em contraposição à organismos como a OEA, desta forma incorporando ao bloco a defesa da democracia nos países da região.⁹⁶

4.3.2 Convergência ideológica conservadora: governos de Macri e Temer-Bolsonaro

A segunda hipótese ventilada é de que existe uma afinidade entre os governos de ideologia de direita, que se destacam como uma fase de oposição às instituições já existentes que foram gradativamente esvaziadas. Ou seja, de que houve convergência ideológica entre os governos de Macri e Temer-Bolsonaro (conservadores), o que influenciou em um alinhamento contra a Unasul e em favor de outras integrações, como o Prosul

Neste sentido, existe afinidade de posições entre Macri e Temer-Bolsonaro contra Unasul, mas em favor de outras integrações. A ascensão ideológica abriu frente a inauguração de uma nova organização de cooperação regional, o Prosul, proferido através

⁹⁴ “A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi criada em 2010 e começou a funcionar em 2011, mas sem receber atenção dos círculos diplomáticos brasileiros. As situações de crise, como o caso do impeachment do Presidente paraguaio, em 2012, e a crise política na Venezuela, foram tratadas nos marcos da UNASUL e a CELAC não teve um papel relevante.” (SARAIVA, 2014, p. 33). Cabe mencionar que a Unasul parece ter provocado o diálogo de forma mais expressiva através dos diferentes Conselhos aportados. “Em 2014, o órgão de planejamento estratégico da Unasul, o Cosiplan, promove seminários técnicos que fazem evoluir o conceito de integração, da IIRSA à integração integrada, aquela capaz de harmonizar combate à pobreza, infraestrutura, integração produtiva e inclusão social.” (CERVO; LESSA, 2014, p. 140).

⁹⁵ “Além disso, a relevância adquirida pela CSS nas políticas externas desses países é concomitante ao papel que passam a desempenhar na agenda política e econômica internacional, particularmente nos processos de reforma da governança global (Banco Mundial, FMI, OMC, G-20 financeiro) e de reconfiguração de alianças regionais e coalizões inter-regionais (SADC - Southern African Development Community, UNASUL - União das nações sul-americanas, Fórum IBAS, grupo BRICS, Shanghai Cooperation Organization, G-20). (MILANI; CARVALHO, 2013, p. 18).

⁹⁶ Vide caso boliviano e tentativas de golpe.

de um discurso que pouco difere ao estreitamento de relações a que se propunham o Mercosul e a Unasul, mas de pronto se opõe ao teor ideológico “totalitário de esquerda”.

Quanto ao engajamento entre os três líderes, algumas das pautas mais citadas ilustram o cenário de transição:

Figura 13 - Mauricio Macri (2015-2018)

Mauricio Macri (2015-2018)					
Citações					
Autor/Ano/Título	> PoP	"Macri"	"Unasur"/ "Unasul"	"Argentina "	"Política exterior"/ "Foreign Policy"
FRENKEL; AZZI [2018] Cambio y ajuste: la política exterior de Argentina y Brasil en un mundo en transición (2015-2017)	63	82	6	65	76
VARESI [2016] Tiempos de restauración: Balance y caracterización del gobierno de Macri en sus primeros meses	59	53	1	54	1
MÍGUEZ [2017] La política exterior del primer año del gobierno de Mauricio Macri: ¿ Situación instrumental del Estado?	48	37	1	33	47
RIGGIROZZI; TUSSIE [2018] Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomía	38	3	2	6	4
BUSO; ZELICOVICH [2016] El gobierno de Mauricio Macri y la integración regional: ¿ desde el Mercosur a la Alianza del Pacífico?	37	10	1	4	1

Fonte: elaboração da autora.

Um impasse notório para a Unasul, identificado por Frenkel e Azzi (2018), refere-se ao comprometimento (simultâneo do Mercosul) que se dá pelo embate político de Macri com Maduro. À PEA, neste período, cabe a proposta (contraditória) de não tornar-se ideológica.⁹⁷

Na Argentina de Macri, a pesquisa apurou que existem estudos comparados que empenham-se em ponderar as transições de governo com CFK, bem como no Brasil com Dilma e Temer. O que algumas pesquisas averiguam é o estreitamento com os EUA, a partir da renovação de estratégias econômicas de abertura comercial e de inserção nas CGVs.⁹⁸ A aplicação de algumas teorias, como a Teoria do Estado, e a utilização de

⁹⁷ “Otro aspecto fundamental en la reconfiguración de la integración sudamericana pasaría por los intentos de excluir a Venezuela de los bloques regionales. Principalmente, del Mercosur y la Unasur.” (FRENKEL, AZZI, 2018, p. 194)

⁹⁸ “Por otra parte, en la arena internacional, el incremento de la atención hacia Latinoamérica que se produjo durante la segunda administración Obama trajo consigo un conjunto de acciones gubernamentales y no gubernamentales destinadas a fortalecer los vínculos con los países del Pacífico que, salvo Ecuador, se identifican con los modelos de economía de mercado. En ese marco, los constantes halagos a la AP operaron como un desaire al MERCOSUR, la UNASUR y la CELAC.” (BUSO; ZELICOVICH, 2016, p. 18).

estudos históricos para obter um balanço do governo Macri, que dentro da seara econômica demonstra como as forças internacionais atravessam a esfera regional da AS e AL e geram transformações na política regional.

As obras reconhecem a natureza econômica do capitalismo implantado no cenário brasileiro, com isso uma frente que está suscetível aos impactos externos, conforme a Figura 14:

Figura 14 - Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018)

Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018)					
Citações					
Autor/Ano/Título	> PoP	"Temer"	"Unasur"/ "Unasul"	"Brasil"	"Política externa"/ "Foreign Policy"
POCHMANN [2017] Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república	106	7	1	31	4
BUSS [2018] Cooperação internacional em saúde do Brasil na era do SUS	36	1	11	22	7
BASTOS; HIRATUKA [2017] A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência	29	2	8	45	45
CASARÕES [2016] A política externa interina e os riscos à integração regional	24	4	1	4	4
GÓMEZ; PEREZ [2016] Brazilian foreign policy in health during dilma rousseff's administration (2011-2014)	24	2	3	11	9

Fonte: elaboração da autora.

No Brasil, o curto decurso do governo Temer dá origem a trabalhos que exploram as intensas modificações políticas a partir da ocorrência do impeachment de Dilma, estas responsáveis por alterar o padrão de políticas públicas formuladas nas últimas décadas. Para Casarões (2016), o período marca o princípio de desmonte do “legado petista”, neste sentido, relembra notas emitidas pelo Itamaraty como críticas à Secretaria-Geral da Unasul.⁹⁹ Alguns traços de transição ideológica do período são citadas:

Em linhas gerais, consideramos que as três ameaças se materializaram, com um agravante: os problemas econômicos reforçaram o desgaste político das coalizões governantes comprometidas com o projeto de cooperação da Unasul na Argentina e na Venezuela, enquanto o golpe parlamentar no Brasil, em 2016, levou ao poder um governo com um programa contrário à preservação do Mercosul como União Aduaneira. (BASTOS; HIRATUKA, 2017, p.20).

⁹⁹ “Tomando a instigante característica de que as mudanças no continente vêm em ondas –dos populismos industrializantes às ditaduras militares, dos neoliberalismos aos vários tons de esquerda dos anos 2000 –, uma tentativa de guinada brusca no contexto de uma região politicamente instável pode sedimentar as divisões já existentes e cindir as tentativas de unidade, como o próprio Mercosul ou a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), de uma vez por todas –antes mesmo que essa guinada à direita dos principais países sul-americanos se consolide.” (CASARÕES, 2016, p. 88-89).

Bastos e Hiratuka (2017) reforçam que as questões políticas ameaçam a existência do bloco, são elas o *impeachment* no Brasil, que dá lugar a um governo menos favorável à preservação da integração regional, e o agravamento da questão venezuelana. O novo cenário para a cooperação se mostra distinto aos anos recentes, momento em que a concertação fortalecia os atores e o equilíbrio regional:

Do ponto de vista político, por exemplo, a mediação do Brasil e, mais tarde, da UNASUL foram essenciais para a resolução das crises políticas e tentativas de golpe que assolaram a região. A convulsão política resultou da reação de camadas sociais e políticas conservadoras às vitórias eleitorais da chamada Onda Rosa, ou seja, aos novos governos à esquerda do centro político que paralisaram ou reverteram algumas reformas neoliberais e influenciaram diretamente a distribuição de renda, inclusive renegociando a divisão e uso das rendas obtidas com o encarecimento de recursos naturais exportados. [...] A UNASUL também contribuiu para apoiar o governo Morales contra a tentativa violenta de secessão na Bolívia em 2008, além de denunciar a tentativa de golpe no Equador e apoiar prontamente o presidente Rafael Correa em 2010, sem o mesmo sucesso em Honduras em 2009 ou no Paraguai em 2012. (BASTOS; HIRATUKA, 2017, p.10).

Alguns revisionismos se encarregam do levantamento de políticas externas que sofreram retração, especialmente na esfera da saúde, e no declínio da contribuição brasileira no âmbito da saúde pública através do modelo do SUS. As interações e cooperações citadas remetem às instituições da Unasul e da CPLP, com descontinuidades que são mantidas a partir do governo Dilma (GÓMEZ; PEREZ, 2016, p. 172).

Figura 15 - Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)

Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)					
Citações					
Autor/Ano/Título	> PoP	"Bolsonaro"	"Unasur"/ "Unasul"	"Brasil"	"Política externa"/ "Foreign Policy"
CASARÕES [2019] Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro	33	160	3	62	71
CAETANO; LÓPEZ BURIAN; LUJÁN [2019] El Brasil de Bolsonaro, las orientaciones posibles de su política exterior y el futuro del regionalismo en	33	33	18	55	41
JAEGER [2019] Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora	28	1	9	14	2
VIDIGAL [2019] Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira	22	72	5	38	37
ZUCATTO [2019] A ascensão da direita na América do Sul	13	18	5	20	32

Fonte: elaboração da autora.

No período das eleições a pauta externa ganhou foco e passou por polarizações políticas. De acordo com o discurso de Bolsonaro, a integração era vista com repúdio e deveria dar espaço às relações bilaterais, contudo viu-se como oportunidade o alinhamento com Macri, Benítez Piñera (CASARÕES, 2019, p. 240)

Em oposição ao movimento progressista da década anterior, “agora, o novo ciclo hegemônico pela direita que se desenha promete ter como correspondente (e resultado) regional o PROSUL” (ZUCATTO, 2019, p. 9). Sincronicamente, nota-se que há a fortificação da Aliança do Pacífico, assim como de acordos diretos com os EUA e a UE (JAEGER, 2019, p. 10).¹⁰⁰

Por fim, a convergência dos governos de direita deixa como saldo o posicionamento em prol de políticas conservadoras que acabam por excluir países como a Venezuela pela oposição política. O Prosul logrou-se virtuoso como um fórum de diálogos menos estruturado que a Unasul sem órgãos internos e institucionais.

4.3.3 Contradição: governos Macri e Dilma

O período que vai de dezembro de 2015 com a posse de Macri e até meados de 2016 ilustra a terceira hipótese. O impeachment de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 consolidou o giro ideológico pelo qual a Argentina já havia passado de forma natural pelo resultado das eleições.¹⁰¹ O que se nota neste momento é uma governabilidade comprometida do executivo no Brasil, que já dava seus sinais de alteração de PEB e da força de algumas camadas sociais em adversidade ao governo:

A crise da UNASUL faz parte dessa conjuntura, que se inicia em janeiro de 2017 quando o então Secretário-Geral, Ernesto Samper, deixa o cargo em protesto ao impeachment de Dilma Rousseff, anunciando a ruptura democrática no Brasil. Desde então o órgão encontra-se sem comando efetivo. [...] Dessa forma, a UNASUL está sem orçamento para pagar seus funcionários e manter sua sede, que inclusive foi to-mada de volta pelo governo equatoriano devido à inatividade por qual passa a organização, cuja maioria dos conselhos não se reúnem há anos. (JAEGER, 2019, p. 9).

¹⁰⁰ “Afim, desafiam a capacidade autônoma dos países da região à medida que ampliam a dependência econômico-financeira às potências extrarregionais.” (JAEGER, 2019, p. 10).

¹⁰¹ “Ante las diferencias políticas entre los Estados latinoamericanos (acrecientadas por la crisis venezolana), el nuevo gobierno de Michel Temer surgió luego del impeachment contra Dilma Rousseff, lideró la constitución del Grupo de Lima, que comenzó a avanzar en decisiones que involucran a la región desde la absoluta transgresión de los circuitos institucionalizados de carácter regional. En un mismo sentido, nuevamente bajo el liderazgo de Brasil, se dinamizó la Unasur. Se sospechaba que la acefalía en la secretaría ejecutiva de la Unasur, que venía ocurriendo desde fines de enero de 2017, podía ser el preámbulo de su quiebre o de su disolución.” (CAETANO et al., 2019, p. 105).

A falta de engajamento do governo argentino na Unasul exemplifica a mudança de alinhamento, que só tornaria a concordar ativamente com a cooperação com Temer assumindo o poder.

El giro político de Brasil tras el impeachment de 2016 y las reorientaciones del gobierno de Temer, en ratificación de la centralidad del impacto de lo que ocurre en el gigante sudamericano respecto a la región, han contribuido en forma decisiva a que en este momento de América Latina y de América del Sur se produzca el desbordamiento de casi todas las institucionalidades integracionistas y regionalistas en el continente. Todo parece haber quedado convertido en una sopa de letras: han vuelto a perder legitimidad la Organización de Estados Americanos (OEA), la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (Celac) y la Unasur se quiebra. (CAETANO et al., 2019, p. 106-107)

Contudo, é inegável que “[...] a retração da liderança brasileira, junto com as reviravoltas e desorientações ocorridas na Unasul e no Mercosul, danificou a credibilidade das iniciativas da região, bem como a possibilidade de identificar uma voz conjunta na América do Sul” (VADELL; GIACCAGLIA, 2020, p. 1041).

Existe contradição entre Macri e Dilma (contra Unasul x pró-Unasul). Existe um momento de contradição durante os governos Macri e Dilma, quando o Brasil apresenta a manutenção da tendência ao regionalismo multilateral e a Argentina rompe sua participação no bloco, enfraquecendo a Unasul

4.3.4 Contradição: governos Fernandez e Bolsonaro

O início da gestão de Fernández em dezembro de 2019 marca o segundo período contraditório. A hipótese (contrária à anterior), é de que existe um momento de contradição durante os governos Fernandez e Bolsonaro, quando a Argentina retoma a participação na Unasul enquanto o Brasil se encontra em ruptura com o bloco e em convergência ao Prosul. Em foco o governo de Fernández (PJ) e de Bolsonaro (PSL), que configuram em conjunto um dos mais marcantes afastamentos das últimas décadas entre Argentina e Brasil. A partir da Figura 16, o conteúdo acessado registra o “giro narrativo” (MALACALZA, 2020, p. 7) a que se dá o esvaziamento da Unasul e a criação do Prosul.

Figura 16 - Alberto Ángel Fernández (2019-2022)

Alberto Ángel Fernández (2019-2022)					
Citações					
Autor/Ano/Título	> PoP	"Alberto Fernández"	"Unasur"/ "Unasul"	"Argentina "	"Política externa"/ "Foreign Policy"
VADELL; GIACCAGLIA [2020] El rol de Brasil en el regionalismo latinoamericano: la apuesta por una inserción internacional solitaria y unilateral	36	5	33	65	28
BUELVAS; ALEGRÍA [2020] Auge y estancamiento de la Alianza del Pacífico	26	3	6	4	6
MALACALZA [2020] Variaciones de las políticas de cooperación Sur-Sur en América Latina: Estudio de casos	25	1	3	44	17
CABALLERO; CRESCENTINO [2020] From the quest for autonomy to the dual break: structural and agential changes in Brazil's foreign policy during the 21st century	24	1	2	1	72
MERKE [2019] Preferencias, herencias y restricciones: elementos para examinar la política exterior del Frente de Todos	23	15	3	38	25

Fonte: elaboração da autora.

Malacalza (2020) afirma que, ainda que o governo Macri tenha sido uma ocorrência à parte às tradições peronistas, pode-se considerar que houve uma manutenção de características como o globalismo e o reformismo na PE e que portanto, “como resultado da ascensão de governos liberais-conservadores e de extrema direita, a região atravessa um período de maior polarização ideológica e de conflito crescente nas relações bilaterais” (p. 5). Para Vadell e Giaccaglia (2020) o projeto do Prosul é uma “iniciativa frágil” (p. 1074) e que coloca em xeque a posição de liderança do Brasil, mas acima de tudo, que dificulta a visualização regional como um coletivo.

Ademais, os princípios norteadores da PEB parecem ignorados e as relações exteriores são postas além do plano nacional, tampouco ilustrando qualquer direcionamento ou real intenção de desenvolvimento, pois bilateraliza ou unilateraliza relações econômicas fora de blocos ou instituições multilaterais. Sem um balizador ou mediador, as ações políticas tornam-se ideologizadas e deliberadamente nichadas, de forma contínua contestando organizações intergovernamentais regionais provenientes da redemocratização e dos governos de esquerda.

Reunimos as obras mais citadas a partir da pesquisa bibliométrica conduzida pelo software Publish or Perish que consta no apêndice. Após isso, foi possível observar como a descrição sobre a participação de ambos países na organização mudou ao longo do tempo.

CONCLUSÃO

A finalização do presente trabalho não encerra as possibilidades futuras de investigação para a integração sul-americana, tampouco esgota o cenário regional de alinhamento ou afastamento entre as nações, tendo em vista que o campo político está em constante modificação. Para bem da verdade, a pauta política tem estado em cena com alertas quanto à defesa democrática. Independente de lados ideológicos, a manutenção do regime é primordial e sensível para democracias ainda tão recentes.

Ao introduzir a pesquisa buscamos elucidar as peculiaridades políticas na América do Sul, e como ideologia e integração andam lado a lado. O regionalismo passou a ganhar foco com a mudança do cenário internacional, quando a diversificação de parcerias passou a ser um trunfo após os efeitos da Guerra Fria, culminando em agendas plurais. Assim, é possível observar no sul o surgimento de grupamentos que objetivavam o desenvolvimento, e pautas comuns (meio ambiente, os direitos humanos e infraestrutura, segurança, energia, entre outros) aos países-membros ainda em processo de desenvolvimento.

Observamos a formação da ALADI, Mercosul e Unasul, que surgem com o intuito da integração destas pautas e do estabelecimento de relações políticas e econômicas entre os países da América do Sul. Em consonância, é decisivo acentuar a transição política pela qual os países desta região passaram a partir da década de 1990. O termo empregado neste momento específico é o de 'onda rosa', que ilustra a ascensão de governos nacionais de esquerda e de cunho progressista. Este momento é de suma importância para a consolidação do regime democrático nos países, ao passo em que afirma a lisura dos processos eleitorais e do poder de escolha conferido à população.

No primeiro capítulo identificamos um dos desafios da pesquisa, que foi vincular o grande campo de RI (visualização monolítica > entidades estatais) com o estudo de APE (coletividade humana > conformações políticas). As principais correntes teóricas como o realismo, liberalismo e teorias hegemônicas tomam como principal análise o SI. Outras sub-correntes (teorias sistêmicas) como o neorealismo, o realismo neoclássico e o construtivismo oferecem contribuições para o estudo da formação estatal e sua projeção, especialmente para a pauta de política externa.

Destas, o RN se apresenta favorável às análises que colocam o Estado como foco, fazendo alusão à caixa preta onde forma-se a identidade de inserção internacional. Ainda

que passível de críticas, esta parece ser uma teoria sensível à APE, ao passo em que acrescenta camadas de análise. O estudo verificou que existem quatro dimensões que podem compor a APE, são as esferas: global (SI), inter-regional (Sul-Global), regional (América do Sul) e nacional (Argentina/Brasil). Por fim, a alternativa ao ecletismo teórico mostrou-se positiva e agregadora para um estudo de RI com foco em APE.

Também foram introduzidos conceitos importantes como o Novo Regionalismo e as Potências Médias, que se debruçam sobre temáticas - então periféricas - que integram o debate sobre a transição de um mundo multipolar e sobre o comportamento sistêmico e inclusivo dos atores/nações. Se inserindo no contexto da América do Sul, especificamente, abordamos a importância do alinhamento para projeção internacional, um dos maiores desafios. A manutenção do relacionamento entre os países é turbulenta, derivada de um histórico de conflitos territoriais e de objetivos variados a que se deseja utilizar a PE de cada Estado.

O terceiro capítulo aborda a formação ideológica recente da região, que culmina na consolidação de instituições regionais. Como é o caso de organizações intergovernamentais como a ALADI, o Mercosul e a Unasul, que foi escolhida para aprofundamento da pesquisa. No caso da Unasul é possível observar a sua formação e declínio, pois os países efetivaram a saída do bloco. Neste sentido, a convergência ideológica da onda rosa possibilitou delimitar estas instâncias de integração. O alinhamento de objetivos e de ideias do progressismo latino viam no fortalecimento da esfera regional uma potencialidade de inserção internacional.

Para a análise realizada no quarto capítulo, buscamos analisar as potências regionais, Argentina e Brasil para compreensão das orientações ideológicas, dos momentos de convergência política entre os governos e, posteriormente, de afastamento. Identificamos como causa da mudança de interação a eleição de governos de direita. Desta forma, foi realizado um estudo de revisão quanto à literatura de PEA e de PEB entre o período de 2008 a 2022 para apontar as principais características das gestões presidenciais do período e sua postura com as relações exteriores.

Observa-se que, no passado, a PEB complementou a economia nacional-desenvolvimentista. A medida possibilitou a inserção de transnacionais de parceiros como os Estados Unidos, fator que impediu o desenvolvimento tecnológico nacional e promoveu a manutenção de fortes influências e investimentos externos que estão presentes na economia até o presente momento. O resultado foi uma condição de dependência para o desenvolvimento, que não apresentou evolução marcante e autônoma

até a atualidade, mas que merece especial atenção quando se refere ao desenvolvimento regional e à posição de precursão que o país ocupa.

De Lima (2000) se refere às modificações que tangem à política externa e à difusão de poder de potências de médio alcance, como é o caso do Brasil, e na importância da diversificação dos nichos participativos no pós-Guerra Fria, bem como o surgimento do fenômeno do regionalismo:

O fim da Guerra Fria teve impacto muito grande na região, considerando-se os efeitos perniciosos sobre as perspectivas da democracia na América Latina em função da situação de estar submetida às restrições da competição bipolar e, simultaneamente, ser zona de influência direta dos EUA. Nos anos 1990 desmoronaram os governos autoritários, dando lugar às transições democráticas nos países latino-americanos e no Leste Europeu. Um dos indicadores do tipo de restrição que a bipolaridade impunha à região latino-americana foi a diminuição expressiva das intervenções militares no pós-Guerra Fria e a erosão do poder dissuasório das Forças Armadas face aos processos de mudança social e política. Neste novo contexto geopolítico, governos populares puderam ser eleitos e mais exercer seus respectivos mandatos (DE LIMA, 2000, p. 4).

Durante o governo Lula percebem-se elementos singulares como a diplomacia presidencialista, embasada no universalismo e no pragmatismo. O principal objetivo de PEB consistiu na integração regional pelo desenvolvimento, pois no eixo Sul-Sul via-se uma alternativa às assimetrias da globalização e das amarras que as relações Norte-Sul impunham sobre as nações em desenvolvimento. O protagonismo brasileiro teve importância não somente pelo patamar em que alocou o país em níveis de participação internacional, à qual Vizentini (2005, p. 390) se refere como *high profile* pela participação em assembleias, blocos e grupos, como a ONU na OEA.

Em comparação com o caso Brasileiro, a Argentina abriga características de baixo perfil para desenvolvimento da PE, mas tem um caráter particular quanto ao questionamento do *modus operandi* de organizações credoras internacionais, postura considerada como militância (LECHINI, 2010, p. 42), que evidenciam as assimetrias econômicas, políticas e de poder que permeiam o SI. Desta forma, seu papel torna-se inclusivo ao passo em que busca por soluções horizontais e integrativas na região sul.¹⁰²

O governo de Cristina Kirchner derivou de políticas peronistas previamente estabelecidas, à contar pela política externa, que buscou reafirmar laços regionais e em parte romper com a ordem das organizações de tomada de crédito. O momento foi profícuo para ampliar o eixo da economia local, uma vez que o alinhamento

¹⁰² “Si bien la coyuntura regional latinoamericana es favorable al incremento de la cooperación Sur-Sur, pareciera que el ejecutivo y la cancillería aún tienen dificultades para construir políticas más allá del Atlántico. Las misiones enviadas y recibidas a los socios del Sur muestran un contenido más comercial que político, dejando claro que queda mucho por hacer.” (LECHINI, 2010, p. 45).

político-ideológico fez-se marcante em países como o Brasil, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Este último, viria a ser o principal fator de abandono da UNASUL pelo governo Macri em 2019.¹⁰³

A orientação incorporada por Macri foi projetada pela *Cancilleria Argentina* através de medidas que buscassem a eliminação da pobreza, promovem a união em âmbito doméstico e que explicitassem sua oposição ao narcotráfico. Este último teve vínculo importante com a questão colombiana de pacificação entre o governo nacional e as FARC, sendo uma figura controversa e essencial para a economia argentina, que buscava estender sua projeção com a Aliança do Pacífico de livre comércio, produto do acordo Mercosul-UE (BEZUS, 2022, p. 84). Por outro lado, o Brasil que contava com a chegada de Michel Temer ao poder, foi tido como um aliado em potencial para ampliação econômica ao Pacífico (LISTRANI BLANCO; ZACCATO, 2018, p. 178).

Em termos de segurança, o bloco foi um marco para adensar questões regionais, ao passo que se propunha a articular os membros de forma autônoma para formação de um complexo através do CDS (FUCCILE; REZENDE, 2013, p. 93-94). Já na questão política, a Unasul sofreu enfraquecimento pela onda conservadora, momento em que governos como de Macri, Temer (posteriormente Bolsonaro), Piñera, Márquez, Cartes, Kuczynski (posteriormente Vizcarra), alinharam-se de forma a se retirarem do bloco.

A testagem das quatro sub hipóteses propostas auxiliaram o direcionamento da pesquisa bibliométrica que foi realizada na parte final da dissertação, onde buscamos registros que suprissem lacunas documentais da PEA. A primeira delas (4.3.1) de que houve convergência ideológica entre os governos de Cristina Kirchner e Lula-Dilma (progressistas), o que influenciou a produção de uma política externa pró-Unasul e o consequente fortalecimento da instituição.

Considerando o governo de CFK, percebe-se que as pautas de cooperação, integração e regionalismo estiveram sob foco de análise, não só em âmbito da Unasul, como também em instituições que são coexistentes como o Mercosul e a ALBA. Eventualmente são levantados questionamentos acerca destas integrações políticas e econômicas quanto ao seu funcionamento, afinal não existe um consenso sobre quais instituições deveriam envolver-se para regular tais agremiações.

¹⁰³ “[...] Argentina denunció el tratado y se retiró del organismo (Cancillería Argentina, 2019), seguido de Colombia, Ecuador, Paraguay y Perú, por la situación crítica que atravesaba el organismo y el alto contenido ideológico que se consideraba tenía.” (BEZUS, 2022, p. 84-85).

Ademais, é observado o desenvolvimento de parcerias estratégicas, especialmente no período do governo Lula no Brasil, que dá atenção especial às relações com a Argentina, visando a inserção internacional. O alinhamento com o Brasil denota a presença do multilateralismo, discurso então presente através de diretrizes político-econômicas multifacetadas de fortalecimento dos blocos regionais.

A hipótese de que existe uma ligação entre os três presidentes (CFK, Lula e Dilma) se mostrou a favor do desenvolvimento regional é marcada pelo próprio encetamento da Unasul, em maio de 2008, dando início a uma era que esboça a tentativa de modificar parcerias e de fortalecimento do Sul. A narrativa é oriunda de uma ideologia que tem como característica o pacifismo e como crítica central os artifícios econômicos e políticos de dominação provindos do Norte, e que expande os nacionalismos para alcançar objetivos em comum, portanto sendo pro-Unasul e Mercosul.

A segunda hipótese (4.3.2) de que houve convergência ideológica entre os governos de Macri e Temer-Bolsonaro (conservadores), o que influenciou em um alinhamento contra a Unasul e em favor de outras integrações, se confirma. Um dos esboços plausíveis é a formação do Prosul, ainda assim, foram mantidas relações com países vizinhos e membros da Unasul, como é o caso do Chile. Em passagens presentes nas Resenhas de Política Exterior se constata que o Brasil se valeu de relações econômicas bilaterais, previstas pelos acordos do bloco, por exemplo.

A partir de 2018 o cenário é marcado por incertezas não somente no Brasil, mas na AS como um todo. Existem indeterminações que permeiam a nova conjuntura do SI e as possibilidades de regionalismo. O que ocorre com a alternância ideológica é o alinhamento direto com Donald Trump nos EUA, vinculando a vertente do bolsonarismo com a abdicação da autonomia, princípio fundamental das tradições diplomáticas do Itamaraty, e de posturas que objetivam o desenvolvimento nacional.

Alguns autores irão identificar que existe um descompasso entre as dinâmicas internacionais com as ações que objetivam o interesse nacional, em suma, a formulação da PEA passa por um paradoxo rotineiramente observado entre os países do Sul. A integração e governança regionais que contribuem para a potencialização das figuras nacionais, acabam por serem vistas como elementos restritivos à autonomia nacional.

A terceira hipótese, (4.3.3) de que existe um momento de contradição durante os governos Macri e Dilma, quando o Brasil apresenta a manutenção da tendência ao regionalismo multilateral e a Argentina rompe sua participação no bloco, enfraquecendo a Unasul, se confirma em partes. A contradição do período está entre a oposição, Macri

representando um governo de direita e Dilma de esquerda. Mas ao contrário de seu antecessor, Dilma não possui a mesma ênfase regional.

A quarta hipótese, (4.3.4) de que existe um momento de contradição durante os governos Fernandez e Bolsonaro, quando a Argentina retoma a participação na Unasul enquanto o Brasil se encontra em ruptura com o bloco e em convergência ao Prosul, se confirma, pela contradição entre Fernandez e Bolsonaro (pró-Unasul x contra Unasul).

Os estudos argentinos abordam o Brasil como protagonista na AS e enxergam na criação da Unasul a reafirmação de políticas regionais. A perda de liderança brasileira consequentemente gera reflexo da falta de orientação da Unasul e do Mercosul. A trajetória geral da região demonstra retração, assim como a diminuição da CSS com países localizados no mesmo hemisfério, a crise da globalização, a vulnerabilização das esferas políticas e cooperativas latinoamericanas.

Os efeitos da interação regional são refletidos na institucionalidade da Unasul, especificamente. Esta teoria abre precedente para camadas específicas de questionamentos, pois, se a direita não promove a integração regional, poderíamos dizer que somente a Esquerda quer efetivar a esfera regional de integração? Em resposta cabe lembrar que os governos de esquerda recente têm mantido um posicionamento de autonomia frente à atores como os EUA e a União Europeia, desta forma, buscam por intermédio de relações com os países próximos para diversificação e desenvolvimento econômico.

Levando em consideração o estudo realizado, algumas conclusões importantes são destacadas. Primeiramente, é averiguado que, os países com maiores assimetrias e menor tamanho, com influências econômicas e políticas limitadas, são importantes para o balanceamento da cooperação. A amostragem de tempo escolhida para a pesquisa ilustra resquícios de um forte regionalismo que foi cultivado com a ascensão do progressismo latino, produto de eleições de presidentes com um viés ideológico análogo, o que culminou num estreitamento de laços econômicos e políticos.

Poderíamos dizer que as direitas tendem a se alinhar com grandes potências, ao passo em que as esquerdas sul-americanas buscaram romper com o papel de submissão e dependência dos parceiros históricos convencionais. Desta forma, o efeito que se percebe para descontinuidade da Unasul é o *bandwagoning*.

É possível também destacar que as direitas possuem a preferência de integrar com semelhantes, mais especificamente, buscam ativamente se distanciar de ligações que sejam

de esquerda. Portanto, as ideologias têm impacto direto nas formas de integração, mais importante, irão ditar como, quando e com quem se alinhar.

Concluimos que existe uma limitação de tempo e de recursos a que se submetem a pesquisa, portanto registramos a impossibilidade de esgotar fontes e eventos paralelos que reforçam a interação entre a Argentina, o Brasil e a Unasul, dentro dos parâmetros da pesquisa bibliométrica realizada. Portanto, é de forma positiva que frisamos uma oportunidade de adensamento e aperfeiçoamento de um estudo qualitativo das fontes bibliométricas que, em geral, se fazem existentes em grandes volumes, podendo suprir determinados moldes de pesquisa.

A guinada das direitas podem ser observadas de forma macro, tomando como objeto o SI. Desta forma, seria possível verificar a influência e o grau de alinhamento fora da região da AS. Alguns casos que merecem menção, dos quais atores do sul flertaram, além de Donald Trump (EUA), são Benjamin Netanyahu (Israel), Rodrigo Duterte (Filipinas) e Viktor Orbán (Turquia). Outros que simultaneamente foram rejeitados, é o caso da Alemanha, Cuba, China, França e Venezuela. Ainda que alguns exemplos fujam do escopo desta pesquisa, são válidos de registro e de estudos futuros aprofundados.

O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil em 2023 trouxe resultados positivos para a Unasul, que durante quatro anos encontrava-se deslembada. Ainda no início do mês de abril de 2023 o Brasil retornou à União de Nações Sul-Americanas, promulgando o Tratado Constitutivo (Governo Federal, 2023). Na mesma semana, a Argentina também efetuou a retomada ao bloco, sob governo de Alberto Fernández. Somando ambos países, registra-se que os atuais membros são Bolívia, Guiana, Suriname e Venezuela, além do Peru (temporariamente suspenso).

A integração regional se mostra como um desafio constante, impactada diretamente por políticas domésticas e pelo contexto internacional. O alinhamento entre os países vizinhos na América do Sul é profícuo, especialmente para questões de assimetrias e desigualdade social, que precisam ser vencidas em conjunto e em prol do desenvolvimento regional como um todo. Ainda que as ideologias se mostrem impactantes, o radicalismo deve ser evitado, somente assim estes objetivos contínuos podem ser alcançados.

REFERÊNCIAS

ALADI. **O que é a Associação Latino-Americana de Integração.** Disponível em <aladi.org/sitioaladi/language/pt/o-que-e-a-aladi/>. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

ALBUQUERQUE, Marianna; MEDEIROS, Josué. **A crise da democracia no Brasil: do lulismo ao bolsonarismo.** In: América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional - OPSA. Rio de Janeiro, Multifoco, 2020, p. 52-70. Disponível em <http://opsa.com.br/livro15anos/>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. **Foreign policy analysis: new approaches.** Routledge, 2016.

ALDENDERFER, Mark S.; BLASHFIELD, Roger K. **Cluster analysis.** Newberry Park. 1984.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Célio. **A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência.** Textos para discussão, v. 306, 2017. Disponível em <edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4438475/mod_resource/content/2/Bastos_Hiratuka_2017.pdf>. Acesso em 4 de fevereiro de 2024.

BELÉM LOPES, Dawisson. **De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post diplomatic foreign policy.** Global Affairs, v. 6, n.2, 2020, p. 167- 184.

BENNETT, Andrew. **The mother of all isms: Causal mechanisms and structured pluralism in International Relations theory.** European Journal of international relations, v. 19, n. 3, p. 459-481, 2013. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066113495484>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión).** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, p. 154-178, 2008. Disponível em <https://scielo.br/j/rbpi/a/yT6tfcVvbRkKQmtW7YCTQfG/>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. **Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira.** Conjuntura Austral, v. 9, n. 48, p. 5-19, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br//ConjunturaAustral/article/view/83713>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

BEZUS, Pablo. **Volver al mundo la política exterior de Mauricio Macri (2015-2019).** 2022. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/145048>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

BLOOMFIELD, Richard J.; LOWENTHAL, Abraham F. **Inter-American institutions in a time of change.** International Journal, v. 45, n. 4, p. 867-888, 1990.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma.** Revista de Sociologia e Política, v. 21, p. 31-38, 2013. Disponível em <scielo.br/j/rsocp/a/px4FKyFY5PvpcB3qYBqF78C/>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

BOLGHERINI, Silvia. **Agora, vivemos a quarta onda de partidos de direita.** Instituto Humanitas Unisinos, entrevista de Daniel Vittar, Revista IHU On Line, 8 de outubro de 2022.

BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline (Ed.). **Diplomatic strategies of nations in the global south: the search for leadership.** Springer, 2016.

BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne. **Institutions of the global south.** Routledge, 2009.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Resenhas de Política Externa do Brasil.** Disponível em <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/colecoes-historicas/resenhas-d-e-politica-exterior-do-brasil>>. Acesso em 9 de dezembro de 2023.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Assuntos Internacionais, Unasul.** Disponível em <<http://portalh.mme.gov.br/web/guest/assuntos-internacionais/unasul>>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Acesso à informação.** Disponível em <<https://www.gov.br/mdic/pt-br>>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. **A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico.** Revista de Sociologia e Política, v. 26, p. 62-80, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/xwJR6LcSsVH9w6CwtXmQjm/?lang=pt&format=html>>. Acesso em 29 de dezembro de 2022.

BUELVAS, Eduardo Pastrana; ALEGRÍA, Rafael Castro. **Auge y estancamiento de la Alianza del Pacífico.** Análisis Carolina, n. 7, p. 1, 2020. Disponível em <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7321213.pdf>. Acesso em 04/02/2024.

BUSS, Paulo Marchiori. **Cooperação internacional em saúde do Brasil na era do SUS.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 1881-1890, 2018. Disponível em <scielo.br/j/csc/a/xH9n53c93tY5zn589SZvSXJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em 4 de fevereiro de 2024.

BUSSO, Anabella Estela. **El rol de los Estados Unidos en el diseño de política exterior del gobierno de Mauricio Macri: conceptos básicos para su análisis.** 2017. Disponível em <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/78463>>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

BUSSO, Anabella; ZELICOVICH, Julieta. **El gobierno de Mauricio Macri y la integración regional: ¿desde el Mercosur a la Alianza del Pacífico?.** Conjuntura

Austral, v. 7, n. 37, p. 17-24, 2016. Disponível em <www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/66725>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **Waltz and World History: The Paradox of Parsimony**. In: Realism and World Politics. Routledge, 2010. p. 295-312.

CABALLERO, Sergio; CRESCENTINO, Diego. **From the quest for autonomy to the dual break: structural and agential changes in Brazil's foreign policy during the 21 st century**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 63, 2020. Disponível em <scielo.br/j/rbpi/a/MPz355YMjKjFF3McNqCMFyr/?lang=en&format=html>. Acesso em 04/02/2024.

CAETANO, Gerardo; LÓPEZ BURIAN, Camilo; LUJÁN, Carlos. **El Brasil de Bolsonaro, las orientaciones posibles de su política exterior y el futuro del regionalismo en Sudamérica**. Revista Uruguaya de Ciencia Política, v. 28, n. 1, p. 95-130, 2019. Disponível em <scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-499X2019000100095&script=sci_arttext>. Acesso em 4 de fevereiro de 2024.

CALIXTRE, André Bojikian; BARROS, Pedro Silva. **Além da circunstância: Caminhos da integração sul-americana—do Mercosul à Unasul**. Governo Federal, p. 177, 2011.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Polity, 2009.

CANCELLERIA ARGENTINA. **Archivo Histórico de Cancillería**. Disponível em <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria>>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. **A política externa interina e os riscos à integração regional**. Conjuntura Austral, v. 7, n. 37, p. 81-93, 2016. Disponível em <seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/67702>. Acesso em 04/02/2024.

CASARÕES, Guilherme. **Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro**. Pensamiento propio, v. 24, p. 231-274, 2019. Disponível em <cries.org/wp-content/uploads/2019/08/PP-49-50-web.pdf#page=233>. Acesso em 04/02/2024.

CASTELLANO, Igor. **Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. CEBRAFRICA/UFRGS. Tese de doutorado. 2017.

CEPALSTAT. Estadísticas e Indicadores Económicos, PIB y Cuentas Nacionales, Anuales, **Dólares Producto interno bruto (PIB) total anual a precios corrientes en dólares**, 2023. Disponível em <statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=es>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, p. 133-151, 2014. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/CKYGvYXfKP6GvwydF8WLqPF/?format=html>>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense, 2017.

CORIGLIANO, Francisco. **La política exterior del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: una típica política peronista del siglo XXI**. Mural Internacional, v. 2, n. 1, p. 22-27, 2011. Disponível em <e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5377>. Acesso em 6 de novembro de 2023.

CORRÊA, Tammy Eduarda. **A alternância política na América Latina: a guinada da direita na Venezuela, Chile, Brasil e Argentina**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2020.

COOPER, Andrew F. **Niche diplomacy: a conceptual overview**. Niche diplomacy, p. 1-24, 1997.

COUTINHO, Marcelo. **Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea**. Revista de sociologia e política, p. 107-123, 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/dYh5NvxrvvbtNBBcYyyyWMd/>>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

DE LIMA, Maria Regina; HIRST, Monica. **Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities**. International affairs, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

DE LIMA, Maria Regina Soares. **Tradição e inovação na política externa brasileira**. Plataforma Democrática, 2010.

DE LIMA, Maria Regina Soares; COUTINHO, Marcelo. **Globalização, regionalização e América do Sul**. Análise de conjuntura OPISA, v. 6, 2005.

DE OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves. **Nexos e reversos da política externa brasileira e de defesa para o Atlântico Sul: reflexões sobre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro**. Conjuntura Austral, v. 14, n. 66, p. 103-120, 2023. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br//ConjunturaAustral/article/view/130546>>. Acesso em 13 de janeiro de 2024.

ELMAN, Colin. **Horses for courses: Why not neorealist theories of foreign policy?**. Security Studies, v. 6, n. 1, p. 7-53, 1996.

EVANS, Peter. **A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

FREEDOM HOUSE. **Expanding Freedom and Democracy**. Disponível em <<https://freedomhouse.org/>>. Acesso em 2 de setembro de 2023.

FRENKEL, Alejandro; AZZI, Diego. **Cambio y ajuste: la política exterior de Argentina y Brasil en un mundo en transición (2015-2017)**. Colombia Internacional, n.

96, p. 177-207, 2018. Disponível em <journals.openedition.org/colombiaint/6836>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva**. Contexto Internacional, v. 35, p. 77-104, 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cint/a/87yzvpdSMNppsPskbFynMCR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

GILPIN, Robert. **Global political economy: Understanding the international economic order**. Princeton university press, 2001.

GÓMEZ, Eduardo; PEREZ, Fernanda Aguilar. **Brazilian foreign policy in health during dilma rousseff's administration (2011-2014)**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 171-197, 2016. Disponível em <[scielo.br/j/ln/a/6DYb5JhtZrvWZHMvDVgQzfQ/?lang=en](https://www.scielo.br/j/ln/a/6DYb5JhtZrvWZHMvDVgQzfQ/?lang=en)>. Acesso em 04/02/2024.

HAGAN, Joe D. **Domestic political regime changes and third world voting realignments in the United Nations, 1946–84**. International Organization, v. 43, n. 3, p. 505-541, 1989.

HARZING, Anne-Wil. **The publish or perish book**. Melbourne, Australia: Tarma Software Research Pty Limited, 2010. Disponível em <<https://www.harzing.info/download/popbook12.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

HENTZ, James J. **South Africa and the logic of regional cooperation**. Indiana University Press, 2005.

HERNÁNDEZ, Lorena; MESQUITA, Barbara. **Da Unasul ao Prosul: Dinâmicas das convergências ideológicas regionais. Monções**. Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 9, n. 18, p. 538-63, 2020.

HIRSCHMAN, Albert O. **National power and the structure of foreign trade**. University of California Press, 1980.

HOLSTI, Kalevi J. **National role conceptions in the study of foreign policy**. International studies quarterly, v. 14, n. 3, p. 233-309, 1970.

HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher S. **Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, Tomorrow**. Mershon International Studies Review, v. 39, n. 2, p. 209-238, 1995.

IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. **PIB nominal dos países da América Latina**. Disponível em <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/pib-nominal-paises-da-america-latina/>>. Acesso em 5 de outubro de 2023.

JAEGER, Bruna Coelho. **Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora**. Conjuntura Austral, v.

10, n. 49, p. 5-12, 2019. Disponível em <seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/88358>. Acesso em 4 de fevereiro de 2024.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **From right populism in the 1990s to left populism in the 2000s—And Back again.** The resilience of the Latin American right, p. 143-166, 2014.

KEOHANE, Robert O. **International institutions: Two approaches.** In: International Organization. Routledge, 2017. p. 171-188.

KEOHANE, Robert O. **The old IPE and the new.** Review of International Political Economy, v. 16, n. 1, p. 34-46, 2009.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. **Power and interdependence.** Survival, v. 15, n. 4, p. 158-165, 1973.

KRASNER, Stephen D. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes.** Revista de Sociologia e Política, v. 20, p. 93-110, 2012. Tradução de Dalton Guimarães, Feliciano Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/b9xbgR49ZTvbzLq5RKfZrDg/>>. Acesso em 20 de março de 2023.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.** Editora Perspectiva, 2001.

LAFER, Celso. **Paradoxos e possibilidades.** RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 24, n. 1, p. 59-59, 1984.

LAFER, Celso. **Reflexões sobre os desafios do Multilateralismo.** Pensamiento iberoamericano, n. 8, p. 10-18, 2019.

LECHINI, Gladys. **La cooperación Sur-Sur en las agendas externas de Argentina y Brasil.** Estudios digital, p. 35-47, 2010. Disponível em <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/restudios/article/view/9425>>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

LESSA, Antônio Carlos. **Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010).** Revista brasileira de política internacional, v. 53, p. 115-131, 2010. Disponível em <scielo.br/j/rbpi/a/hvQtPGqP7XdVcYk4XBmpFbb/?lang=en>. Acesso em 03/02/2024.

LESSA, Antônio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza. **Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008).** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 52, p. 89-109, 2009. Disponível em <scielo.br/j/rbpi/a/x6Vqphj7ZZg8nG9pZrmRvjH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03/02/2024.

LISI, Marco. **Um passo em frente e dois atrás: a natureza fluida do sistema político italiano.** Relações Internacionais (R: I), Universidade Nova de Lisboa, n. 45, p. 59-79,

2015. Disponível em <<https://run.unl.pt/handle/10362/22950>>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

LISTRANI BLANCO, Tomás; ZACCATO, Carolina. **Tendiendo puentes en aguas tumultuosas: la política exterior del gobierno de Mauricio Macri (2015-2018)**. 2018. Disponível em <<https://rehip.unr.edu.ar/items/7c869ea2-aa01-44b1-a0f8-1ab6453c6f11>>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Ed.). **The resilience of the Latin American right**. JHU Press, 2014.

MALACALZA, Bernabé Héctor. **Variaciones de las políticas de cooperación Sur-Sur en América Latina: Estudio de casos**. 2020. Disponível em <ri.conicet.gov.ar/handle/11336/169895>. Acesso em 4 de fevereiro de 2024.

MALAMUD, Andrés. **A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy**. *Latin american politics and society*, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011. Disponível em <[cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/leader-without-followers-the-growing-divergence-between-the-regional-and-global-performance-of-brazilian-foreign-policy/93B2DA6549azz50F3127673AA38AE03FDAF](https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/leader-without-followers-the-growing-divergence-between-the-regional-and-global-performance-of-brazilian-foreign-policy/93B2DA6549azz50F3127673AA38AE03FDAF)>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

MALAMUD, Andrés. **Foreign policy retreat: domestic and systemic causes of Brazil's international rollback**. *Rising Powers Quarterly*, v. 2, n. 2, p. 149-168, 2017. Disponível em <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28469>>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

MALAMUD, Carlos. **La crisis de la integración se juega en casa**. *Nueva sociedad*, v. 219, p. 97-112, 2009. Disponível em <static.nuso.org/media/articles/downloads/3585_1.pdf>. Acesso em 03/02/2024.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A América Latina e a economia mundial: conjuntura, desenvolvimento e prospectiva**. In: NETO, Walter Antonio Desiderá. *Integração Sul-Americana: oportunidades e desafios para uma maior participação do continente na governança global*. Governo Federal, 2011. Disponível em <<https://marxists.info/portugues/santos-theotonio/2011/mes/90.pdf#page=96>>. Acesso em 5 de agosto de 2023.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro; OLIVEIRA, Fabiana de; PENNAFORTE, Charles Pereira. **Da crise de governabilidade à crise de legitimidade: os impactos da crise política sobre a política externa brasileira**. 2018.

MERKE, Federico. **Preferencias, herencias y restricciones: elementos para examinar la política exterior del Frente de Todos**. *Análisis Carolina*, n. 24, p. 1, 2019. Disponível em <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7171338.pdf>. Acesso em 4 de fevereiro de 2024.

MÍGUEZ, María Cecilia. **La política exterior del primer año del gobierno de Mauricio Macri: ¿ Situación instrumental del Estado?** . 2017. Disponível em

<notablesdelaciencia.conicet.gov.ar/handle/11336/40789>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

MIRANDA, Samir Perrone. **A “nova política externa brasileira” de Temer para a América do Sul.** Conjuntura Austral, v. 10, n. 51, p. 126-138, 2019. Disponível em <<https://seer.ufgrs.br//ConjunturaAustral/article/view/95362>>. Acesso em 28 de dezembro de 2023.

MIJARES, Víctor; NOLTE, Detlef. **Unasul: uma perspectiva analítica eclética de sua desintegração.** Colombia Internacional, n. 111, p. 83-109, 2022. Disponível em <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/colombia-int/article/view/2989>>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

MILANI, Carlos RS; CARVALHO, Tassia CO. **Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano.** Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em <periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5158>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

MODONESI, Massimo. **Crisis hegemónica y movimientos antagonistas en América Latina. Una lectura gramsciana del cambio de época.** A Contracorriente: una revista de estudios latinoamericanos, v. 5, n. 2, p. 115-140, 2008. Disponível em <<https://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/590>>. Acesso em

MOGILKA, Maurício. **Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal.** Macapá, PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 2019, v. 12, n. 2, p. 75-87.

MONETA, Carlos Juan. **La política exterior del peronismo: 1973-1976.** Foro Internacional, v. 20, n. 2 (78), p. 220-276, 1979.

MUDDE, Cas. **The far right today.** John Wiley & Sons, 2019.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre nações.** 2003.

NAFALSKI, Guilherme Pedroso Nascimento. **Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27102010-145315/en.php>. Acesso em 1 de outubro de 2023.

NEACK, Laura. **Empirical observations on “middle state” behavior at the start of a new international system.** Pacific Focus, v. 7, n. 1, p. 5-21, 1992.

NEACK, Laura. **Delineating state groups through cluster analysis.** The Social Science Journal, v. 30, n. 4, p. 347-371, 1993.

NERY, Tiago. **A política externa brasileira, as coalizões de poder e a Unasul: ascensão e desconstrução da América do Sul como bloco geopolítico.** Mural Internacional, v. 8, n. 2, p. 250-264, 2017. Disponível em

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/35792>>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. São Paulo, Vértice, 1986.

OKITA, Sebastián D.'agrosa. **El Multilateralismo como mecanismo de la Política Exterior Argentina: análisis del gobierno de Alberto Fernández (2019)**. Secretaria de Redacción, v. 2022, p. 162, 2022. Disponível em <https://politicaexteriorargentina.org/wp-content/uploads/2022/12/RIPEA-V-2-N-4_.pdf#page=168>. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina. **Eleições, partidos políticos e política externa no Brasil**. Revista Política Hoje, v. 19, n. 1, 2010. Disponível em <periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politicahoje/article/view/3836>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

PANIZZA, Francisco. **La marea rosa**. Análise de Conjuntura OPSA, n. 8, pp. 1-16. 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, p. 136-156, 2008. Disponível em <scielo.br/j/rbpi/a/JzDTpX6cTKThqB3HRScTVKv/?lang=pt&format=html>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Do alinhamento e autonomia ao engajamento e contenção: o repensar das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos**. Esboços: histórias em contextos globais, v. 21, n. 32, p. 92-114, 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p92>>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

PINHEIRO, Leticia; LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. **A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios**. Nueva Sociedad Especial em Português, December, 2010. Disponível em <static.nuso.org/media/articles/downloads/p6-2_1.pdf>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

POCHMANN, Marcio. **Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república**. Educação & Sociedade, v. 38, p. 309-330, 2017. Disponível em <scielo.br/j/es/a/nGzLpfZ3XpXFVcWbhTQkFBB/>. Acesso em 04/02/2024.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. **Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomía**. 2018. Disponível em <rephip.unr.edu.ar/handle/2133/11498>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The case of Latin America**. Springer Netherlands, 2012.

RINALDI, Augusto Leal. **A política externa do governo Lula: Identificações e orientações.** Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas. 2015.

ROSE, Gideon. **Neoclassical realism and theories of foreign policy.** *World Politics*, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. **A Crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudança nas relações triangulares.** *Contexto Internacional*, v. 26, p. 107-148, 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cint/a/WYvjDPhyC9npd4NCZ5qJV6m/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

RÜTTIMANN, André de Barros et al. **CCR: seu papel no financiamento à infra-estrutura.** 2008. Disponível em <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11135>>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa. **As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009-2012).** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, p. 22-39, 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/QyfxzRV5pbVgkWyxPTNThPf/?format=html&lang=pt>>. Acesso em 9 de setembro de 2023.

SANAHUJA, José Antonio. **Crisis de globalización, crisis de hegemonía: un escenario de cambio estructural para América Latina y el Caribe.** 2018.

SANAHUJA, José Antonio. **La crisis de la integración y el regionalismo en América Latina: giro liberal-conservador y contestación normativa.** 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. **A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas.** *Mural internacional*, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2010. Disponível em <<e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/5285/3883>>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras.** *Relações Internacionais*, v. 44, n. 1, p. 25-35, 2014. Disponível em <ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur.** *Revista brasileira de política internacional*, v. 53, p. 151-168, 2010. Disponível em <[scielo.br/j/rbpi/a/JpMhsQPLvpM6yP5vcZtPpfh/?format=html&lang=en](https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JpMhsQPLvpM6yP5vcZtPpfh/?format=html&lang=en)>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Estancamento e crise da liderança do Brasil no entorno regional. ¿ Fin de ciclo y recon guración regional? América Latina y las relaciones entre Cuba y los Estados Unidos,** 2016. Disponível em

<<https://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/03/anuario-especial-web.pdf#page=296>>
 . Acesso em 20 de setembro de 2022.

SHQUEITZER, María Florencia. **Tres condicionantes para la formulación de la política exterior de Alberto Fernández.** Análisis de Coyuntura, 2019. Disponível em <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/137256>>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

SIMONOFF, Alejandro César. **La política exterior de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2010).** 2010. Disponível em <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/139168>>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

SIMONOFF, Alejandro César. **Los cinco grados de separación: Los primeros pasos de la política exterior argentina, bajo Cristina Kirchner.** Boletín informativo del CENSUD, 2008. Disponível em <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/37314>>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

SOLINGEN, Etel. **Regional orders at century's dawn: global and domestic influences on grand strategy.** Princeton University Press, 1998.

UNASUL. **Normativa, Unasul, CDS, CEED, ESUDE.** 2008. Disponível em <gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf>. Acesso em 3 de outubro de 2023.

VADELL, Javier A.; GIACCAGLIA, Clarisa. **El rol de Brasil en el regionalismo latinoamericano: la apuesta por una inserción internacional solitaria y unilateral.** Foro internacional, v. 60, n. 3, p. 1041-1080, 2020. Disponível em <scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-013X2020000301041&script=sci_arttext>. Acesso em 4 de fevereiro de 2024.

VARESI, Gastón Angel. **Tiempos de restauración: Balance y caracterización del gobierno de Macri en sus primeros meses.** Realidad económica, n. 302, p. 6-4, 2016. Disponível em <www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=arti&d=Jpr11246>. Acesso em 3 de fevereiro de 2024.

VAZ, Alcides Costa. **Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 42, p. 52-80, 1999. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/bprCZH5GNW75cLtcJjkCt9D/?lang=pt>>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

VERBEEK, Bertjan; ZASLOVE, Andrej. **The impact of populist radical right parties on foreign policy: the Northern League as a junior coalition partner in the Berlusconi Governments.** European Political Science Review, v. 7, n. 4, p. 525-546, 2015.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira.** Meridiano 47-Journal of Global Studies, v. 20, 2019. Disponível em <periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em 4 de fevereiro de 2024.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação.** Contexto internacional, v. 29, p. 273-335, 2007. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JR., Haroldo. **Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul.** Dados, v. 57, p. 517-552, 2014. Disponível em: [scielo.br/j/dados/a/m7xPyknVXpYCT5jjwk5wysv/?format=html&lang=pt](https://www.scielo.br/j/dados/a/m7xPyknVXpYCT5jjwk5wysv/?format=html&lang=pt). Acesso em 1 de outubro de 2023.

VILLA, Rafael Duarte. **Política externa brasileira: capital social e discurso democrático na América do Sul.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, p. 63-89, 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/SsWvn9YW3G6tFvZ3YTj8nxb/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **De FHC a Lula: uma década de política externa.** Civitas: revista de ciências sociais. Porto Alegre, RS. Vol. 5, n. 2 (jul./dez. 2005). p. 381-397, 2005.

WALTZ, Kenneth N. **International politics is not foreign policy.** Security Studies, v. 6, n. 1, p. 54-57, 1996.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics.** International organization, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander; ESTRADA, Rodrigo Duque. **A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 2, n. 3, p. 420-473, 2013.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Groups in the non-agricultural market access negotiations.** 2021. Disponível em <https://www.wto.org/english/tratop_e/markacc_e/nama_groups_e.htm>. Acesso em 4 de setembro de 2023.

ZAKARIA, Fareed. **From wealth to power: The unusual origins of America's world role.** Princeton University Press, 1998.

ZUCATTO, Giovana Esther. **A ascensão da direita na América do Sul.** Boletim OPSA, n. 1, p. 6-14, 2019. Disponível em <opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf#page=6>. Acesso em 04/02/2024.

APÊNDICE - AS 35 OBRAS MAIS CITADAS NO PUBLISH OR PERISH SOBRE UNASUL E TABULAÇÃO DE CITAÇÕES

TABELA 1 - Levantamento bibliométrico: Tabulação de Citações

Citações	Ano	Título	Autores	Governo	Citação
622	2011	A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy	Andrés Malamud	CFK	<p>In the Brazilian view, South America is not just a specific geographical region (different from Latin America as a whole) but also an autonomous political-economic area, given that U.S. influence recedes as distance from Washington increases. [...]Therefore, the Cardoso administration organized the first summit of South American presidents in Brasília in September 2000. Lula deepened this strategy, which led to the creation of the South American Community (SAC) at the Cuzco presidential summit of December 2004. The name was later changed to the Union of South American Nations (UNASUR), the constitutive treaty of which was signed in Brasília in May 2008. MERCOSUR arguably constitutes the inner circle of UNASUR. (p. 6-7)</p> <p>UNASUR aims to unite two existing regional free trade blocs, MERCOSUR and the Andean Community, as well as to integrate Chile, Guyana, and Surinam. The scheme was originally devised to serve Brazil's goal of redefining its area of influence as South America. However, it was later hijacked by President Hugo Chávez and has become a Venezuelan rather than a Brazilian instrument. The cities chosen to host the future institutions of this bloc, Cuzco and Cochabamba, reflect identity claims rather than functional concerns and pay lip service to the autochthonous discourse of Chávez and his regional allies, whose understanding of the organization differs considerably from Brazil's. In sum, neither MERCOSUR—because of its malfunctioning—nor UNASUR—because of ideology and rivalry—has turned out to be a solid springboard for Brazilian leadership. Instead, MERCOSUR has stagnated, and UNASUR has yet to become more than a “photo-op” forum in which the Bolivarian impetus is at least as significant as Brazil's more pragmatic influence. (p. 8)</p>

211	2010	Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur	Miriam Saraiva	CFK	<p>As such, it intends to highlight two specific dimensions: the extent to which foreign policy during this period has differed from that of previous periods, and the relative importance granted by Brazilian diplomacy to recent cooperation and integration efforts, more specifically the Union of South American Nations (Unasur) and Mercosur. (p. 152)</p> <p>In 2008 the SACN was succeeded by Unasur in response to pressure from Venezuela. The approach within Unasur is more one of cooperation than of traditional integration, but it has become increasingly consistent and has been important in responding to situations of crisis in the continent. (p. 160)</p> <p>For their part, the autonomists aim to achieve South American integration under Brazilian leadership, for which purpose they are pushing for the expansion of Mercosur through the entry of new states or the formation of Unasur. (p. 163)</p>
177	2008	Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión)	Raúl Bernal-Meza	CFK	<p>Para analizar la política exterior del Brasil en relación a la integración regional y la cooperación (Unión de Naciones Suramericanas, UNASUR), hay que mirar en su propio interior; estudiar las concepciones y paradigmas predominantes en el período en estudio, que corresponde a la vigencia del MERCOSUR. En cambio, para analizar el caso de la Argentina, hay que ver tanto la visión y el paradigma dominante en la visión del gobierno del momento y la relación triangular con Estados Unidos y Brasil. (p. 159)</p> <p>Este es el origen de la actual Unión de Naciones Sudamericanas (UNASUR); un acuerdo de cooperación e integración más flexible, centrado en el desarrollo de la infraestructura – a través del proyecto IIRSA – que conecte a todos los países sudamericanos y que, de acuerdo a evaluaciones publicadas, beneficia preferentemente al Brasil. (p. 162)</p> <p>Para su política mundial, Brasil utilizó la construcción de relaciones preferenciales con países considerados como sus socios naturales, como los instrumentos de integración y cooperación regionales que impulsó, tales como el MERCOSUR y la UNASUR. (p. 162)</p>

				<p>En su actualizada visión realista de la política mundial, Brasil advirtió que los problemas – principalmente con Argentina – para conducir al MERCOSUR hacia un grado de profundización compatible con sus macro-percepciones, que le permitieran presentarse en el ámbito internacional como el líder indiscutido y no cuestionado de la sub-región (en torno de la cual deberían girar o integrarse los restantes esquemas de integración existentes), eran lo suficientemente importantes que le dificultarían enormemente el objetivo de instrumentalizarlo en su beneficio político. Entonces, decidió dirigir su interés preferencial hacia otro instrumento, que yacía latente desde que lo lanzara F.H. Cardoso en el año 2000: la Comunidad Sudamericana de Naciones; hoy UNASUR. (p. 172-173)</p> <p>Tres escenarios de integración ahora confrontan en Sudamérica: el MERCOSUR, más importante para Argentina; la UNASUR, hoy tal vez el proyecto que más interesa a Brasil; y ALBA, la Alternativa Bolivariana de Integración, promovida por el presidente Chávez, de la que sólo Bolivia hace parte junto a Venezuela. (p. 175)</p>	
135	2010	Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010)	Antônio Carlos Lessa	CFK	<p>The Brasilia-Buenos Aires axis became a vector of South America's stabilization, established upon the review and normalizing of bilateral relations since the casting away of reciprocal mistrust and the heralding of a new phase of convergence aimed at economic integration. Equally complex, relations with Argentina spearheaded Brazil's regional activity, in both the political and the economic areas, and provided a basis for projects developed by Brazil on trade integration, security, and measures of political cooperation with other South American countries. These coordination mechanisms assumed different forms in the last two decades (Mercosur, Free Trade Area of the Americas – FTAA, South American Community of Nations-CASA, Union of South American Nations-Unasur). (p. 122)</p>

					<p>Mercosur has been assigned no priority in the Brazilian diplomatic discourse under Lula. This economic space has been absorbed by the development of South American regional mechanisms, such as Unasur. Mercosur has thus become a difficult project to manage, to the point that several influential sectors in Brazil now openly call for its reduction to a free trade zone. It is argued that this might be advantageous to Brazil, in so far as the country would recover the capacity to negotiate free trade agreements with more important partners, such as the United States and the European Union. (p. 122)</p>
105	2009	La crisis de la integración se juega en casa	Carlos Malamud	CFK	<p>Por distintas razones, vinculadas básicamente a sus objetivos regionales y globales, los dos principales impulsores de la Unión de Naciones Sudamericanas (Unasur), Brasil y Venezuela, se empeñan en decir que las cosas van razonablemente bien y que quienes no comparten semejante juicio son agoreros o, incluso, defensores de posturas anti latinoamericanas. (p. 98)</p> <p>Aunque repetidamente se ponen de manifiesto las ventajas de la integración, rara vez se define de qué integración estamos hablando: ¿de una integración hemisférica o continental que recoja la herencia del panamericanismo (y ahí está, con todas sus limitaciones, el Área de Libre Comercio de las Américas, ALCA)? ¿De la integración latinoamericana (con instituciones antiguas, como la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio, Alalc, u otras más. Aunque el proceso de integración en América Latina es prácticamente tan antiguo como el europeo, pues ambos se originaron tras la Segunda Guerra Mundial y comenzaron a despegar en la década del 50, los resultados de uno y otro son palmariamente diferentes del tipo Asociación Latinoamericana de Integración, Aladi)? ¿De integraciones subregionales (Mercosur, CAN, Sistema de la Integración Centroamericana, SICA) o de la integración sudamericana (primero con la Comunidad Sudamericana de Naciones, CSN, y luego con la Unasur)? ¿De integraciones comerciales en torno de tratados de libre comercio (TLC), con o sin EEUU, o de integraciones alternativas, como la Alternativa Bolivariana de las Américas (ALBA) en su versión inicial, o Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América en su versión más reciente? ¿O hablamos incluso de una más</p>

				<p>que complicada integración iberoamericana, que sume a España y Portugal? La falta de definición revela que ni los medios ni los fines están claros para aquellos que deben tomar las decisiones, con el ruido de fondo que una situación como esta termina incorporando al proceso. (p. 99-100)</p> <p>Otro ejemplo fue el ataque colombiano al campamento de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (farc) en suelo ecuatoriano, en el que murió Raúl Reyes y que mostró al mundo importante información sobre los vínculos internacionales de esta organización narcoterrorista. La crisis pudo acabar en una guerra entre Ecuador y Colombia. Una guerra a la que, con toda probabilidad, hubieran acudido Venezuela y Nicaragua. Las manifestaciones de Hugo Chávez y Daniel Ortega de respaldar militarmente a Correa no fueron precisamente una contribución a la estabilidad regional. El Grupo de Río, reunido en Santo Domingo, pudo reconducir el conflicto y evitar la escalada armada, en buena medida gracias al buen hacer del anfitrión, el presidente dominicano Leonel Fernández, y al liderazgo de Lula. Este precedente se suma a los resultados positivos de la cumbre de la Unasur celebrada en 2008 en Santiago de Chile, que permitió desactivar la deriva violenta que se estaba produciendo en Bolivia y que podría haber degenerado en enfrentamientos civiles que incluso habrían podido desbordarse más allá de las fronteras. (p. 102)</p> <p>En el caso del Grupo de Río, está claro que se trata de un foro de diálogo político. El caso de la Unasur es más complejo, aunque hasta ahora ha funcionado más como un espacio de diálogo político que como una verdadera herramienta para profundizar la integración regional. (p. 102)</p>
--	--	--	--	--

				<p>Una última cuestión vinculada a la retórica. Cuando la integración se estanca o sencillamente no avanza, cuando se deben resolver problemas de fondo, como los que hace unos meses atenazaban al Mercosur debido al enfrentamiento entre los países grandes (Argentina y Brasil) y los pequeños (Paraguay y Uruguay), entonces se recurre a los parlamentos regionales. Si fuera por ellos, América Latina estaría más integrada que ninguna otra región del planeta: cuenta con el Parlatino (Parlamento Latinoamericano, con sede en Panamá, creado en 1964), el Parlamento Andino (órgano de la can con sede en Bogotá, creado en 1979), el Parlamento Centroamericano (Parlacen, con sede en Guatemala, creado en 1987) y el Parlamento del Mercosur o Parlasur (creado en 2005, con sede en Montevideo). Incluso se ha comenzado a construir en Cochabamba la sede del Parlamento de la Unasur. En muchos casos, la elección de los parlamentarios se rodea de todo el ritual democrático. Sin embargo, su capacidad para legislar es prácticamente nula y su poder de control sobre las instituciones regionales es mínimo, ya que el verdadero poder está en manos de los gobiernos. No se trata de caer en críticas demagógicas, pero hasta ahora han funcionado más como una vía para detraer recursos públicos para los salarios pagados a los parlamentarios y a los burócratas que los acompañan, que como una herramienta capaz de impulsar la integración regional. (p. 103)</p> <p>La visita de Lula a México en agosto de 2007 permitió comenzar a destrabar una situación complicada, pero los pasos dados todavía son insuficientes para mejorar la coordinación entre estos dos grandes países, lo que sin lugar a dudas favorecería la integración latinoamericana. De momento, no está claro que esto sea lo que quieren uno y otro, especialmente si tenemos presentes iniciativas que los excluyen mutuamente, como la Unasur o el Plan Puebla Panamá (PPP). (p. 106)</p>
--	--	--	--	---

				<p>La ausencia de liderazgo también se debe explicar por los costos que genera. Es curioso que en América Latina, hasta fechas muy recientes, prácticamente nadie haya querido asumir este liderazgo, bajo la premisa de que los beneficios serían sustancialmente inferiores a los costos. En los últimos años, Brasil parece más dispuesto a jugar como un destacado actor global. Ello lo ha llevado a convencerse de que su protagonismo puede ser mayor si se consolida como un potente líder regional. De hecho, ha comenzado a actuar de este modo en diversas circunstancias, como lo demostró su protagonismo en las mencionadas cumbres del Grupo de Río en Santo Domingo y en la de la Unasur en Santiago de Chile o en la Cumbre de América Latina y el Caribe (CALC) realizada en diciembre de 2008 en Costa do Sauípe. Sin embargo, todavía persisten numerosas contradicciones y no se ve una política clara al respecto. (p. 107)</p> <p>La retórica bolivariana es la que más insiste con la idea de que existe un complot internacional contra América Latina y un interés de los países desarrollados por frenar la integración regional. Justo es decir que no es la única voz que se alza en este sentido, y que los ecos provienen de las más diversas tribus políticas e ideológicas, tanto de izquierda como de derecha. En cualquier caso, se trata de una retórica vinculada a la improvisación y a las soluciones milagrosas. Esto ocurrió, por ejemplo, cuando Chávez, en la Cumbre Energética Sudamericana celebrada en Isla Margarita en abril de 2007, propuso abandonar la CSN y reemplazarla por la Unasur, sin aducir más argumentos que los puramente sentimentales. Lo mismo se puede decir de la iniciativa presentada en la última Cumbre Extraordinaria del alba, en noviembre de 2008, en la que Ecuador y Venezuela propusieron la creación del Sistema Unificado de Compensación Regional (Sucre), una especie de moneda de cuenta para evitar, o disminuir, la dependencia del dólar. No es que la iniciativa no sea importante. Es que, como tantas otras, se planteó improvisadamente, con pocos o ningún estudio previo. Algo similar ocurrió con el Banco del Sur o el Gran Gasoducto del Sur, propuestas que se oxidan en el baúl de los recuerdos. (p. 109)</p>
--	--	--	--	--

293	2008	A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical	Cristina Soreanu Pecequilo	Lula	<p>A dinâmica de divergência e convergência entre os projetos de esquerda pode ser vista na relação bilateral entre Brasil e Venezuela. Em comum, ambos os países buscam uma atualização de suas agendas e a recuperação de espaço. Na América do Sul, o discurso consensual é acompanhado por projetos distintos, a despeito de suas complementaridades: a CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações, hoje Unasul, União Sul-Americana de Nações) liderada pelo Brasil e a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) proposta por Chávez. Outros pontos de tensão referem-se à preservação do relacionamento bilateral entre EUA e Brasil em bons termos e o tema da energia, setor no qual os interesses brasileiros chocaram-se com os bolivianos e também com os venezuelanos no campo do gás, petróleo e biocombustíveis. (p. 142-143)</p> <p>Complementando este eixo horizontal com elevado grau de prioridade e como uma plataforma de relacionamento entre o Brasil, seus parceiros e o restante do mundo encontram-se os projetos de integração sul-americana. Desde os anos 1970, esta política sul-americana assumiu status de prioridade “primeira”. Além das questões comerciais, iniciativas como a ALCSA, IIRSA, Casa e Unasul, possuem uma dimensão política e estratégica que visa estabelecer laços que ultrapassem a livre troca de mercadorias, concentrando-se na complementaridade das economias, sua identidade cultural e problemas sociais comuns, associando a somatória de vantagens estratégicas comparativas nos setores energético, de infra-estrutura e produção de bens (indústrias, agrícolas e matérias primas). A ampliação dos contatos extra-regionais, capitaneados pela diplomacia brasileira simbolizados no Ibas e a Cúpula dos Países Árabes e Sul-Americanos fazem parte desta agenda. Contudo, estas propostas de unidade não eliminam a existência de projetos concorrentes ao brasileiro como os apresentados pelos EUA ou Venezuela. (p. 148)</p>
-----	------	---	-------------------------------	------	--

197	2010	A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios	Letícia Pinheiro; Maria Regina Soares de Lima; Mônica Hirst	Lula	Outro ponto a mencionar diz respeito à visibilidade da diplomacia brasileira no plano multilateral latino e sul-americano. Os avanços obtidos nos terrenos políticos e de defesa têm sido mais relevantes do que aqueles na área econômica. Enquanto no Mercosul persiste um conjunto de entraves na agenda de negociações comerciais do bloco, a diplomacia brasileira mostrou seu proativismo na Comunidades Sul-Americana, agora renomeada como União de Nações Sul-Americanas (Unasul), e na posterior criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Também foi relevante a atuação do país na inclusão de Cuba como membro do Grupo do Rio e na proposta de criação da Comunidade de Estados de América Latina e Caribe (Celac) a ser formalizada em 2011. (p. 32)
118	2010	A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas	Miriam Saraiva	Lula	Para este grupo [autonomistas] a Unasul vem sendo o principal canal de ação multilateral do Brasil na região. Por um lado, tem um caráter estritamente intergovernamental e de institucionalidade muito baixa, o que garante a margem de autonomia brasileira frente a seus parceiros na organização e em suas relações com países fora da região. Por outro lado, é um mecanismo importante através do qual a diplomacia brasileira vem atuando com vistas a construir posições comuns com países vizinhos frente a situações de crise, e buscando sempre ocupar o papel principal em seu interior. (p. 50)
97	2009	Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008)	Antônio Carlos Lessa; Leandro Freitas Couto; Rogério Souza Farias	Lula	Assim como defende o aperfeiçoamento da legitimidade e representatividade dos organismos internacionais, o Brasil também passou a defender uma institucionalização do diálogo multilateral na própria América do Sul, com a proposta da Comunidade Sul-americana de Nações – Casa, que viria a ser formalmente criada em 2008 como União Sul-americana de Nações – Unasul . (p. 102)
90	2010	Eleições, partidos políticos e política externa do Brasil	Amâncio Jorge Oliveira; Janina Onuki	Lula	O Pcdob defende sustentar e aprofundar a linha da integração sul-americana, latino-americana, de parcerias estratégicas com países e regiões da “periferia” e da diversificação comercial externa,

					<p>iniciada no governo Lula, lutar para fortalecer a Unasul e o Mercosul e dar prioridade às relações Sul-Sul. (p. 170)</p> <p>O Pcdob (Partido Comunista do Brasil) tem uma agenda mais ampla que os demais partidos menores de esquerda. O princípio geral do prega que a política externa brasileira seja orientada no sentido de superar a condição de nação subjugada ou periférica. Como contraponto à dependência aos EUA e União Europeia, a política externa deve, na perspectiva do partido, “aprofundar a linha de integração sul-americana, latino-americana e as parcerias estratégicas com os países da periferia”. Concretamente, o partido prega fortalecer o Mercosul, lutar para fortalecer a Unasul e consolidar o Parlasul (p. 171).</p>
360	2014	O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)	Amado Luiz Cervo; Antônio Carlos Lessa	Dilma	<p>Conforma-se com o universalismo da vocação globalista a percepção acerca da integração: a área próxima se amplia na visão brasileira, do Mercado Comum do Sul-Mercosul à União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) para alcançar o mundo. O pressuposto segue sendo o papel sistêmico a desempenhar pelo país nas relações internacionais e, para tanto, a construção regional de um polo de poder. Por tais razões, Rousseff dá continuidade ao governo de Lula da Silva, mantendo como imutável a inserção de impulso universalista. (p. 139)</p> <p>O processo de integração latino-americano como desígnio brasileiro tem o Mercosul por mola propulsora e agrega objetivos políticos, geopolíticos, financeiros e sociais que ultrapassam o econômico-comercial, como a superação de assimetrias. Constroi-se como experiência específica sem formatação acabada e deriva, operacionalmente, do paradigma logístico interno. Destarte, iniciativas e instituições surgem em sua evolução: o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focen), a colaboração deste com o CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina – e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para superação de assimetrias; a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) com sua Agenda de Implementação Consensuada, o Conselho de</p>

				<p>Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan) e o BNDES com seus vultosos recursos, para projetos de infraestrutura. Em 2013, de aproximadamente 600 projetos de infraestrutura na carteira do Cosiplan, 14% estavam concluídos e 30% em execução. Quase tudo se fazendo sob parceria brasileira público-privada. (p. 140)</p> <p>Os tropeços, contudo, escandem o processo: a suspensão do Paraguai do Mercosul em 2012 e a admissão da Venezuela como membro pleno logo depois provocaram comoção e surpresa, revelando a natureza em construção da integração regional; Alba (Aliança Bolivariana para as Américas) e Aliança do Pacífico espelham divergências com outros blocos acerca de integração e comércio, por mais que líderes políticos afirmem a conveniência da concertação entre todos os órgãos regionais. Em 2014, o órgão de planejamento estratégico da Unasul, o Cosiplan, promove seminários técnicos que fazem evoluir o conceito de integração, da IIRSA à integração integrada, aquela capaz de harmonizar combate à pobreza, infraestrutura, integração produtiva e inclusão social. Em suma, o discurso da integração evolui com perfeição, resta medir a influência prática. (p. 140)</p> <p>Mais relevante para a política de segurança do Brasil e mesmo para sua dimensão internacional é o cinturão de paz na América do Sul. A construção desse cinturão envolve forças armadas moderadas e senso de segurança internacional global. Incorpora, por isso, segurança humana e defesa dos direitos humanos, prevê afastamento da securitização norte-americano de agendas regionais após o 11 de setembro de 2001, afastamento da OEA, incorporação da criminalidade e da violência transnacional, manutenção da área livre de armas de destruição em massa e de ameaças externas. O Conselho de Segurança e Defesa da Unasul obtém sucesso na implementação dessa agenda, mesmo durante o governo Rousseff, não sem dificuldades, especialmente ao conectar segurança regional com segurança internacional e tentar erguer a América do Sul como complexo de segurança. (p. 149)</p>
--	--	--	--	---

247	2013	Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma	Armando Boito Jr.; Tatiana Berringer	Dilma	Cabe dizer, o Estado brasileiro respeitou as decisões do Estado boliviano de nacionalização do gás que envolveu os negócios da Petrobrás e renegociou o tratado da usina hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai a pedido deste último. Destaca-se ainda a criação da União Sul-americana das Nações (Unasul) em 2008, que além de incorporar a IIRSA, criou o Comitê de Defesa Sulamericano (CDS) para se contrapor à OEA, tendo um importante papel na contenção da tentativa de golpe de Estado na Bolívia em 2008. (p. 36-37)
154	2014	Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras	Miriam Saraiva	Dilma	<p>Em relação à América do Sul, Dilma Rousseff procurou manter as estratégias de política externa então em vigor de manutenção da estrutura de governança regional criada e adaptada durante o mandato do Presidente Lula. As afinidades com governos com matizes progressistas, assim como a ideia de transformar a região em um espaço geopolítico separado da América Latina foram mantidas. Mas a vontade política demonstrada por Lula de articular visões favoráveis à construção de uma liderança regional não foi mais sustentada. A ascensão de Rousseff esvaziou a dimensão política do comportamento brasileiro frente à região no que diz respeito às ações do Brasil como ator estruturador das instituições regionais e definidor de agendas, embora a UNASUL tenha seguido sendo a referência de atuação brasileira frente a situações de crise. (p. 32)</p> <p>A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi criada em 2010 e começou a funcionar em 2011, mas sem receber atenção dos círculos diplomáticos brasileiros. As situações de crise, como o caso do impeachment do Presidente paraguaio, em 2012, e a crise política na Venezuela, foram tratadas nos marcos da UNASUL e a CELAC não teve um papel relevante. (p. 33)</p> <p>Seguiu sendo fundamental para o Governo brasileiro manter estreitos laços de cooperação com a Argentina que evitassem o renascimento de rivalidades. No início do governo de Rousseff os então três parceiros do Mercosul atuaram em conjunto frente à crise política no Paraguai, que resultou em afastamento temporário do país e, surpreendentemente, na incorporação definitiva da Venezuela</p>

					como membro pleno. No entanto, frente à crise venezuelana, o Mercosul ficou paralizado e os intentos de solução partiram da UNASUL . (p. 34)
116	2014	Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul	Tullo Vigevani; Haroldo Ramanzini Jr.	Dilma	<p>Até certo ponto, o Mercosul e a Unasul não seriam vistos como limitadores de autonomia de ação, ao contrário, o compartilhamento de interesses aumentaria as capacidades externas. (p. 518)</p> <p>Desde a aproximação entre o Brasil e a Argentina, em meados dos anos 1980, com a volta dos governos civis, passando pela formação do Mercosul, em 1991, até a criação da Unasul, em maio de 2008, é possível verificar mudanças significativas com respeito ao papel exercido pela integração regional em relação aos objetivos da política externa do Brasil. (p. 518)</p> <p>Do ponto de vista da estratégia brasileira de integração sul-americana, a Unasul desempenha papel importante, já que alguns países consideram o status de associado, por meio de uma área de livre comércio, adequado para suas relações com o Mercosul. São os casos de Chile, Colômbia e Peru, que têm tarifas muito baixas ou acordos de livre comércio com os Estados Unidos. (p. 518-519)</p> <p>A Unasul é uma iniciativa de integração regional que associa os países sul-americanos, segundo os termos de seu Tratado Constitutivo, buscando fortalecer a soberania e a autonomia nacional dos países-membros. O Brasil havia dado início a um movimento nesse sentido em 1993, desembocando, em 2008, na Unasul. (p. 519)</p> <p>A partir de 2003, em particular na percepção de funcionários mais diretamente vinculados à Presidência da República, a atuação do país na América do Sul exige algum tipo de perda de autonomia, de modo a viabilizar a integração num contexto de crescente assimetria com os países do entorno, e, ao mesmo tempo, permitir o aumento da autonomia do Brasil nas outras esferas internacionais. Pode-se então entender por que movimentos aparentemente não convergentes [autonomia pela diversificação] puderam ser realizados: 1) não aprofundamento do Mercosul; 2) ampliação do Mercosul, sem novos avanços no projeto de mercado comum; 3) investimento político e institucional para a criação e o funcionamento da Unasul; 4) ênfase nas parcerias estratégicas com China, Rússia, Índia e África do Sul. (p. 520)</p>

				<p>Em relação à região, o foco privilegiado passa a ser a América do Sul, não o Cone Sul. Como veremos na próxima seção, a formação da Unasul pode sinalizar essa nova tendência. (p. 530)</p> <p>A constituição e a posterior institucionalização da Unasul, nos anos 2000, aponta para a necessidade de pesquisar em que medida representaria uma nova dimensão da integração e, ao mesmo tempo, da política brasileira em relação à América do Sul. Sendo objetivo deste artigo discutir as formas como a ideia e a práxis de autonomia na política externa brasileira se relacionam com as posições do país nos processos de integração regional no Cone Sul e na América do Sul, no período de 1991 a 2012, a compreensão da relação do Brasil com a Unasul contribui para entender se o bloco representa uma forma de arranjo institucional que repetiria o padrão de política externa brasileira, isto é, a política que coloca determinados limites para a integração regional.(p. 533)</p> <p>O Brasil certamente contribuiu significativamente para a constituição da Unasul: fazem parte os 12 países sul-americanos: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. (p. 533)</p> <p>Em dezembro de 2004, na cidade de Cuzco foi realizada a Terceira Reunião de Presidentes da América do Sul, quando foi redigido um documento, conhecido como Declaração de Cuzco, que criou as bases para a Unasul. O projeto criado naquela reunião foi denominado Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações). Em 2007, durante a Primeira Reunião Energética da América do Sul, realizada na Venezuela, o nome foi modificado para Unasul. Em maio de 2008, em Brasília, representantes dos 12 países assinaram um tratado para a criação da Unasul, que com este tratado, passa a ser um organismo internacional.(p. 533)</p> <p>As diferenças do contexto social e político internacional dos anos 1990, surgimento do Mercosul, e dos anos 2000, surgimento da Unasul, são um elemento importante para entender diferenças entre os dois processos e para a própria política brasileira. (p. 534)</p> <p>Diferentemente do Mercosul, a Unasul surge num contexto de diversidades na região. Diversidades aceitas, mas que não trazem como objetivo a integração econômica, descartando-se qualquer</p>
--	--	--	--	---

				<p>proposta de mercado comum. A Unasul não visa a política externa comum; busca superar diferenças, sem desconhecê-las, mantendo um espaço de interlocução. (p. 535)</p> <p>Na perspectiva brasileira, de diplomatas e funcionários formuladores de políticas, é importante a Unasul configurar-se como um espaço em que se atenua ou mesmo deixa de existir polarização focada fora da região, nos Estados Unidos particularmente. Não se trata de contraposições, mas de adensar capacidades propositivas próprias, isto é, os governos no Brasil acreditam na possibilidade da focalização de poder em termos regionais, focalização própria, não determinada pela antítese adesão/contraposição. (p. 535)</p> <p>Na perspectiva de Lula (2006), em discurso na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Sul-Americana de Nações, antecessora da Unasul. (p. 535)</p> <p>Na perspectiva em que estamos analisando a questão da autonomia na política brasileira para a Unasul, entender o papel da integração da infraestrutura contribui para avançar mais na interpretação. (p. 537)</p> <p>A operacionalização da IIRSA foi estruturada sob a égide do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). Em junho de 2010, a IIRSA tornou-se o órgão técnico do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da Unasul, passando a receber diretrizes políticas dos governos dos países da Unasul. (p. 537)</p> <p>Nessa mesma perspectiva, em reunião de novembro de 2011, os ministros das Comunicações da Unasul discutiram o projeto de construção de um anel óptico sul-americano. Além do objetivo de diminuir custos e melhorar a qualidade do tráfego de dados na região, essa iniciativa se articularia com os princípios da Unasul de aumentar a autonomia da região em relação ao sistema internacional, já que uma das intenções seria fazer com que os dados trafeguem mais internamente à região, diminuindo a dependência de conexões internacionais. (p. 538)</p>
--	--	--	--	---

				<p>Com a formação do Conselho de Defesa Sul-Americana a ideia é utilizar a institucionalidade própria da Unasul para solucionar controvérsias e tensões na região, como ocorreu nos casos da crise institucional da Bolívia, em 2008, da reação à utilização de bases militares dos Estados Unidos na Colômbia, da tensão entre Colômbia e Venezuela, em julho de 2010, e da deposição do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em junho de 2011. O Conselho de Defesa da Unasul tem tido um papel estabilizador e busca ser um garante para a paz, buscando antecipar-se na resolução de potenciais conflitos, isto de forma convergente com a ação visando o respeito à democracia e à autonomia. (p. 539)</p> <p>Há um esforço no sentido de associar os objetivos de redução da pobreza e das desigualdades sociais, presentes no Tratado Constitutivo da Unasul, com a de-securitização de alguns desafios enfrentados pelos países. Há a busca de construção de instrumentos que permitam maior confiança nas relações entre os próprios países, fortalecendo a ideia de segurança regional combinada com a preservação da autonomia nacional dos Estados. Nesse sentido, é notável o avanço representado pela discussão em torno do Registro de Gastos em Defesa entre os países da Unasul, acordado na reunião de junho de 2012 da instância executiva do Conselho de Defesa Sul-Americano. Trata-se de aspecto relevante na construção de instrumentos que permitam uma maior confiança nas relações entre os países da América do Sul. (p. 539)</p> <p>Além da busca por autonomia frente a reais ou potenciais interferências externas à região que, em certa medida, impulsionam os esforços de cooperação no tema da segurança e defesa, há também desafios regionais. Estes têm tido papel relevante no fortalecimento da coesão e no estabelecimento da legitimidade da Unasul, particularmente do Conselho de Defesa Sul-Americano. [...] Na institucionalidade da Unasul, criam-se órgãos específicos para lidar com algumas dessas questões, como o Conselho de Saúde SulAmericano, o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas, o Conselho Eleitoral, entre outros. (p. 540)</p>
--	--	--	--	---

				<p>Comparativamente à política brasileira para o Mercosul, no caso da Unasul a autonomia parece se conectar mais diretamente com alguns dos objetivos da cooperação, ao menos nas três dimensões discutidas. [...] No caso da Unasul, exatamente por se privilegiar a ideia de autonomia nacional e de soberania sobre o território nacional, convergem interesses muito diferentes e ideologias extremamente distantes, como a de governos conservadores; o Chile na administração Piñera; e de governos populares-distribucionistas, como o de Chávez, na Venezuela. O elemento unificador é o respeito à autonomia e à estabilidade. Isto interessa ao Brasil. (p. 541)</p> <p>É parcialmente útil para pensarmos como o princípio de autonomia se relaciona com as posições do país na Unasul. Consideramos parcialmente útil pois, ao contrário do significado original do conceito, como desenvolvido por seus autores, não se observa grande participação da opinião pública, dos grupos de interesses e de atores domésticos diversos na definição das posições do Brasil. (p. 541)</p> <p>O forte interesse brasileiro na formação da Unasul indica uma nova forma de compreender o que seja autonomia na política externa. No período 1986-1999 prevalecia a ideia de que a integração alavancaria a projeção conjunta, no mundo, da Argentina e do Brasil. Hoje, anos 2010, alguns objetivos estratégicos do país conectam-se com a cooperação na América do Sul, entre eles o de uma polaridade sul-americana, não subalterna, autônoma mas não antagônica aos países centrais, particularmente aos Estados Unidos, tese defendida por forças políticas que se encontram no governo desde 2003. (p. 544)</p>	
116	2013	Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano	Carlos Milani; Tassia Carvalho	Dilma	<p>Além disso, a relevância adquirida pela CSS [cooperação sul-sul] nas políticas externas desses países é concomitante ao papel que passam a desempenhar na agenda política e econômica internacional, particularmente nos processos de reforma da governança global (Banco Mundial, FMI, OMC, G-20 financeiro) e de reconfiguração de alianças regionais e coalizões inter-regionais (SADC - Southern African Development Community, UNASUL - União das nações sul-americanas, Fórum IBAS, grupo BRICS, Shanghai Cooperation Organization, G-20). (p. 18)</p>

63	2018	Cambio y ajuste: la política exterior de Argentina y Brasil en un mundo en transición (2015-2017)	Alejandro Frenkel; Diego Azzi	Macri	<p>[...] Brasil se plegó a la creación de organismos y foros internacionales que buscaban generar nuevas instancias de gobernanza global. En este marco, el gobierno del PT retomó la aspiración de ocupar una banca permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU, lideró la conformación de nuevos organismos de integración —como la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur)— y se sumó a la conformación de los BRICS. (p. 189)</p> <p>En el marco de este nuevo realineamiento internacional, el Gobierno argentino recibió en marzo de 2016 una visita de Estado del entonces presidente norteamericano, Barack Obama. El mandatario estadounidense felicitó a su par argentino por el “cambio en las relaciones con Estados Unidos” y por fomentar la “apertura, la transparencia y competitividad” del país (“Elogio de Obama a Macri” 2016). Luego de la visita, el vínculo con Washington se profundizó, sobre todo en lo que respecta a los asuntos de seguridad y defensa. Esto supuso un marcado viraje, en comparación con la política del gobierno de Cristina Fernández, que combinó una activa participación en el Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur con un cuestionamiento a las instituciones del sistema interamericano de defensa. (p. 190)</p> <p>Una membresía en dicho organismo tendría importantes consecuencias para el país, enmarcadas en el contexto de apertura unilateral de la economía brasileña. Principalmente, la entrada definitiva en la OCDE significaría el abandono de la estrategia de promoción de un modelo brasileño de acuerdos de inversión en la región, a través de los Acuerdos de Cooperación y Facilitación de Inversiones (ACFI), así como del proyecto de creación de un tribunal de solución de controversias en el ámbito de la Unasur. (p. 192)</p> <p>Otro aspecto fundamental en la reconfiguración de la integración sudamericana pasaría por los intentos de excluir a Venezuela de los bloques regionales. Principalmente, del Mercosur y la Unasur. (p. 194)</p>
----	------	---	-------------------------------	-------	--

					1 La elección institucional de la OEA sería otra señal de cambio en la política de Itamaraty: durante las gestiones de Lula y Rousseff se habían priorizado las instancias subcontinentales, como la Unasur , en cuanto espacios de resolución de conflictos intrarregionales. (p. 195)
59	2016	Tiempos de restauración: Balance y caracterización del gobierno de Macri en sus primeros meses	Gastón Angel Varesi	Macri	La victoria de la coalición Cambiemos expresa el triunfo de la estrategia imperialista en uno de los tres países que en 2005 construyeron el “No al ALCA” y que comenzaron, a través de ese acto de desafío a los intereses de Estados Unidos, a dar nuevos impulsos al proceso de integración latinoamericana, que derivó luego en la creación de la UNASUR , el fortalecimiento del MERCOSUR, la conformación de la CELAC e incluso en una estrategia de integración socialista como el ALBA. (p 15)
48	2017	La política exterior del primer año del gobierno de Mauricio Macri:¿ Situación instrumental del Estado?	Maria Cecilia Míguez	Macri	En el nuevo escenario del siglo XXI, se resignificaron y/o surgieron estrategias de integración regional que apelaron a ideales históricos de una América del Sur unificada, como los casos de la UNASUR y de la CELAC. (p. 108)
38	2018	Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomía	Pia Riggiozzi; Diana Tussie	Macri	El espacio regional es una estructura de oportunidad para fortalecer los nuevos consensos políticos, particularmente en el ámbito de los derechos sociales. Esto es lo que llamamos “regionalismo post hegemónico” un regionalismo que se construye desde la nación a lo regional. Nuevos esfuerzos como la Alianza Bolivariana de las Américas (ALBA), la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) en 2008, y la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) en 2011, son percibidos como una manifestación de regionalismo post-liberal [...], ya que buscan avanzar modalidades para recuperar autoridad en materia de políticas públicas y en algunos casos para lograr formas de protección social. (p. 16)
37	2016	El gobierno de Mauricio Macri y la integración regional:¿ desde el	Anabella Busso; Julieta Zelicovich	Macri	Por otra parte, en la arena internacional, el incremento de la atención hacia Latinoamérica que se produjo durante la segunda administración Obama trajo consigo un conjunto de acciones gubernamentales y no gubernamentales destinadas a fortalecer los vínculos con los países del

		Mercosur a la Alianza del Pacifico?			Pacífico que, salvo Ecuador, se identifican con los modelos de economía de mercado. En ese marco, los constantes halagos a la AP operaron como un desaire al MERCOSUR, la UNASUR y la CELAC. (p. 18)
106	2017	Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república	Marcio Pochmann	Temer	A política externa conduzida nos anos 2000 indicou, por exemplo, o reposicionamento do Brasil em base menos passiva e subordinada ao antigo centro dinâmico do capitalismo global representado pelos Estados Unidos. Assim, a centralidade nas relações Sul-Sul, a promoção da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e demais articulações sul-americanas e constitutivas do grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), a política de conteúdo nacional e o apoio à internacionalização da grande empresa brasileira, o novo sistema de defesa fora da esfera estadunidense, entre outros aspectos, mostraram-se decisivos ao enfrentamento da segunda onda de globalização capitalista. (p. 319-320)
36	2018	Cooperação internacional em saúde do Brasil na era do SUS	Paulo Marchiori Buss	Temer	<p>Além da ‘cooperação técnica em saúde’, o artigo aborda também elementos da ‘diplomacia da saúde’ brasileira nos 30 anos de existência formal do SUS (1988-2018), examinando a participação ativa da área da saúde nos processos de integração política nos quais o país está engajado, particularmente na UNASUL (União de Nações Sul-americanas), Mercosul e CPLP. (p. 1882)</p> <p>A criação da CPLP, em 2006, com ativa participação do Brasil, foi um estímulo à estruturação de novas estratégias de cooperação internacional com esses países, incluída a área da saúde. Da mesma forma, a ativação da UNASUL, em 2008, denota a perspectiva do Brasil em ser protagonista de proa, no caso, no processo de integração regional da América do Sul. (p. 1882-1883)</p> <p>Nos anos 1970, o MS começou a se organizar para acompanhar temas internacionais em saúde de interesse do país. Na reforma administrativa de 1998 tomou a forma atual de Assessoria de Assuntos Internacionais em Saúde (AISA) (Decreto nº 2477) [...] cabe à AISA assessorar o Ministro de Estado em missões e eventos internacionais; planejar, autorizar e monitorar a execução dos projetos de cooperação técnica internacional; coordenar a interlocução e a participação do</p>

				<p>Ministério nos fóruns e organizações multilaterais e nas iniciativas de integração regional, como Mercosul, Unasul, Otca, Celac e Organização Ibero-Americana, entre outros. (p. 1884)</p> <p>Dados esses avanços, a transferência horizontal de experiências de políticas públicas de saúde tornou-se mais frequente na região (...), bem como porque passou a compor a agenda de integração regional, mormente a partir de maio de 2009, quando foi criado o Conselho de Saúde no seio da UNASUL. (p. 1885)</p> <p>Entre as principais iniciativas de cooperação interinstitucional da Fiocruz está a constituição e o desenvolvimento das Redes da UNASUL e da CPLP de Institutos Nacionais de Saúde (RINSP), Escolas Técnicas de Saúde (RETS) e Escolas de Saúde Pública (RENSP). [...] Outra rede que opera tendo a Fiocruz como âncora é a Rede de Bancos de Leite Humano. Por outro lado, o INCa funciona como a secretaria técnica da Rede UNASUL de Institutos Nacionais de Câncer. (p. 1885)</p> <p>O ISAGS, membro integrante da estrutura da UNASUL, que funciona regularmente desde 2011, com sede no Rio de Janeiro, é estrutura fundamental na formação de lideranças para a governança em saúde, na gestão do conhecimento e no apoio técnico aos sistemas de saúde dos países da UNASUL, assim como na articulação da implementação do Plano Estratégico Quinquenal de Saúde da Unasul, com suas diversas dimensões e Grupos Técnicos. (1885)</p> <p>De outro lado, a guinada conservadora em países da América do Sul e o endurecimento norte-americano nas relações internacionais em geral, indicam tempos de estagnação, senão de retrocesso para a cooperação internacional. Quiçá as efemérides de 2018, como as comemorações dos 30 anos da Constituição cidadã de 1988 – com suas propostas afirmativas em prol da cooperação internacional, e do SUS, com sua impressionante trajetória na cooperação em saúde; os compromissos assumidos pelo Brasil com a implementação nacional, regional e global da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável; a rememoração dos 40 anos do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) sobre a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento (1978-2018); os 40 anos da Declaração de Alma Ata sobre Atenção Primária à Saúde (1978-2018); a retomada do Plano</p>
--	--	--	--	--

					Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP), aprovado na reunião de Ministros da Saúde da CPLP, sob a presidência do Brasil, realizada em Brasília, em outubro de 2017; e uma possível retomada da UNASUL Saúde, possam de fato transformar o cenário esmagador da globalização excludente que passamos a vivenciar nos últimos anos. (p. 18887-1888)
29	2017	A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência	Pedro Paulo Zahluth Bastos; Célio Hiratuka	Temer	<p>O consenso é que Lula se envolvia mais com a política externa e fazia questão de capitalizar internamente sua projeção internacional, desde a participação em fóruns regionais novos como a UNASUL até a participação nas reuniões multilaterais na OMC e no G-20, na qual chegou a ser chamado de “o cara” por Barack Obama. (p. 1)</p> <p>No continente, a aliança entre Brasil, Argentina e Venezuela também barrou o tratado da ALCA, sem prejuízo da preservação do esforço de integração Sul-Sul. Ao contrário do vaticínio ameaçador do governo George W. Bush, os países que celebraram acordos bilaterais com os Estados Unidos não se recusaram a celebrar ou aprofundar também acordos com o Mercosul dentro do ambiente ALADI, em direção à formação de uma zona de livre comércio (e não de uma união aduaneira, em vista da divergência de tarifas alfandegárias extra-zona) na área da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada em 2004 e que seria o embrião da União de Nações Sul Americanas (UNASUL), em 2008. (p. 9)</p> <p>Do ponto de vista político, por exemplo, a mediação do Brasil e, mais tarde, da UNASUL foram essenciais para a resolução das crises políticas e tentativas de golpe que assolaram a região. A convulsão política resultou da reação de camadas sociais e políticas conservadoras às vitórias eleitorais da chamada Onda Rosa, ou seja, aos novos governos à esquerda do centro político que paralisaram ou reverteram algumas reformas neoliberais e influenciaram diretamente a distribuição de renda, inclusive renegociando a divisão e uso das rendas obtidas com o encarecimento de recursos naturais exportados. (p. 10)</p> <p>A UNASUL também contribuiu para apoiar o governo Morales contra a tentativa violenta de secessão na Bolívia em 2008, além de denunciar a tentativa de golpe no Equador e apoiar</p>

				<p>prontamente o presidente Rafael Correa em 2010, sem o mesmo sucesso em Honduras em 2009 ou no Paraguai em 2012. (p.10)</p> <p>Nestes episódios, é marcante o enfraquecimento da OEA, refletindo a independência política alcançada pela América do Sul perante os EUA, como pretendido pela diplomacia “ativa e ativa” desde o início. Esta independência incidiu na criação de novas instituições regionais das quais os EUA estavam ausentes, como a CASA e a UNASUL já citadas, além do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), criado em 2008, e da Comunidade de Estados LatinoAmericanos e Caribenhos (CELAC), em 2010. (p. 10)</p> <p>O governo Dilma continuou procurando a expansão do Mercosul em direção aos “bolivarianos” Venezuela e Bolívia, mesmo que isto custasse a suspensão temporária do Paraguai depois de um golpe de Estado apoiado pelos EUA. Também apoiou a consolidação da UNASUL e seu papel mediador nos conflitos políticos regionais, além de privilegiar alianças Sul-Sul que questionavam, agora, o controle dos países desenvolvidos sobre as instituições financeiras multilaterais criadas em Bretton Woods e sediadas em Washington. (p. 11)</p> <p>Em linhas gerais, consideramos que as três ameaças se materializaram, com um agravante: os problemas econômicos reforçaram o desgaste político das coalizões governantes comprometidas com o projeto de cooperação da Unasul na Argentina e na Venezuela, enquanto o golpe parlamentar no Brasil, em 2016, levou ao poder um governo com um programa contrário à preservação do Mercosul como União Aduaneira. (p.20)</p> <p>Dada a suspensão e eventual a expulsão da Venezuela do Mercosul (ocorrida em dezembro de 2016), não se pode descartar a desidratação da Unasul nem a transformação formal do Mercosul em uma zona de livre comércio. (p.20)</p>
--	--	--	--	---

24	2016	A política externa interina e os riscos à integração regional	Guilherme Stolle Paixão e Casarões	Temer	Tomando a instigante característica de que as mudanças no continente vêm em ondas –dos populismos industrializantes às ditaduras militares, dos neoliberalismos aos vários tons de esquerda dos anos 2000 –, uma tentativa de guinada brusca no contexto de uma região politicamente instável pode sedimentar as divisões já existentes e cindir as tentativas de unidade, como o próprio Mercosul ou a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), de uma vez por todas –antes mesmo que essa guinada à direita dos principais países sul-americanos se consolide. (p. 88-89)
24	2016	Brazilian foreign policy in health during Dilma Rousseff's administration (2011-2014)	Eduardo Gómez; Fernanda Aguilar Perez	Temer	<p>During Lula's term, the country showed the protagonism of the BFP efforts by supporting regional agendas, which emphasized health in the scope of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) and the Union of South American Countries (USAN, Unión de Naciones Suramericanas – Unasur). (p. 172)</p> <p>The analysis of the actors and projects here identified suggest two ongoing processes taking place in the BFP in health: one in which the budget cuts or the BFP problems resulted in worse outcomes for health projects, and another, in which changes can be noticed, however the causality is yet unclear. Those are the cases of BRICS and Unasur, in which there has been a decline but bureaucratic inertia has avoided worse consequences to the outcomes of health matters. (p. 182)</p> <p>As mentioned, there were other agencies that saw their BFP activities gradually weaken, though these outcomes during Dilma's administration are difficult to measure. For instance, the CPLP and Unasur were both considered important agencies and examples of Brazil's international cooperation for health. A Strategic Plan for Cooperation in Health was developed under the scope of CPLP, and was supposed to last from 2009 to 2012. (p. 186)</p> <p>Health is a key topic to the Unasur, and, in this case, Brazil's recent domestic constraints had a negative impact too. Health is considered a "funding pillar of the [South American] continent," and for the last five years, Unasur member-States have participated in the World Health Assembly (WHA) as Unasur. Besides developing ten common proposals about different topics to be presented at this WHA meeting (some of them concerning the post-2015 development agenda), and</p>

				<p>recalling the importance of the impact of quality of food intake to diseases like obesity and malnutrition at the 68th WHA, Unasur went further. (p. 188-189)</p> <p>Likewise, Unasur had a meeting with the CPLP on May 2014. Both international organisms emphasize the strength of structuring networks and the knowledge propagation, thus they combined their efforts to develop a Joint Networking Department for the National Institutes of Health or Public Health, bringing together institutes from both geographic parts of the world (South America and Africa as RINS/Unasur and RINSP/CPLP). (p. 189)</p> <p>Most of Unasur efforts count on ISAGS (Instituto SulAmericano de Governo em Saúde, in Portuguese) support. However, although the Institute was created in 2011, it was only as recently as June 1st 2015 that the Brazilian Chamber of Deputies approved the document “Headquarters Agreement Between the Federative Republic of Brazil and the Union of South American Nations for the Establishment of the South American Institute of Government in Health.” (p. 189)</p> <p>Unasur, with the support of Brazil, also asked for a wide reform at the WHO in 2012, highlighting that not only the international organization financing should be revised, but also the emphasis given to social determinants of health. (p. 190)</p> <p>The absence of new expressions and concepts in the BFP could be an indicator that Lula’s strategies have continued under Dilma’s administration. However, the lack of resources and the absence of Dilma’s efforts to prioritize BFP and establish new international priorities suggest the opposite situation. For instance, the project with Mozambique waned under Dilma, while evidence shows that Unasur, BRICS and CPLP actions in the health field continued due to the effort of individual actors and bureaucratic inertia, instead of proactive efforts from Dilma’s administration. In most of these cases, there has been a sluggish continuity in BFP, while Dilma has not made an effort to make projects work better or to speed up the processes. (p. 192)</p>
--	--	--	--	--

36	2020	El rol de Brasil en el regionalismo latinoamericano: la apuesta por una inserción internacional solitaria y unilateral	Javier Vadell; Clarisa Giaccaglia	Alberto Fernández	<p>Al ya existente Mercosur se le sumó la creación de Unasur, reafirmando la construcción de políticas regionales en torno a la idea de “Sudamérica”. En la actualidad, sin embargo, la retracción del liderazgo brasileño, junto con los virajes y desorientaciones ocurridos en Unasur y en Mercosur, han dañado la credibilidad de las iniciativas de la región, así como la posibilidad de identificar una voz conjunta en Sudamérica. (p. 1041)</p> <p>In the early 21st Century, Brazil established itself as a crucial protagonist and principal coordinator of the South American integrationist project. In addition to the existing Mercosur, Unasur was created, encompassing the entire subcontinent, and thereby reaffirming the formulation of regional policies based on the concept of “South America”. Now however, the withdrawal of Brazilian leadership in South America combined with shifts and lack of direction within Unasur and Mercosur have damaged the credibility of the initiatives in the region, as well as the possibility of identifying a concerted voice in South America. (1042)</p> <p>En este contexto, Brasil –de la mano del gobierno de Lula da Silva– se constituyó en un protagonista crucial como principal articulador del proyecto integracionista. Desde esta perspectiva, al ya existente Mercosur se le sumó la creación de la Unión de Naciones Sudamericanas (Unasur) que abarcaba la totalidad del subcontinente y, por consiguiente, reafirmaba la construcción de políticas regionales en torno a la idea de “Sudamérica”. (1047)</p> <p>Frente a los sucesos aquí detallados cabe preguntarnos: ¿qué implicaciones tienen las actuales vicisitudes por las que atraviesa la región para la supervivencia de esquemas integracionistas que posibiliten aglutinar a los gobiernos latinoamericanos en un proyecto común y propio? ¿Qué factores permiten explicar la actual fragmentación del regionalismo y la implosión de Unasur en América del Sur? ¿Cuál es el papel de Brasil en este proceso? ¿De qué manera los giros de política exterior promovidos por el gobierno de Bolsonaro atentan contra las tradiciones regionales, fragmentando tanto los esquemas de integración como el propio liderazgo regional brasileño? (p. 1048)</p>
----	------	--	--------------------------------------	-------------------	--

				<p>En efecto, las actuales dificultades que enfrenta Unasur se interpretan, en algunos casos, desde esta perspectiva. En este sentido, se sostiene que “el modelo intergubernamental e interpresidencialista de Unasur ayudó al avance del proyecto de integración en tiempos de una mayor sintonía ideológica entre gobiernos. (p. 1051)</p>
				<p>Dicha situación no exime de la presencia de tensiones y desigualdades en la región. No obstante, durante una década, la Unasur demostró capacidad para enfrentar y mediar en una serie de conflictos como las crisis internas de Bolivia en 2008 y de Ecuador en 2010. (p. 1053)</p>
				<p>Por otro lado, destacamos las experiencias de regionalismo posneoliberal, como Unasur, ALBA y CELAC. Cabe recordar que el regionalismo posliberal, a diferencia del estructuralismo cepalino tradicional, hace hincapié en las exportaciones, y así la integración tiene un papel central y no de mero soporte al desarrollo nacional: el ámbito internacional se torna entonces importante para la consecución de objetivos nacionales. (P. 1054)</p>
				<p>Como contrapartida, en marzo de 2019, los gobiernos de Chile, Colombia, Argentina, Brasil, Ecuador, Paraguay y Perú decidieron crear el Foro para el Progreso de América del Sur (Prosur). Esta nueva iniciativa de integración regional, de orientación conservadora, nació sobre las cenizas de Unasur, la cual fue abandonada por los nuevos gobiernos que llegaron al poder en los países sudamericanos, considerándola un esquema en exceso ideologizado. (P. 1055-1056)</p>
				<p>Frente a estas desavenencias ocurridas en torno al Mercosur, el gobierno brasileño de Lula da Silva efectuó el lanzamiento de una nueva iniciativa en el marco de los regionalismos latinoamericanos, a partir de la creación de Unasur. (P. 1067)</p>
				<p>¶Pasada esta primera etapa de integración, las sintonías político-ideológicas del eje Brasilia-Buenos Aires-Caracas, propiciaron una reafirmación de Unasur como principal interlocutor de la región con el resto del mundo, basados además en una agenda que trascendía lo meramente económico-comercial. (p. 1067)</p>

				<p>Con la llegada de Michel Temer, las grandes estrategias desarrolladas por los gobiernos del PT se mantuvieron en los ámbitos globales por medio de políticas reactivas o de acompañamiento –como en el caso de BRICS– mientras que en las esferas regionales se optó por una desactivación de ciertas iniciativas –como la suspensión de actividades en el caso de Unasur– o por la búsqueda de una flexibilización de los esquemas, como la que se pretende en el ámbito del Mercosur. (p. 1069)</p> <p>El foco de preocupación política fue puesto entonces en la consecución de una agenda “negativa” la cual tuvo continuidad durante los primeros meses del gobierno de Bolsonaro. La acción más destacada en este sentido fue la declaración conjunta de Brasil, Argentina, Paraguay, Colombia, Perú y Chile, el 20 de abril de 2018, de suspender, por tiempo indeterminado la participación de sus gobiernos en Unasur, antesala del retiro definitivo realizado por Argentina y seguido por el gigante sudamericano bajo la gestión de Bolsonaro en abril de 2019. De esta manera, se concretó, una virtual extinción de Unasur. (p. 1070-1071)</p> <p>En suma, la estrategia brasileña de liderazgo sudamericano ha sido dinamitada en menos de un año. Al abandono de Unasur, se añade un malestar creciente en la relación bilateral con Argentina, producto de la inminente llegada del gobierno de Alberto Fernández. (p. 1071)</p>	
26	2020	Auge y estancamiento de la Alianza del Pacífico	Eduardo Pastrana Buelvas; Rafael Castro Alegría	Alberto Fernández	<p>A diferencia de otros proyectos, la AP [Alianza del Pacífico] no aboga por la autonomía de la región, no critica el capitalismo y no se desliga del paradigma neoliberal, tal como hicieron las organizaciones que abanderaron el regionalismo posliberal o post hegemónico: la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur), el Mercado Común del Sur (Mercosur), la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba). (p. 2)</p>

				<p>Con respecto a la integración regional, esta ola azul/marrón ha asestado dos golpes mortales al regionalismo post hegemónico o posliberal de los gobiernos progresistas y antiimperialistas, que se caracterizaban por buscar una mayor autonomía en relación a las potencias extrarregionales, y colocar el foco de la integración en aspectos no comerciales, como la seguridad, la concertación política, la gestión de crisis y la agenda social. El primero de esos golpes fue la parálisis de la CELAC, y la salida de Unasur de la mayor parte de sus países, bajo el pretexto infundado de que se había burocratizado, ideologizado, tornado ineficiente y convertido en cómplice del retroceso democrático y de la violación a los derechos humanos del gobierno venezolano. (p. 5)</p> <p>El segundo golpe consistió en la creación del Foro para el Progreso de Suramérica (Prosur), una institución creada bajo el liderazgo de los nuevos gobiernos de derecha, y que articuló un discurso en oposición directa a los fallos de Unasur, presentándose como un organismo flexible, pragmático y dispuesto a defender la visión de la democracia y el Estado de derecho de sus miembros fundadores. (p. 5-6)</p> <p>Además, todas las áreas que el Prosur aborda ya estaban contempladas en el tratado constitutivo de 2008 de Unasur, que abarcaba incluso muchos más temas como, por ejemplo, la agenda social de la región. (p. 6)</p> <p>El instrumento principal de su estrategia contra el régimen de Maduro ha sido la construcción, junto con Estados Unidos y los demás miembros del Grupo de Lima, de un “cerco diplomático” (hoy ya derrumbado) para forzar su salida de la presidencia. Esta idea, como se ha indicado, también le llevó a abandonar Unasur, acusándola de ser cómplice de las violaciones a los derechos humanos en Venezuela. (p. 13)</p>	
25	2020	Variaciones de las políticas de cooperación Sur-Sur en América Latina: Estudio de casos	Barnabé Héctor Malacalza	Alberto Fernández	<p>Fruto del ascenso de gobiernos liberal-conservadores y de ultraderecha, la región atraviesa un periodo de mayor polarización ideológica y de creciente conflictividad en las relaciones bilaterales. Un claro ejemplo es el abandono, en abril de 2018, de la Unión de Naciones Sudamericanas (Unasur) por parte de siete gobiernos (Argentina, Brasil, Ecuador, Chile, Colombia, Perú y</p>

				<p>Paraguay) para la posterior creación, en marzo de 2019, del Foro para el Progreso de América del Sur (Prosur). (p. 5)</p> <p>El anuncio de salida [de Ecuador] de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA) en 2018, la posterior retirada de la Unasur o la entrada a Prosur en 2019, son algunos de los ejemplos de los cambios en la agenda externa. (p. 7)</p> <p>En el caso de Argentina —aunque con un breve interregno durante la presidencia de Macri—, la narrativa globalista reformista se mantuvo a lo largo de la última década. Ello se observa durante el ejercicio de la presidencia del G-77 más China en 2011, en la participación en el G-20, en la articulación con el bloque G-90 en la Organización Mundial del Comercio (OMC) o en declaraciones de instituciones regionales como la Unasur o la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC). (p. 7-8)</p>
24	2020	From the quest for autonomy to the dual break: structural and agential changes in Brazil's foreign policy during the 21st century	Sergio Caballero; Diego Crescentino	<p>Alberto Fernández</p> <p>As a result, Latin American countries were able to develop their own regional strategies — particularly ones related to post-liberal/post-hegemonic regionalism paradigms —, as well as their aspirations at the global level: in the South American context, Brazil had a crucial role in both. Specifically, these aspirations for a greater degree of autonomy have been channeled at the regional level through a reorganisation of MERCOSUR in 2003 to incorporate a more pluralistic agenda and a greater role for the state, in addition to the gestation of the South American Community of Nations (2004) and the subsequent UNASUR (2008), which centered on the formation of regional infrastructures and the promotion of geopolitical stability. (p. 8-9)</p> <p>In short, the efforts to both build and re-establish regional integration organizations, such as MERCOSUR and UNASUR, and to become the architect of IBSA and BRICS, corroborate the existence of this new direction in Brazil's international political action. However, while Brazil was proactive in maintaining its leader status at the regional level, at the global level it preferred to form new coalitions with stronger partners. (p. 9)</p>

23	2019	Preferencias, herencias y restricciones: elementos para examinar la política exterior del Frente de Todos	Federico Merke	Alberto Fernández	<p>El gobierno de Cambiemos adoptó desde el comienzo una actitud crítica hacia la situación en Venezuela, y distante hacia la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur), acercándose a gobiernos ideológicamente más próximos, como el de Piñera en Chile o el de Duque en Colombia. El resultado fue una activa participación en el Grupo de Lima, una actitud instrumental a la debacle de Unasur y un acompañamiento a la iniciativa chilena de crear una nueva organización, el Foro para el Progreso de América del Sur (Prosur), que ha mostrado sus limitaciones antes de comenzar a trabajar. (p. 13-14)</p> <p>El contexto internacional hace rato que viene descontando el valor a futuro de Guaidó y considera que la situación sigue sin prosperar, que Maduro continúa estable en el poder y que las chances de su desplazamiento siguen siendo bajas. Pero el ambiente regional tampoco presenta las condiciones para relanzar un gran proyecto de concertación política al estilo de Unasur. En este tema, como en otros, Fernández estará escaso de aliados. Brasil, Chile, Ecuador, Perú, Colombia o Paraguay difícilmente quieran o puedan relanzar algo a escala sudamericana. (p. 14)</p>
33	2019	Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro	Guilherme Stolle Paixão e Casarões	Bolsonaro	<p>No documento apresentado pelo presidenciável do PDT, dá-se ênfase à ideia do Brasil como potência emergente, que “há de reconciliar o fortalecimento de nossa posição dentro da ordem mundial existente com a busca de outra ordem mundial, em colaboração com nossos parceiros e amigos”, ressaltando a importância das coalizões entre países, “sejam regionais” (Mercosul e UNASUL), “com determinadas semelhanças” (BRICS) ou “de propósito específico” (como os tratados climáticos). (p. 237)</p> <p>Assim como o tema venezuelano, a integração regional polarizou opiniões entre as candidaturas. Os concorrentes à esquerda mantiveram a política de integração política e econômica via Mercosul e demais organismos regionais, como a Unasul. Haddad, em particular, dedicou um tópico inteiro do programa ao tema. (p. 240)</p> <p>O programa de Ciro Gomes também discorre extensamente sobre a necessidade de “reanimação do nosso projeto sul-americano”, propondo a utilização da Unasul como plataforma para uma</p>

					estratégia compartilhada de desenvolvimento, para a regionalização das cadeias produtivas e para combater “a instalação de bases militares de potências externas” ao continente sul-americano. (p. 240)
33	2019	El Brasil de Bolsonaro, las orientaciones posibles de su política exterior y el futuro del regionalismo en Sudamérica	Gerardo Caetano; Camilo López Burian; Carlos Luján	Bolsonaro	<p>Sin embargo, había una serie de condiciones, prioritariamente dirigidas hacia Brasil, cuyo cumplimiento resultaba muy relevante a los efectos de consolidar esa apuesta como vector de la política exterior del resto de los países sudamericanos. En primer lugar, la integración sudamericana en general y Unasur en particular debían ser complementarias y no alternativas al Mercosur. A partir de sus estatutos y de sus definiciones originarias, teóricamente Unasur siempre pudo hacer menos cosas que el Mercosur. [...] No puede ser en cambio una unión aduanera como idealmente sí lo puede ser —pese a sus demoras y perforaciones— el Mercosur, en tanto espacio integrado de desarrollo y bloque capaz de participar en negociaciones comerciales con países y bloques extra zona. Un temor extendido entre algunos analistas era desde hace años que la apuesta brasileña a la Unasur terminara flexibilizando hasta la vacuidad al Mercosur desde sus objetivos más ambiciosos, en particular como unión aduanera(p. 104)</p> <p>Pero los acontecimientos giraron en una orientación completamente diferente y en algún sentido inesperada. Ante las diferencias políticas entre los Estados latinoamericanos (acrecentadas por la crisis venezolana), el nuevo gobierno de Michel Temer surgido luego del impeachment contra Dilma Rousseff, lideró la constitución del Grupo de Lima, que comenzó a avanzar en decisiones que involucran a la región desde la absoluta transgresión de los circuitos institucionalizados de carácter regional. En un mismo sentido, nuevamente bajo el liderazgo de Brasil, se dinamitó la Unasur. Se sospechaba que la acefalía en la secretaría ejecutiva de la Unasur, que venía ocurriendo desde fines de enero de 2017, podía ser el preámbulo de su quiebre o de su disolución.(p. 105)</p>

				<p>Para comprender en forma más cabal esta situación cabe consignar que hay una prehistoria de Unasur que se remonta a 2004. Fue entonces que, por iniciativa fundamentalmente de Luiz Inácio Lula da Silva, por entonces presidente de Brasil, se conformó la Comunidad Sudamericana de Naciones en la ciudad de Cuzco. Su primer secretario general fue el ex presidente argentino Eduardo Duhalde, quien, convencido por Lula, asumió la conducción de un proyecto que fundamentalmente expresaba la visión geopolítica brasileña, que como se ha señalado, siempre ha sido sudamericana antes que latinoamericana. El afincamiento sudamericano afirmaba una región distante de Estados Unidos y un liderazgo brasileño sin el reto del único país latinoamericano que podía disputarle por entonces la hegemonía: México. (p. 105)</p> <p>Fue sin embargo en 2008 que terminó de confirmarse la Unasur como institución regional. Brasil tuvo entonces tres grandes socios en ese emprendimiento: el Chile del primer gobierno de Michelle Bachelet, el Ecuador ya gobernado por Rafael Correa y la Venezuela de Hugo Chávez. Pero presuponer que la Unasur nació como un club de amigos entre los gobiernos progresistas implica desconocer la historia. La iniciativa y la propuesta siempre respondieron a esa visión geopolítica brasileña, punto central de afincamiento regional para proyectarse al mundo como actor global. Esa visión ya estaba mucho antes de Lula y de su Partido de los Trabajadores, mucho antes del ciclo progresista. (p. 105-106)</p> <p>Debe advertirse el fuerte impacto geopolítico que supone esta suerte de disolución de la Unasur, en un continente pleno de inestabilidad y de desafíos de toda índole, donde una de las cosas que más se necesitan son plataformas diplomáticas viables para buscar acuerdos, que presionen por un retorno a la legalidad democrática hoy interrumpida en Venezuela, pero que no estimulen las peores derivas, como la guerra civil o la intervención extranjera, es decir, estadounidense. (p. 106)</p>
--	--	--	--	--

				<p>El giro político de Brasil tras el impeachment de 2016 y las reorientaciones del gobierno de Temer, en ratificación de la centralidad del impacto de lo que ocurre en el gigante sudamericano respecto a la región, han contribuido en forma decisiva a que en este momento de América Latina y de América del Sur se produzca el desbordamiento de casi todas las institucionalidades integracionistas y regionalistas en el continente. Todo parece haber quedado convertido en una sopa de letras: han vuelto a perder legitimidad la Organización de Estados Americanos (OEA), la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (Celac) y la Unasur se quiebra. En su lugar aparece, autoconvocado y excluyente, el llamado Grupo de Lima, que se pronuncia contra la Venezuela de Nicolás Maduro, pero nada dice ni hace frente al presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, de legitimidad cuestionada tras su controvertida reelección. Si se reivindica un lugar institucional de los países del continente para mediar y contribuir a una salida mínimamente negociada ante la tragedia venezolana, ¿es razonable irse y dinamitar la Unasur? ¿Dónde queda aquello de que no puede haber integración genuina entre democracias desde una rígida afinidad ideológica de los gobiernos? ¿Resulta razonable, incluso para los intereses más específicos de Brasil, dinamitar las instituciones regionales en este preciso momento? (p. 106-107)</p> <p>El tipo de proyección sudamericana y latinoamericana, con sus implicaciones sobre Unasur y Celac, también es un asunto que muestra divergencias. El programa de Bolsonaro, como se profundiza más adelante, es poco explícito sobre el tema y deja entrever su posicionamiento contrario a gobiernos que ideológicamente rechaza. Igual que en el tema anterior, el psdb (Partido de la Social Democracia Brasileña) y el pt exponen programas con orientaciones divergentes. Mientras el primero señala la importancia de reevaluar la actuación brasileña en ambos espacios y ve el espacio sudamericano básicamente como un campo para explorar la bilateralidad comercial, el programa del pt subraya la importancia de retomar el protagonismo en Unasur, como forma de impulsar un posicionamiento autonomista, hace mención directa al Consejo Sudamericano de Defensa, a la importancia de buscar</p>
--	--	--	--	---

					<p>instrumentos de financiación de la infraestructura regional como base de la integración, a la vez que coloca el tema de la Amazonia como un asunto estratégico regional. (p. 122)</p> <p>[...] el programa de la candidatura de Haddad propone una vuelta a la senda de la política exterior activa y altiva inaugurada durante el primer gobierno de Lula por el canciller Celso Amorim. En materia de regionalismo, tanto Celac, Unasur y Mercosur aparecen priorizados. Particularmente la dimensión sudamericana aparece como clave, ya que es el espacio desde donde el liderazgo brasileño regional propone su proyección en clave de autonomía. (p. 123)</p>
28	2019	Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora	Bruna Coelho Jaeger	Bolsonaro	<p>A União de Nações Sul-Americanas, a UNASUL, foi criada em 2008 como representação institucional máxima das transformações pelas quais o subcontinente passou a experimentar desde o início do século XXI. O órgão foi o primeiro na América do Sul a ser composto por todos os doze chefes e chefas de Estado da região, sem a presença dos Estados Unidos. No entanto, tendo sido criada por iniciativa dos ex-presidentes Lula da Silva, do Brasil, Hugo Chávez, da Venezuela, e Néstor Kirchner, da Argentina, a UNASUL está sem um comando definitivo desde o começo de 2017, após Venezuela, Bolívia, Suriname e Equador vetarem a indicação do diplomata argentino José Octavio Bordón para assumir o cargo na secretaria geral. Muito além de uma crise institucional, o atual colapso pelo qual passa a UNASUL surge como símbolo de um processo mais amplo de retrocesso regional, derivado de uma ofensiva conservadora. (p. 5)</p> <p>A UNASUL surge como aprofundamento de um projeto anterior, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que foi criado e liderado pelo Brasil em 2004. (p. 8)</p> <p>Principalmente a partir de 2008, com a crise econômica e a criação da UNASUL, do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e em 2010 a criação do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) que absorve a IIRSA, um novo enfoque foi dado à integração regional, com maior participação dos governos e com o advento de uma visão estratégica e sistêmica sobre o processo. O COSIPLAN, nesse sentido, busca minimizar os efeitos adversos de uma infraestrutura regional que era constituída como corredores comerciais. (p. 8)</p>

				<p>A crise da UNASUL faz parte dessa conjuntura, que se inicia em janeiro de 2017 quando o então Secretário-Geral, Ernesto Samper, deixa o cargo em protesto ao impeachment de Dilma Rousseff, anunciando a ruptura democrática no Brasil. Desde então o órgão encontra-se sem comando efetivo. [...] Dessa forma, a UNASUL está sem orçamento para pagar seus funcionários e manter sua sede, que inclusive foi to-mada de volta pelo governo equatoriano devido à inatividade por qual passa a organização, cuja maioria dos conselhos não se reúnem há anos.(p.9)</p> <p>Funcionando sob a lógica de decisão somente por consenso, o veto do nome de Bordón por parte de países com governos com orientação à esquerda –em especial a Venezuela –fez com que a UNASUL se rompesse ao meio. (p. 9)</p> <p>Como fato mais recente em relação ao presente texto, no dia 14 de janeiro de 2019, Iván Duque, presidente colombiano, anunciou a intenção de criar um novo bloco em substituição à UNASUL, o PROSUL. (p. 9)</p> <p>Assim, acabar com a UNASUL na atual conjuntura de extremismos no âmbito global é, na prática, condenar a América do Sul ao auto-abandono. Significa negligenciar experiências bem-sucedidas e que apresentavam, entre avanços e recuos, uma certa continuidade. A despeito de fazer parte de um ciclo conservador –que, como qualquer ciclo, deve findar-se –certamente sua retomada teria que ser conduzida em um novo contexto, muito mais debilitado e atrasado em relação a meados dos anos 2000. (p. 10)</p>	
22	2019	Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira	Carlos Eduardo Vidigal	Bolsonaro	Os governos Temer e Bolsonaro demonstraram, nesse contexto, a força do liberalismo econômico em uma de suas versões mais rasas: a busca do crescimento econômico – não a do desenvolvimento, em sentido amplo – por meio da reforma da previdência, da desregulamentação do trabalho, de redução de tarifas, do corte de verbas em áreas como educação superior, etc. Essa orientação econômica liberal se refletiu, no campo da política externa, na aproximação com Washington, na valorização do Mercosul como área de livre comércio, no esvaziamento da integração político-estratégica da América do Sul (Unasul) e, no caso de Bolsonaro, em desconfiança não

					justificada em relação à China. As semelhanças na estratégia e táticas de campanha de Donald Trump e Jair Bolsonaro indicam o modo pelo qual os Estados Unidos se tornaram a maior das prioridades em política externa: o voluntarismo, a adesão acrítica, as manifestações curtas, diretas e provocativas na mídia. (p. 15)
13	2019	A ascensão da direita na América do Sul	Giovana Esther Zucatto	Bolsonaro	<p>Mais recentemente, com a escalada da crise da Venezuela, os principais governos de direita da região passaram a se reunir no Grupo de Lima, juntamente com outros países do continente americano. Em concomitância , a ferrenha oposição a Nicolás Maduro no Grupo de Lima, somada à opção pelo regionalismo aberto e ao realinhamento com o centro global, significaram um esvaziamento da UNASUL, principal instituição regional do ciclo progressista e a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL). (p. 8-9)</p> <p>Enquanto o momento imediatamente posterior à redemocratização, marcado pela consolidação do neoliberalismo, teve como principal organização, ainda que de caráter sub-regional, o MERCOSUL, o ciclo progressista contou, como sua expressão máxima, com a criação da UNASUL. Agora, o novo ciclo hegemônico pela direita que se desenha promete ter como correspondente (e resultado) regional o PROSUL. (p. 9)</p> <p>Os valores norteadores do PROSUL são a plena vigência da democracia, proteção dos direitos humanos e respeito à soberania de outros Estados, os quais funcionam como critérios para admissão ou exclusão de membros. Estes valores, inclusive, serviram de justificativa para a ausência de Nicolás Maduro entre os convidados para o evento de lançamento. Por outro lado, Juan Guaidó, autoproclamado presidente interino da Venezuela e reconhecido pelos membros signatários como presidente legítimo daquele país, foi convidado para participar. Por sua vez, Bolívia, Suriname e Uruguai enviaram diplomatas à reunião, mas não assinaram o documento, já que permanecem na UNASUL e defendem a legitimidade de Maduro. (p. 9)</p>